SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
01/09/2025 - 4ª - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) - Boa tarde, senhoras e senhores, boa tarde.

Peço que todos tomem seus lugares. Já, por gentileza, diminuamos o barulho na sala, para darmos início à nossa 4ª Reunião da CPMI do INSS.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data de 1º de setembro do corrente ano.

Quero agradecer a participação de todos, numa segunda-feira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 28/08/2025.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Algumas recomendações aqui, antes, que eu tenho conversado com o Relator, e eu quero pedir ao Líder do Governo, também ao Líder da Oposição, os dois já estiveram comigo aqui, com a representação... Nós tomamos a decisão de convidar os ex-Ministros da Previdência, numa forma de gentileza e, principalmente, de colaboração, mas a Secretaria tem entrado em contato com os nomes, e nós não temos, oficialmente, até o momento - eu sei que já veio o *e-mail*, mas não chegou às mãos desta Presidência -, as datas em que eles se dispuseram a vir.

Então, nós vamos continuar insistindo por mais alguns dias no convite, mas, se não houver uma resposta positiva dos ex-ministros, sejam quais nomes forem, eu vou propor a este Plenário nós transformarmos em convocação, porque, como nós dissemos desde o início, aqui não há ninguém blindado. Nós chamaremos todos que estiverem envolvidos e que, naturalmente, tiverem informações importantes e relevantes a darem a esta Comissão.

Peço a gentileza aos senhores que têm contato, que entrem em contato, e que eles venham de forma espontânea, convidados, para que a gente possa manter aqui os trabalhos.

Caso contrário, nós passaremos à convocação.

Antes de...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Eu tenho uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, questão de ordem, Líder Paulo Pimenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu queria também fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) - Presidente, dentro desse espírito da transparência e do acesso às mais amplas informações que possam colaborar com o trabalho da CPI, eu fiquei muito preocupado e quero saber se V. Exa. pretende recorrer, qual é o andamento que V. Exa. pretende dar para um parecer do advogado do Senado Sr. Marcelo Cheli de Lima considerando que é inconstitucional requisitar informações de acesso de pessoas a gabinetes parlamentares.

Presidente, eu já participei de outras CPIs na minha vida, eu considero algo inaceitável que esta Comissão não tenha o direito de saber se alguns desses suspeitos, criminosos, representantes das entidades visitaram a Câmara e o Senado e em que gabinetes eles estiveram. Parece-me algo tão primário que eu fico preocupado quando eu vejo um parecer como esse.

Imaginem os senhores e as senhoras se algum membro aqui da Comissão, por exemplo, era alguém cujo gabinete o criminoso frequentava, e nós não vamos ficar sabendo? Nós não vamos ficar sabendo se algum membro aqui da Comissão ou outros Parlamentares da Casa tinham algum tipo de vínculo, de proximidade?

Então, eu não estou entendendo, Sr. Presidente, e acho, eu até brincava agora com alguns colegas, que esse é um requerimento que pode, inclusive, unificar todo mundo aqui na Comissão, independente de oposição ou Governo. Eu acho inaceitável que nós possamos concordar com um parecer como esse, que, na minha opinião, está cerceando o nosso direito de investigar.

Então, quero pedir a V. Exa. que recorra dessa decisão, dizendo que nós temos a obrigação de ter acesso para saber, de fato. Eu fico muito preocupado e fico até surpreso com um parecer como esse, porque aqui é uma Casa pública. Nós somos todos Parlamentares. O acesso à Casa é público. Nós somos representantes da população. Por que razão alguém estaria preocupado em esconder que gabinetes os suspeitos ou representantes dessas entidades frequentavam?

Então, peço a V. Exa. que, como Presidente desta Comissão, se insurja diante desse parecer e busque uma mudança de posição a respeito dessa orientação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Presidente, só para esclarecer, V. Exa. me permite uma questão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Perfeitamente, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) - O que o Deputado Paulo Pimenta falou tem total pertinência e eu acredito que une todas as bancadas.

Eu iria pedir a V. Exa. que, se possível, fizéssemos hoje uma extrapauta solicitando essas informações do Senado para ter essa negativa oficial; e, a partir daí, V. Exa. decide, com o Colegiado, o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - V. Exa. poderá proceder ao requerimento e o colocaremos em avaliação, assim que estiver registrado.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) - Sr. Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Já tem um registrado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instantinho.

Pela ordem, o Deputado Marcel van Hattem.

Logo em seguida, o Senador Contarato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) - Bom, Presidente, eu vou aproveitar o ensejo para tratar deste assunto de forma muito breve - porque não era do que eu trataria, mas sim, do próximo -, mas quero dizer que a concordância nossa é integral.

Estávamos mesmo falando, o Senador Girão e eu, que ele levantaria a questão de ordem, já no início também dos trabalhos, de que é um absurdo completo negar a uma CPI - imaginem! - o acesso às informações das câmeras de quem frequentou que gabinete ou de qualquer tipo de registro de entrada de gabinete.

Precedente igual talvez só quando o Dino mandou apagar as imagens do 8 de janeiro, e a gente sabe no que deu depois. Ninguém teve acesso à verdade mesmo naquele caso, e ficamos contentes em ver o PT, desta vez, querendo a verdade, aqui, de quem acessou que gabinete no Senado da República ou na Câmara dos Deputados.

Portanto, total apoio a esse requerimento.

Queria lembrar também, Sr. Presidente, que, ao final da noite, na quinta-feira, nós encontramos uma aposentada de nome Ezimar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... e foi feito o Requerimento 1.363, conforme nós havíamos tratado, para que ela pudesse ser convocada na condição de testemunha. Eu queria questionar V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... se não era de colocarmos em comum acordo as bancadas como extrapauta neste pedido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não. Inclusive, eu também entrei com um requerimento no mesmo sentido.

Antes, o Senador Fabiano Contarato com a palavra, pela ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Sr. Presidente, questão de ordem depois. Questão de ordem, Rogerio Marinho, depois, na sequência.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Pela ordem.) - Sr. Presidente, por gentileza, eu quero, aqui, chamar também a atenção dos colegas Senadores e Deputados de que um dos princípios que rege a administração pública é a impessoalidade.

Eu não recebo ninguém no meu gabinete, aqui, para tratar de assunto pessoal. Assunto pessoal eu trato em casa, eu trato num café, eu trato em qualquer lugar. Aqui, nós representamos as unidades da Federação.

Então, esse argumento, eu sugiro a V. Exa... Com todo o respeito ao Relator, não é buscar informação, não; é pautar o requerimento. E quem se julga... Que o Supremo decida sobre isso, se for o caso.

Agora, aqui nós temos que entender que um dos princípios que rege a administração pública lá no art. 37 é a impessoalidade. Onde já se viu decretar sigilo de cem anos para acesso de uma pessoa que está visivelmente comprometida com a prática criminosa? Quem nada deve nada teme. Ora, é isso que tem que ser visto aqui.

Então, eu sugiro que paute o requerimento e quem se julga ou não a parte interessada que busque a tutela jurisdicional do Estado, através dos meios legais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) - Mas a função, aqui, da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito é pautar esse requerimento, e a gente tem que chamar e buscar essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Questão de ordem, Senador Rogerio Marinho.

Senhores, questão de ordem. Antes, questão de ordem; depois, pela ordem.

Questão de ordem, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Para questão de ordem.) - Sr. Presidente, é uma questão de ordem a respeito de uma decisão a que nós fomos, na verdade, expostos hoje, de uma maneira inopinada, pelo Presidente do Congresso, Sr. Davi Alcolumbre, que muda a composição dos blocos partidários.

Então, nós temos... Eu acho que foi o Senador Randolfe que fez esse questionamento na...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Sr. Presidente, só a atenção de V. Exa., depois V. Exa. conversa com o seu auxiliar. Só um pouquinho, porque é importante.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

Eu já tenho a resposta, mas vou ouvir até o final.

Por gentileza.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Agradeço a gentileza de V. Exa.

Houve um questionamento de ordem, eu acho que foi na reunião passada, ou na...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - ... do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Que foi respondido, inclusive, na mesma noite.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Não, V. Exa. disse que iria encaminhar ao Presidente do Congresso. E o Presidente do Congresso, parece-me... Foi de V. Exa. a decisão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não. Eu respondi que esta Presidência não poderia manter a questão de ordem...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ... uma vez que a decisão era exclusiva e diretamente de ofício da Presidência do Congresso.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Era a minha informação anterior, por isso eu estou me dirigindo a V. Exa. agora, diante dessa premissa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - E o Presidente resolve desconstituir os blocos e, no caso da Câmara, por exemplo, retira o PV, o PT e o PCdoB, parece-me, do bloco e restabelece a questão da precedência dos suplentes.

Qual é a preocupação que eu tenho? E quero externar para V. Exa., porque vou fazer esse questionamento ao Presidente do Congresso amanhã na sessão do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - E, dependendo de como essa questão venha, eu acredito que nós só temos uma maneira: de recorrer ao Judiciário, porque isso afronta, inclusive, a própria jurisprudência desta Casa congressual.

Em 8 de janeiro, na CPMI de 8 de Janeiro, o próprio Senador Randolfe mudou de bloco após a decisão da conformação de cada um dos blocos, e, naquela oportunidade, fomos nós que questionamos a Mesa do Congresso Nacional dizendo que não poderia haver aquela composição. E foi decidido que a composição era exatamente a mesma por ocasião - deixe-me ver aqui qual foi - da 1ª e da 3ª sessão legislativas ordinárias de cada legislatura, conforme regularmente referendado e comunicado pela Secretaria-Geral da Mesa de cada uma das Casas. Ademais, para fins de composição dos blocos parlamentares, será considerada aquela na data da leitura do requerimento de instalação da Comissão.

Então, veja que é uma decisão frontalmente contrária à que aconteceu na CPMI anterior. Desculpe-me citar o Senador Randolfe, mas é porque ele foi um personagem das duas situações. Lá, ele foi o causador do nosso questionamento e aqui ele foi quem questionou a Casa congressual, pedindo um tratamento diferenciado - que foi concedido a ele, Senador, naquela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Então, eu estou apenas colocando aqui, de forma bem clara...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - ... que há parcialidade nesse processo.

Eu peço a V. Exa. o apoio e vou questionar... Sei que não foi de V. Exa. a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não foi.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Mas quero deixar público a todos aqui que isso é mais um golpe, no sentido de tentar alterar maiorias. Amanhã, vou questionar o Presidente e, infelizmente, talvez seja forçado e impelido a ir pela via judicial, o que não quero, porque eu acho que a gente tem que decidir entre nós.

Agora, não dá para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - ... aceitar calado o fato de que, de uma CPMI para outra, a palavra relativa, que virou a palavra da moda aqui no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - ... venha se colocar para tentar beneficiar esse ou aquele grupo político.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Obrigado, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - É lamentável o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Eu não recolho a questão de ordem de V. Exa. porque a formação dos blocos é fruto de acordo. Quando o acordo é desfeito, a legislação deixa claro que a decisão é do Presidente do Congresso. E houve uma decisão favorável a que se desfizesse, portanto, essa CPMI não terá como dar sequência, a não ser que um novo acordo seja feito. Pela ordem, Senador Rogério Correia.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Na contramão do que foi decidido anteriormente, Sr. Presidente, deixe claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim. Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Presidente, eu vou acabar me candidatando a Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Uai, Excelência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Porque V. Exa. vive...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Se tiver voto, será bem-vindo a esta Casa. *(Risos.)*

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - V. Exa. vive me promovendo a Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Ah, é verdade.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - É hábito aqui, toda vez... Mas eu gosto de abençoar as pessoas, né? Dizem que isso aqui é o céu e não precisa morrer, então...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu agradeço.

Voto, eu não sei se eu tenho, mas agradeço a bondade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Senador Viana, primeiro, eu queria contraditar, me permita meu nobre colega e Senador Rogerio Marinho, talvez ir à justiça pudesse ser algo realmente para que a gente deliberasse corretamente acerca da interpretação do Regimento Interno, tanto da Casa quanto do Senado. No caso da Câmara, por exemplo, as indicações, tanto de titulares quanto de suplentes, foram feitas pelas lideranças partidárias e não pela liderança de bloco.

Então, é realmente estranho que os suplentes sejam de um determinado partido, e não do partido que indicou o titular e o suplente. Eu acho que o que está equivocado foi realmente... E nós não entramos com isso na justiça, mas se o Senador Marinho quiser entrar, pode ser algo a esclarecer, se isso vale os suplentes do bloco ou dos partidos que fizeram a indicação, lembrando que não foram os blocos que indicaram e o Líder do bloco, e sim os Líderes partidários. Então, me parece que foi equivocado considerar os suplentes do bloco e não dos partidos que indicaram. É uma boa questão, Senador Marinho, para que a gente visse, mas, Presidente, foi apenas para contrapor, mas o que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Mesmo fazer questão de ordem é no sentido da extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu concordo com o que meu colega Deputado Paulo Pimenta colocou, também não tenho nada a ver com o requerimento apresentado pelo Deputado Van Hattem, mas eu tenho também vários outros requerimentos que estão na ordem que eu poderia pedir para a extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu pediria a V. Exa. que nós seguíssemos o acordo e fizéssemos uma votação dos requerimentos na reunião convocada, porque senão vai virar uma moda de pedir requerimentos extrapauta e vira um casuísmo: uns aceitam, outros não. Então, sem ter divergência, eu não quero colocar na fila os que eu acho também que teriam urgência a não ser em reunião deliberativa. Eu pediria a V. Exa., portanto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - ... que não deliberasse extrapauta em nenhuma das reuniões, a não ser que V. Exa. determine a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sr. Presidente, só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pela ordem, vamos ao Relator, o Deputado Alfredo Gaspar; em seguida, ao Senador Jorge Seif.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) - Presidente, quero agradecer a V. Exa. e esclarecendo a sugestão que V. Exa. disse para adentrar com um pedido, o Requerimento 276/2025, do Senador Izalci Lucas, e o Requerimento 1.098/2025, da Deputada Adriana Ventura, já solicitam o relatório completo dos registros de entrada do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS, nas dependências do Senado Federal, entre janeiro de 2019 e julho de 2025. Portanto, qualquer um dos dois requerimentos atendem bem ao pedido de extrapauta que eu solicito a V. Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

Esses requerimentos todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instantinho, por favor.

Os requerimentos todos estão previstos já para a próxima pauta de quinta-feira, já estão, todos eles, já demarcados.

Nós só não votaremos - e aqui vou deixar os Deputados e Senadores esclarecidos - os requerimentos que não estejam dentro do mérito da CPMI, questão de seguro-defeso, por exemplo, e questão de BPC não estão dentro do nosso escopo de trabalho. A questão dos bancos e dos consignados será numa segunda fase, porque nós temos muitos requerimentos de informações que já estão se acumulando e, na próxima quinta-feira, nós votaremos e colocaremos...

Outro ponto importante com relação ao requerimento da Deputada Adriana Ventura e dos demais: parecer não é decisão final. O parecer simplesmente dá um entendimento que pode ser levado em consideração ou não. Nós temos um parecer sobre a visita aos gabinetes, mas esse mesmo parecer, enviado pela advocacia - eu li com muito cuidado -, não nos impede em momento algum de ter acesso às entradas deles na Casa e também até na própria Câmara dos Deputados.

A questão da visita aos gabinetes será fruto de discussão jurídica que, aprovando aqui o Plenário, que é soberano, naturalmente, nós buscaremos resolver o mais rapidamente possível para que a gente tenha essas informações.

Na sequência, eu vou pedir ao Senador Jorge...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - Presidente, só com relação a esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não, não, não! Só um instantinho, Senador! Pela ordem, só um instantinho, senão a gente... Porque todos aqui têm a sua hora. Perdoe-me, Senador.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - Inscreva-me por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senador Jorge Seif, só um instantinho, porque o Deputado Zé Trovão pediu pela ordem antes de V. Exa., e eu acabei furando a fila.

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) - Sr. Presidente, este foi o fruto dos meus primeiros requerimentos: a quebra de sigilo. Tudo em que se coloca sigilo já está viciado, e me assusta muito, ou não me assusta nada, partindo de Davi Alcolumbre, esse tipo de atitude, o que nós não podemos permitir.

Agora vou me somar à fala de Paulo Pimenta. Pela primeira vez eu vou me somar à fala de um petista: nós estamos tratando de uma CPI que não pode se iniciar com vício algum, senão nós já vamos estar fadados ao fracasso. É importante essa quebra de sigilo, temos que saber, sim, qual foi o intuito da visita no gabinete do Deputado ou do Senador, quais foram os frutos de tudo isso, porque tem muita coisa que está escondida através deste roubo do INSS, que é muito maior do que parece, inclusive assuntos que iremos tratar aqui hoje. Não podemos permitir! Acho importante esse extrapauta e foram os meus primeiros requerimentos. São nove requerimentos que eu fiz de quebra de sigilo do Senado, da Câmara, porque a gente não pode permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pela ordem, Senador Jorge Seif. Em seguida, Senador Izalci Lucas e Deputado Orlando Silva.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu queria lembrar às senhoras, aos senhores e a todo o Brasil que está nos assistindo que a Polícia Federal já tem até o nome de Senadores e Deputados que recebiam mesadas das instituições que roubaram os nossos aposentados. Foi uma reportagem na semana passada da Record. Então, a Polícia

Federal podia já contribuir e inclusive evitar ritos processuais e demora, e já liberar o nome de quais são os Deputados e Senadores que recebiam mesada dessas instituições que roubavam os nossos aposentados.

Outra coisa, Sr. Presidente, o art. 5º, o art. 37 e o art. 216 da Constituição Federal falam sobre transparência na gestão pública e no trato público, então, eu acho que não é necessário nós judicializarmos. O Senado Federal e a Câmara Federal já precisam dar transparência sobre onde esse vagabundo, esse ladrão de aposentado foi e com quem ele tinha acordo! E a Polícia Federal, que provavelmente está nos assistindo, já pode revelar os nomes! E, se tiver alguém aqui dentro, Deputado ou Senador, que participava e que recebia mesadinha de dinheiro roubado dos nossos velhinhos, que se cumpra a lei contra essas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pela Liderança do Congresso, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ... Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela Liderança.) - Obrigado, Presidente.

Presidente, é bem breve. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a escolha e predileção que o meu querido Líder da Oposição, Rogerio Marinho, tem em fazer referência a nós, mas, desta vez, não fui o autor que apresentou essa questão de ordem na semana passada, foi o meu caríssimo colega, coordenador da nossa bancada aqui na CPMI, o meu querido Paulo Pimenta.

De qualquer sorte, Presidente, ao que me parece, isso é uma questão que V. Exa. vai submeter ao Presidente do Congresso e, pelo que eu ouvi do meu caríssimo Rogerio Marinho, pode ter, inclusive, desdobramentos. Ao que me parece, o que rege a formação dos blocos é o Regimento Comum. Sobre tal tema, o Regimento Comum é omisso e remete, subsidiariamente, à seguinte ordem hierárquica: primeiro, o Regimento do Senado; depois, o Regimento da Câmara.

Diz o Regimento do Senado, na inteligência do art. 81: "O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado". É o que diz, desde 1970, quando foi confeccionada a atual versão que temos do Regimento do Senado.

Então, não creio que não há, sobre o tema, qualquer rasgo de relatividade. O tema é claro, o Regimento Comum é omisso, remete ao Regimento do Senado, subsidiariamente remete ao Regimento da Câmara. Já foi feita a questão de ordem pelo meu colega Paulo Pimenta, V. Exa. já se manifestou e já se pronunciou sobre o tema. Secundariamente, pode ser remitido ao Sr. Presidente do Congresso, o Senador Davi Alcolumbre, e, caso não haja entendimento, vai até a última via para o seu recebimento. Não creio que há grandes controvérsias sobre o tema a serem respondidas.

Só, por último, foi apresentado pelo meu colega, o Senador Rogério Carvalho, muito bem projetado pelo senhor como Senador - não sei se essa será a escolha do meu colega Deputado, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Rogério Correia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Correia, perdão. O Senador já é o Rogério Carvalho. Meu colega Rogério Correia.

Em relação às nossas deliberações, eu acho que nós estabelecemos um acordo preliminar, em uma das primeiras reuniões da CPMI, com a presença do meu colega Líder da Oposição, com a presença desta Liderança de Governo e do meu colega Pimenta também, sobre o rito de deliberações: cumprir os pré-requisitos que também estão nos Regimentos, que tenham previsibilidade e sejam anteriormente anunciados. Mesmo em temas consensuais, eu creio que é de bom tom seguirmos esse roteiro já por nós muito bem acordado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Na reunião respectiva, com pauta anunciada, fazemos as deliberações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Eu tenho aqui, pela ordem, o Senador Izalci Lucas e o Deputado Orlando Silva, o.k.? Acredito que... Mais alguém pediu pela ordem para... Então, só um instante, Senador Marinho. Só um momentinho, só para eu não fazer injustiça com outros parceiros, colegas que tenham pedido.

Então, temos esses dois, mas, pela Liderança da Oposição, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. *Fora do microfone*.) - Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Está sem áudio, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela Liderança.) - Agradeço a V. Exa.

É apenas para deixar claro que a defesa que é feita pelo Líder Randolfe é muito bem-feita, só que é fora do proposto. O art. 26 do Regimento da Câmara fala que "A distribuição das vagas nas Comissões Permanentes entre os partidos e blocos parlamentares será organizada pela Mesa logo após a fixação da respectiva composição numérica e mantida durante toda a legislatura", mas essa é uma questão que eu apenas frisei aqui, Senador, entendendo que nem o Presidente da Comissão, nem V. Exa., nem nós temos ingerência sobre o caso que eu vou levar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - ... ao Presidente do Congresso.

Em relação ao que foi colocado pelo ilustre Senador Randolfe em relação à questão dos requerimentos inopinados, nós fizemos, de fato, um acordo de que os requerimentos fora de acordo deveriam ser objeto de um novo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Então, é apenas para deixar claro que eu participei, inclusive com o Deputado Marcel van Hattem, que está ali presente...

Deputado Marcel van Hattem, quase que eu o chamo de Senador também, mas vaticinando o futuro. *(Risos.)* Participei com V. Exa. e com o Deputado Marcel van Hattem, futuro Senador, desse entendimento.

Então, acho que qualquer outro requerimento que seja votado, desta pauta, realmente, seria importante ser fruto de um acordo, da aquiescência de todos aqui ou da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Pela ordem, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Pela ordem.) - Presidente, só para complementar, o nobre Relator citou o meu Requerimento 276 com relação ao Senado, mas eu quero lembrar que eu tenho um requerimento também, na sequência, para a Câmara e para o INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Nós precisamos saber também, lá no INSS, com quem o Careca conversava, na Câmara e no Senado, então são três requerimentos que devem ser colocados na pauta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não. Todos esses requerimentos estão previstos para a próxima quinta-feira, a nossa votação, em sessão deliberativa.

Pela ordem, Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem.) - Obrigado, Presidente. Cumprimento-o aí pela condução dos trabalhos, cumprimento todos os Parlamentares.

Na verdade, Presidente, eu vou ouvi-lo, porque o tema, quando eu pedi a palavra, versava sobre a apreciação dos extrapauta. Na verdade, é melhor que o senhor expresse qual é a conclusão nossa, se apreciaremos ou não, porque sou daqueles que defendem que votemos aqui todos os requerimentos que caibam no objeto da CPI, porque acredito que esta CPI deve investigar a fundo, doa a quem doer, para identificar a responsabilidade e punir exemplarmente quem assaltou os nossos velhinhos, nossos aposentados e pensionistas.

Eu só quero me somar àqueles que defendem a manutenção do acordo, que, na sessão de hoje, façamos as oitivas, mas aguardo sua manifestação, que, imagino eu, seja nesse mesmo sentido de fazermos as deliberações conforme o programado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Eu, diante da colocação tanto da Oposição quanto do Governo, peço paciência ao Deputado Marcel van Hattem, é o meu requerimento, que também subscrevi, e o colocaremos em votação, na próxima quinta-feira, para que mantenhamos o ritmo que foi acordado anteriormente.

Eu convido a tomar assento à mesa o Sr. Eli Cohen.

A reunião será transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. As perguntas dos aposentados que nos acompanham em todo o Brasil são muito bem-vindas.

Antes de darmos início, eu quero aqui fazer uma saudação e um agradecimento. Na última sexta-feira, saí em viagem pelo interior de Minas Gerais - acredito que os senhores todos devam estar diante da mesma sensação -, visitei em torno de oito cidades durante o final de semana, da sexta até o sábado, e, em todas as oito cidades, há uma unanimidade de uma expectativa muito grande sobre o trabalho desta Comissão: pessoas simples de todos os lugares, de todas as idades, desde jovens até os mais velhos aposentados, me procurando para dar os parabéns a esta Comissão e expressando a satisfação em nos assistir e acompanhar o nosso trabalho.

No sábado à noite, para que os senhores tenham uma ideia eu participei dos 40 anos da Convenção do Triângulo Mineiro da Assembleia de Deus. E é uma igreja, Relator, onde as pessoas até não têm o hábito de aplaudir. Eles são muito disciplinados, porque é uma igreja de uma disciplina, o pessoal. E quando eu fui anunciado e quando eu falei que a CPMI não blindaria ninguém, que nós colocaríamos aqui todas as informações de interesse da população, eu fui aplaudido por toda a igreja.

E isso, eu transmito aos senhores, esse desejo do povo brasileiro de que essa impunidade acabe no Brasil. Não tem cabimento o que os senhores acompanharam conosco aqui no depoimento do delegado. A Polícia Federal tem nomes, a Polícia Federal tem os meios, tem como todo o dinheiro foi retirado das contas dos aposentados, e nós não temos ninguém preso até hoje. Nós não temos um bloqueio de bens até o momento. Isso é de uma impunidade vergonhosa no Brasil.

E nós aqui não vamos... Eu fiquei feliz de ouvir a todos aqui da oposição e do Governo. Nós não vamos passar a mão na cabeça de ninguém. Esta CPMI vai colocar para fora todas as informações que a população brasileira deseja. E eu peço aos senhores esse compromisso e quero agradecer a paciência com que têm tratado os momentos tensos em que a gente consegue voltar ao princípio, que é da investigação da CPMI. Os senhores estão de parabéns, porque temos demonstrado ao povo brasileiro que estamos em um só sentimento de dar respostas à população.

Nosso depoente já está... *(Pausa.)*

Não, o assessor, infelizmente nós... Não, eu vou... Não é possível, Excelência. V. Sa. tem toda a experiência. O advogado? É advogado ou assessor?

(Pausa.)

Ah, não, então, por gentileza. Porque se fosse um assessor... Por gentileza. Está muito bem. Se é o advogado, e principalmente porque o senhor está aqui voluntariamente, queremos agradecer já a disponibilidade de conversar com esta CPMI.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Passo a palavra ao convidado, advogado Eli Cohen, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, primeiro, gostaria de deixar registrado que me sinto honrado...

Eu não preciso disso.

Eu me sinto honrado de poder colaborar com o mérito desta CPI.

Por outro lado, deveria me sentir feliz, mas, na verdade, não me sinto feliz, porque nós, nosso grupo de trabalho acabou tendo contato com muitos desses aposentados que foram vítimas, muitos desses 6 milhões de aposentados que foram vítimas dessa fraude sórdida, né? E nada, nada...

Por mais que eles recebam o dinheiro de volta, por mais que esta CPI tenha o sucesso completo de eliminar a possibilidade desse absurdo - e, no final, creio que os senhores vão entender por que eu digo absurdo de fraude: ter acontecido por

tanto tempo, mais de 15 anos -, ninguém vai devolver, ninguém vai devolver para esses aposentados o sofrimento que eles passaram.

Eu recebi aposentados que, por exemplo, não... Estavam sendo descontados porque eram cegos; ou então, um que, por exemplo, disse que a mãe dele era descontada de um plano odontológico, mas ela não tinha um dente na boca. E casos e casos e casos assim, em que foram eles que nos incentivaram a continuar esse calvário. Eu digo que foi exatamente um calvário até chegar neste momento aqui, porque os senhores não têm a menor ideia da dificuldade de, infelizmente, fazer com que as autoridades tomassem uma providência.

Veja que nós não só desvendamos a materialidade, nós chegamos à autoria. E eu espero que esta CPI faça o mesmo com outras, outras entidades - o mesmo, porque todas elas trabalham da mesma forma. Aliás... Aliás, vou deixar bem claro para vocês. Me desculpe, Sr. Relator, mas se eu o Sr. Relator fôssemos, agora, montar uma associação ou um sindicato voltados aos aposentados, nós teríamos que roubar para que ele desse certo. Não há a mínima - a mínima - possibilidade de esse modelo de negócio existir sem roubar. Não há, e eu vou provar isso. Veja, eu vou provar isso.

Então, espero poder realmente colaborar com esta CPI e me coloco à disposição para esclarecer qualquer coisa.

Se me permitir, eu tenho aí um eslaide que poderia, didaticamente, mostrar como funciona essa organização. A verdade: como funcionam todas as organizações...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não. Determino à Secretaria que faça a exibição do material trazido pela testemunha.

O SR. ELI COHEN - O que é isso aqui? *(Pausa.)*

Eu só quero um eslaide. Eu só quero um - um. *(Pausa.)*

Esse.

Eu posso levantar, pessoal, e ir até ali?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) - Tudo bem, mas eu acho que vão me ouvir.

Pessoal, vocês vão conseguir me ouvir.

Vejam bem, ele é extremamente didático.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Peço silêncio, por favor, da sala, para que a gente possa ouvir a testemunha, para ficar gravado. *(Pausa.)*

Só um instante, Sr. Cohen. Só um instante.

Aquele microfone ali lhe atende?

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) - Aquele? Eu creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Porque eles vão pegar um sem fio, para que o senhor... Porque é necessário gravar a fala.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) - Vamos lá.

Eu sei o que os senhores precisam...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não; não, não, não. Não. Só um instante, Sr. Eli Cohen, por gentileza.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instantinho, por favor, para a gente poder fazer a caminhada. *(Pausa.)*

Ali, olhe.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) - Pronto, melhorou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) - Segure o tempo dele; segure o tempo dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, ele terá todo o tempo para fazer a explicação necessária aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pode dar início nesse microfone, Sr. Eli Cohen. Antes de ir ao quadro, pode dar sequência...

Já está ligado aí?

Isso, pode começar a dar sequência nesse microfone.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) - Aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Isso. Luiz Lima, ajude...

O SR. ELI COHEN - Está bom. Vamos lá. *(Fora do microfone.)*

Esta organização funciona para três associações: Ambec...

Vamos lá.

Ambec... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Aí, pronto. Já está.

O SR. ELI COHEN - Alô, alô. O.k. O.k.

Ambec, Cebap e Unsbras, perfeito? Esse modelo que eu vou explicar - vou deixar bem claro isto aqui - funciona para todos os sindicatos e para todas as associações; todos! Todos, só mudam os personagens; o que não muda é a vítima: o aposentado. Sempre é a mesma; essa não muda, desde 2005. Perfeito?

Vamos lá.

E eu digo 2005, pessoal, não para favorecer um ou outro; não é isso. Eu trabalho com fatos, eu trabalho com ciência, perfeito? Tudo que eu estou falando aqui está provado, e vou deixar com o Presidente tudo separado para que vocês possam ter acesso às fontes de tudo que eu falar aqui. Sou responsável por tudo isso.

Vamos lá.

Muito bem.

Vejam assim: são dois núcleos, basicamente dois núcleos.

O núcleo que eu vou chamar "de Brasília", mas nem precisaria ser Brasília, é só porque o INSS está aqui... É no núcleo de Brasília, onde você tem o lobista, que neste caso é o Careca - e eu espero que vocês encontrem os outros carecas. Tem vários.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Inclusive, pode anotar mais um nome aí: Márcio Alaor. Esse é um Carecão!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Márcio Alaor. Esse é o papa do consignado, do empréstimo consignado. Mas isso é, isso...

Vamos... Vamos lá.

Então, funciona exatamente assim: este cidadão aqui tem o controle do departamento de benefícios do INSS; ele tem o controle. Ele tem o controle ali, perfeito? A questão das informações não é o principal que este cara faz. Por quê? Porque informações você compra em qualquer lugar! Na Santa Ifigênia, né? Na Santa Ifigênia você compra informações de aposentados. O problema não é comprar as informações; o problema é que este departamento aqui tem que fingir cegueira! Tem que fingir cegueira de todos e, veja, de toda natureza, porque não é só a cegueira do tipo "Ah, não; deixa essa ficha que entrou aqui e a gente nem confere a assinatura". Não; não! São cegueiras absurdas que depois a gente vai comentar.

Vamos lá.

Este cara aqui tem o domínio - é um *lobby* -, é o lobista, né? Ele tem o domínio aqui. Muito bem. Mas este cara aqui não funciona se não tem empresas como estas, que são empresas de seguro. Ele precisa ter isso. Por quê? Porque as associações...

Preciso de água. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

As associações fornecem o quê? Pacotes de benefícios, o.k., supostamente pacotes de benefícios. Aliás, logo quando nós começamos com essas investigações, eu quase comprei um pacote desse para minha mãe, porque ninguém morre, você compra, não morre, não há um sinistro de morte.

Esse grupo aqui lesou 1 milhão de aposentados, e não tem um enterro, um dente obturado, mas muito bem, vamos lá.

Esse cara aqui só funciona com o núcleo dois, e o núcleo dois tem que ser alguém que tenha essas empresas de seguro, são empresas sérias, essas empresas aqui são relativamente honestas, veja, elas existem. O problema, na verdade, é que este esquema aqui não existe, mas as empresas existem.

Se o aposentado tivesse acesso, soubesse que tinha esse benefício, talvez ele até usasse, mas como é que você vai usar uma coisa que você nem sabe que tem? Prova disso, pessoal, é que, graças a vocês, ou à CGU, em abril de 2025, 6 milhões de aposentados tiveram esses tais benefícios cortados. Por quê? Porque não se repassou mais um centavo, mas não existe em lugar nenhum, em Judiciário nenhum, nenhum aposentado reclamando do seu benefício - engraçado.

Por isso é que eu digo que essa fraude é 99%, para não dizer 100%. Mas vamos lá. Esse cara aqui repassa as informações para esse cara aqui, que finge... Para esses dois aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Quem são? Quem são? Quem são os dois?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Sr. Presidente, eu pediria que orientasse o nosso depoente, para que ele nominasse, porque o cara aqui está distante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - É isso, é isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Sr. Cohen, o senhor, por gentileza, pode citar os nomes para que quem está nos assistindo, inclusive, tenha acesso às informações completas, por favor.

O SR. ELI COHEN - É claro, é claro. Está certo. Vamos lá. Vamos lá.

Aqui você já conhece Antônio Carlos Camilo Antunes, esse aqui é Maurício Camisotti, esse aqui é Antônio Luz.

Antônio Luz é quem faz, na verdade, a interface entre as empresas, o Maurício Camisotti tinha e a parte política. E essa foi a pior barreira que nós tivemos por conta da blindagem que esse cidadão sempre teve nesses casos. Mas vamos lá.

Aqui aparece toda... Não convém ficar falando nome por nome, porque isso aqui, na verdade, é o segundo escalão que funciona.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sr. Eli...

O SR. ELI COHEN - Opa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O senhor pode falar o nome de todos? Já que as imagens estão sendo mostradas.

O SR. ELI COHEN - Então, eu vou precisar pegar meus óculos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - É, então, por gentileza, o senhor pode declinar os nomes.

O SR. ELI COHEN - Vamos lá.

Luiz Blotta, Luiz Blotta faz uma parte da estruturação, a estruturação estratégica da empresa; Rodrigo Rosolem, o nº 2 deste homem aqui, nº 2, Rodrigo Rosolem; Guido Martinelli, Diretor-Financeiro; e Ademir Fratic, que, se eu não me engano, é sobrinho do Maurício Camisotti, e faz a parte de logística.

Aí você tem o terceiro escalão, e guardem bem o nome, Ramon Novais, financeiro. Aqui passou R$1 bilhão, na mão deste cara, R$1 bilhão.

Ele ficava com todos os t*okens* - claro que tudo sob o comando, capitaneado por Maurício Camisotti -, ele ficava com todos os *tokens* dessas associações.

Aqui você tem o contador, Fernando Araújo... E, meus colegas, é constrangedor, mas Vinicius Siqueira, jurídico, e Luciana Lupiano.

Com relação a esse fato, pessoal, vamos... vamos deixar claro uma coisa. Veja, isso aqui não funcionou sozinho. Isso aqui funcionou com a leniência, por exemplo, do Ministério Público; com a leniência de um juiz, que tinha 400, 500 ações ali

com o mesmo mérito, e encarava isso como um problema de consumidor. Quer dizer, não é só... isso, isso é... é muito grande, é muito maior.

Claro que ativamente, esse pessoal aqui é que fazia...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar. *Fora do microfone*.) - Qual juiz?

O SR. ELI COHEN - ... ou seja, compunha a organização.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone*.) - Qual juiz?

O SR. ELI COHEN - Hum? Eu não entendi?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone*.) - Qual juiz? Eu não escutei os nomes. Você falou Vinicius...

O SR. ELI COHEN - Juiz?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone*.) - Vinicius...

O SR. ELI COHEN - Não, Vinicius.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - "Contou com a leniência de um juiz..."

O SR. ELI COHEN - Em relação a juízes, se eu não me engano, nós temos 12.400 juízes no Brasil, são 12.400 juízes que têm que ser questionados.

(Soa a campainha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Mas é a real! É real. Porque eles poderiam ter inviabilizado esse negócio.

Isso aqui é um negócio, pessoal; isso aqui é um negócio. O que é que eles fazem? Eles jogam 50 mil, adesão. Aí esse pessoal aqui fica preparado para quê? Para que as pessoas que vão reclamar, eles vão lá e pagam.

Então, de 50, sobrou quanto? Quarenta e oito mil. Bom negócio. E para isso tem toda essa estrutura. Só para se ter uma ideia, essa menina aqui, ó, Maurília Ishiwaka, sei lá o quê, olha aqui, ó, ela era ex-funcionária do Reclame AQUI.

Isso aqui é muito bem pensado, pessoal. Esse aqui é um esquema criminoso empresarial, não é, não é um esquema... entendeu? "Ó, vamos lá". Não, todo mundo aqui sabia o que tinha que fazer.

Essa aqui, por exemplo, era especialista em receber oficiais de justiças.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Hum?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. Para interpelar.) - Qual o nome da especialista?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Maurília Ishiwaki, Ishiwaka.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - E a outra foto?

O SR. ELI COHEN - Juliana Jesus Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Ishikawa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Eu tenho todos os dados aí depois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Sim, ela foi contratada; como ela, na verdade, trabalhava no Reclame AQUI e eles sabiam que eles iam ter uma enxurrada de "reclames aqui", então eles contrataram justamente uma pessoa de lá de dentro que sabia manobrar a situação e resolver isso para não aparecer.

Pessoal, isso aqui foi muito bem pensado. Eles só não contavam comigo. A real é essa. *(Risos.)*

Não, eu estou falando sério, a real é essa. Eles só não contavam, contaram que eu, na verdade, seria persistente, porque... agora, uma coisa... uma coisa eu deixo claro: a materialidade desse crime... você não precisa, você não precisa mais do que o Google, mais do que o Google. Eu descobri esse crime, ou seja, eu entendi que isso era um crime em dez minutos, pessoal.

Tá certo que eu trabalho com investigação, eu faço uma advocacia...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Para interpelar.) - Foi quando?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Dois mil... final de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, vamos deixar as perguntas na sequência da listagem? Vamos deixar o entrevistado, nossa testemunha falar, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Silêncio.

O SR. ELI COHEN - Não, mas até acho pertinente isso aqui, porque também não faz diferença.

Veja bem, a primeira notícia-crime que eu ingressei foi em 2023, abril de 2023.

Infelizmente... Creio que foi no Governo Lula, né? Mas, de qualquer forma, veja, o fato é que ali começou. Eu comecei a investigar em 20 de dezembro de 2022, não é isso? Veja, veja, pessoal, nós temos casos lá complexos, que demoram um ano, dois anos. Esse demorou três meses, pessoal. Três meses e eu já tinha a materialidade, a autoria, já tinha o careca, já tinha o departamento e tudo, todos eles classificados. E ninguém se atrevia a investigar ou a tocar para frente.

Por isso que eu lancei mão, que é um outro instrumento que nós temos, do jornalismo investigativo, que ampliou as nossas investigações. Essa é a realidade. Veja, eu só utilizo o jornalismo investigativo quando as autoridades se recusam... prevaricam, é a real, a verdade é essa. Prevaricam. Aqui é... Isso aqui só foi possível porque todo mundo combinou de não enxergar nada, de não querer enxergar nada. Veja bem, coisas, situações bizarras. Por exemplo, vamos falar sobre essa mesmo, a Ambec. Como vocês vão verificar, esse número aqui já alterou, tá? É porque, mesmo depois da operação... não a Operação Sem Desconto. Nem sei como é que chamava o nome da primeira operação, derivada da nossa notícia-crime. Mas, de qualquer forma, não faz diferença. Mesmo depois da operação que teve busca e apreensão...

É Operação Custo Brasil? Não faz diferença.

Mas, de qualquer forma, mesmo depois de busca e apreensão, continuaram a receber.

Veja, o *lobby* é tão forte, tão forte que as entidades sofreram busca e apreensão, inclusive na casa desses elementos aqui, ó. E mesmo assim, veja bem, mesmo assim, ainda, se eu não me engano, receberam, um ano, duzentos... Este valor aqui: novecentos e poucos milhões.

De qualquer forma, por que está aqui nosso amigo Nelson Wilians? Porque esse foi um dos indícios que me alertou, logo de início. Quando recebi esses dois aposentados - e veja que eu nunca trabalhei para um aposentado fraudado -, eu trabalhei para dois aposentados que eram usados como laranjas nessas associações: a Sra. Maria Aparecida, pessoa extremamente simples, que mora na periferia, e o Sr. Luiz Carlos dos Santos, cadeirante, ex-policial militar, que me procuraram em dezembro e, por obra de Deus, eu acabei atendendo eles, porque era 20 de dezembro e eu, sem desmerecer - e hoje eu agradeço -, mas não sou eu que atendo *pro bono*. Mas naquele momento não tinha outro advogado e eu estava lá. Era 20 de dezembro e estava todo mundo de férias. E alguém me pediu: "Poxa, atende eles aí e tal, é um cadeirante". E eu atendi. Eu digo para vocês - tenho até vergonha de falar - que eu não precisei mais do que dez minutos. Em dez minutos, eu sabia que era uma fraude endêmica. Em dez minutos.

Aí eu pedi para que eles retornassem depois de uma semana e foi quando aí eu disse para eles: "Infelizmente, vocês são..."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - De quais entidades?

O SR. ELI COHEN - Ambec. Nesse momento, era a Ambec. É, Ambec. Nesse momento, era a Ambec. Hoje eu represento o Presidente da Cebap e mais uma funcionária da Cebap, e continuo representando a Ambec, e represento também esse cadeirante que é também do mesmo grupo - perfeito? -, mas só que de uma associação diferente, chamada Obasp, que estava esperando para poder ter o acordo de cooperação técnica.

Porque também tem esta, veja bem: esse cidadão aqui tinha um estoque de associações e ia trabalhando, tanto que, tanto que - eu posso, quando eu me sentar, eu dou a data para vocês -, um pouco antes de estourar a Operação Sem Desconto - veja bem, pessoal, isso é seriíssimo -, eles estavam montando uma cooperativa, inclusive com o endereço, que eu também tenho aqui, e com ata já. A cooperativa de quem que era? Maurício Camisotti e Antônio Carlos Camilo. Eu tenho a ata. Eu tenho a ata. Perfeito? Casa alugada, móveis comprados.

Por que eles queriam... Eu trabalho com infiltrados, pessoas que se infiltram onde eu preciso ter informações que sistema nenhum no mundo pode conseguir. E a intenção deles, a intenção deles, por incrível que pareça - e eu peço desculpa para vocês -, era ter mais influência aqui nesta Casa e mais influência no INSS. Aí eles iam dominar. Se vocês não tivessem

feito isso, eu falo para vocês que hoje nós teríamos aí 10 milhões de aposentados tranquilamente. Eles não tinham medo algum, pessoal. Se eu estou dizendo pra vocês que eu tenho casos complexos... que eu lanço mão de equipamentos, assim, que nem existem no Brasil... Desse, eu levantei a saia no Google.

Então, quando eu me sentar aqui, desculpa, com todo o respeito que eu tenho pela minha colega que esteve aqui, ela dizer que não sabia, ela dizer... Chega, sabe, a ser um insulto, pessoal. Pessoal, ela não tem... É a Defensora Pública da União. Ela não tem Google!

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Presidente, silêncio na sala, Presidente.

O SR. ELI COHEN - Ela não tem o Google. *(Pausa.)*

Eu sei, eu sei.

Ela não tem o Google ali.

Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sr. Eli, só uma pergunta: o senhor tem mais algum dado no quadro a mostrar?

O SR. ELI COHEN - Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Se o senhor não tiver, eu vou convidar....

O SR. ELI COHEN - Tenho, tenho, tenho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - o senhor a se sentar novamente e retomamos daqui.

O SR. ELI COHEN - Vamos lá.

Uma das coisas que me levantou logo o alerta foi esse cidadão aqui, que é um dos advogados mais... Eu acredito que seja um dos escritórios mais caros do Brasil, excelente escritório, mas ele era o advogado da Ambec, dessa Ambec aqui; ou seja, em tese, a minha cliente, a D. Aparecida, é que deveria ter assinado o contrato com ele, afinal de contas ela era a Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Que advogado?

O SR. ELI COHEN - Nelson Wilians.

Como é que o Nelson Wiliams, ou seja, o escritório do Nelson Wilians - não vou dizer que seja ele, mas de qualquer... -, como é que o escritório do Nelson Wilians é advogado de uma associação que cobra R$45 de um aposentado? Não tinha o menor sentido.

E aí, são esses detalhes que nos levam a crer que vale a pena investigar. Nesse momento, o Sr. Nelson Wilians representava a Ambec em 460 processos, hoje deve estar com 80 mil - 80 mil.

Tenho certeza absoluta de que eu falei muita coisa que vocês, com certeza - os senhores, desculpa -, já sabem, mas isso, esse golpe não se limita só a essa fraude, ele trava o Judiciário. Nós estamos falando em 500, 600, 800 mil processos ali que estão no lugar de processos sérios, sérios. E, com todo o respeito que eu tenho pela militância da advocacia, o advogado, na minha opinião, jura lealdade ao seu cliente, não ao crime. Uma coisa é o advogado defender o criminoso - eu defenderia um criminoso, todos têm direito à defesa, mas eu não defendo o crime -, e esses advogados aqui defendiam o crime, para que ele pudesse continuar, a real é essa. Eu não posso, eu tenho vergonha desse tipo de situação. Defender o criminoso é uma coisa, defender o crime é outra, pessoal. Você pode defender um traficante porque está preso, agora você não pode fazer uma advocacia preventiva para ele não ser preso e continuar traficando. Isso é quadrilha, pessoal. Isso é partícipe.

Então é isso, Presidente. Paramos por aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O senhor pode sentar-se, por gentileza, Sr. Eli.

Acender a luz novamente.

O senhor tem mais alguma coisa a colocar ou podemos dar início às perguntas, Sr. Eli?

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone.*) - Agradeço a paciência e vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Então, regimentalmente, o Relator tem primazia, ele dá início sem tempo limitado.

Com a palavra o Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) - Boa tarde a todos. Boa tarde ao depoente.

Eu queria saber como é que se pronuncia o nome do senhor.

O SR. ELI COHEN - Eli Cohen.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eli Cohen?

O SR. ELI COHEN - É. Coincidentemente igual ao espião. Na verdade o meu nome é em homenagem a ele, mas é só uma coincidência.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sr. Eli...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O sobrenome dele no hebraico depende da sua origem, sefaradita ou asquenaze.

O SR. ELI COHEN - Muito bem, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sr. Eli, estou curioso com a primeira indagação: quem é Dr. Eli Cohen?

O SR. ELI COHEN - Vamos lá. Dr. Eli Cohen é um advogado que entende que a justiça não está na lei e, sim, na consciência, em primeiro lugar. Dr. Eli Cohen é um advogado que não tem preço, tem valor, porque podem ter certeza os senhores que, durante toda essa caminhada, já me ofereceram muito dinheiro, não só em relação a essas associações, como outras que sabiam que iam ter problema. Vamos deixar bem claro que o Maurício Camisotti teve a chance de fazer acordo com os meus clientes. Porque... Eu vou deixar claro para... Relator, eu preciso dizer sobre isso, por quê? Porque aí o senhor vai entender quem sou eu. Eu...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Se o senhor me permitir, o senhor vai ter muitas perguntas a responder aqui. Eu acharia de bom grado sermos o mais objetivos possível, Doutor, me desculpe, mas para a gente poder adentrar ao mérito.

Quando eu fiz a pergunta ao senhor, eu fiz a pergunta no sentido de: o senhor é um advogado? O senhor é um investigador? O senhor é um curioso? Quem é o senhor?

O SR. ELI COHEN - Eu sou um advogado voltado à investigação para solucionar problemas, para evitar judicializações. É isso aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Muito bem.

O senhor tem um escritório próprio? Participa de algum escritório?

O SR. ELI COHEN - Meu escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Como é o nome do escritório do senhor?

O SR. ELI COHEN - Cohen Menin.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Muito bem.

Como foi o senhor foi parar no epicentro de uma denúncia como essa, de um roubo bilionário?

O SR. ELI COHEN - Sr. Relator, aqui eu teria que repetir, então.

O fato é o seguinte: por volta de dezembro de 2022, fui procurado por dois aposentados que diziam estar sendo usados conscientemente; conscientemente, sendo usados. Vou dar o nome aqui: Maria Aparecida Vieira, Ambec; e Luiz Carlos dos Santos, Obasp. Todas essas duas associações são operadas, capitaneadas pelo grupo de Maurício Camisotti. Perfeito?

Então, essas duas pessoas vieram. E, por uma grande sorte de 6 milhões de aposentados, eu acabei atendendo eles. E eu, para falar a verdade, queria mesmo era, com toda franqueza, que aquilo acabasse logo, porque, para mim, era uma coisa que não tinha muito sentido. Por outra, eles estavam ali de forma consensual, recebendo.

Então, mas eles foram falando, e eu fui analisando, como eu falei, no Google, pessoal, no Google.

Em poucos minutos, eu já sabia que...

Eu não sabia exatamente a autoria, eu não sabia se Maurício, se o grupo THG estaria envolvido dolosamente, não. Eu não sabia. Não sabia, mas eu sabia que ali existia materialidade de um crime bilionário. Por quê? Porque, ao pesquisar no Google, dezenas de outros sindicatos e associações apareceram com o mesmo *modus operandi*.

Eu falei "cara, nós estamos acostumados com isso". Nós vamos atrás de detalhes, mas isso não era o detalhe, isso era um elefante na sala. É isso que, na verdade, deixou a gente incrédulo com relação ao INSS ou, então, à própria controladoria ou à Polícia Federal. Aquilo era um elefante na sala. Não era um detalhe. Não era um...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Se o senhor me permitir continuar, porque o senhor vai poder, em outras oportunidades, falar sobre isso.

O senhor me disse agora que foi alçado a esse epicentro porque foi procurado por dois aposentados, e, rapidamente, o senhor descobriu que isso era algo gigantesco. É verdade isso?

O SR. ELI COHEN - Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor pode me dizer qual foi a data exata em que o senhor recebeu esses aposentados?

O SR. ELI COHEN - A data exata eu não tenho aqui, mas é entre 18 de dezembro de 2022 até 22 de dezembro.

Eu sei dessa data, porque, na verdade, era quando eu estava sozinho no escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Então foi no final de dezembro de 2022.

O SR. ELI COHEN - Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor disse algo muito interessante, e aqui eu vou misturar um pouco a ordem cronológica, para a gente ir aos pontos fundamentais.

O SR. ELI COHEN - Vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor disse que fez uma notícia-crime.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor fez uma notícia-crime relatando o quê, a quem e em que data?

O SR. ELI COHEN - Vamos lá.

É, na verdade eu tenho aqui uma linha do tempo. Eu gosto de trabalhar com linha do tempo.

Vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas eu estou falando da notícia-crime.

O SR. ELI COHEN - É, a notícia-crime.

A notícia-crime foi no dia 16 de julho de 2024, na terceira delegacia de crimes... De 2023, desculpem; de março.

Quem colocou isso aqui? O.k., pessoal, não faz diferença. Vamos lá.

Dia 6 de março de 2023 foi quando eu protocolei a notícia-crime na 3ª Delegacia do Deic.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Do Deic de onde?

O SR. ELI COHEN - São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Qual a providência tomada pela Polícia Civil do Estado de São Paulo com essa notícia-crime do senhor?

O SR. ELI COHEN - Investigaram; investigaram um pouco, investigaram um pouco e, de repente, não passaram mais a investigar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Qual foi a data em que o senhor tomou conhecimento ou sentiu que essa investigação tinha sido paralisada ou não estava correspondendo às expectativas?

O SR. ELI COHEN - Sr. Relator, quando eu entrego uma notícia-crime, a polícia só tem que mandar a intimação - não precisa investigar praticamente nada -, porque eu mando tudo pronto, perfeito?

Muito bem; depois de dois meses e nada acontecendo, eu já sabia que nada ia acontecer.

Então, eu procurei tomar outras providências.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quais providências?

O SR. ELI COHEN - Primeiramente, eu contatei o Otto - o jornalista Otto -, excelente jornalista.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - De onde?

O SR. ELI COHEN - Da revista *Veja*.

E eu vou lhe dizer até quando foi, por quê? Porque ele se interessou muito; na verdade, ele se interessa por todas as matérias que eu mando para ele.

Desculpem, só uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) - O senhor pode dar a resposta dele.

O SR. ELI COHEN - O senhor não tem isso aqui?

Muito bem.

O.k.

Eu estava falando...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor falou que procurou...

O SR. ELI COHEN - O.k.

Eu lembro muito bem quando foi, por quê? Porque, apesar de ele ter amado a possibilidade de publicar essa matéria, com todos os detalhes que nós tínhamos, ele não podia fazer, porque estava no segundo turno da eleição de Prefeitos e tudo mais - exatamente nessa época. Então, ele pegou e mandou uma notinha, dizendo o quê? Dizendo que, nas próximas edições, ele iria detalhar o funcionamento desse crime em vários capítulos.

Aí, por conta dessa notinha, o Sr. Luiz Vassallo, jornalista fantástico, investigativo, do jornal *Metrópoles*, me ligou - por conta dessa notinha - e disse: "Eli, estou interessado, cara, estou interessado nesse tema, porque já tentei fazer muita coisa"; mas, claro, ele não tem os equipamentos e ele não tem o *know-how* que nós temos ali à disposição. E, aí, ele me pediu se eu poderia fornecer para ele. E eu falei: "Mas é claro!"; e forneci tudo. Foi graças a ele que se amplificou essa nossa investigação e nós estamos aqui hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sr. Eli, o senhor disse que entrou com a notícia-crime junto à Polícia Civil do Estado de São Paulo e que o passo seguinte foi procurar a imprensa, através desse jornalista que o senhor acabou de citar.

Nesse período, em algum momento o senhor procurou o Ministério Público, a CGU, o Tribunal de Contas ou qualquer outra instituição que tenha atribuição de fiscalização?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quais instituições o senhor procurou, quando e quais as providências tomadas?

O SR. ELI COHEN - Sr. Relator, as datas exatas eu posso lhe dar daqui a pouco, mas eu vou lhe dizer exatamente o que eu fiz. Na verdade, não vou dizer o que eu fiz. Foi o próprio Ministério Público que me ligou, através do Gaeco de São Paulo, por conta, provavelmente, da notícia-crime que estava ali parada na 3ª Delegacia da DIG.

Uma coisa o senhor sabe... O senhor já foi procurador, promotor, o senhor sabe como funciona isso, né? O senhor recebe uma ligação lá de cima e fala: "Para um pouquinho aí, não dê andamento!".

Então...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Essa ligação eu não recebi, não, viu? *(Risos.)*

O SR. ELI COHEN - Não com o Ministério Público, mas com a polícia isso funciona diariamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas vamos continuar.

O senhor disse que recebeu um telefonema do Gaeco de São Paulo. Esse telefonema aconteceu em que período?

O SR. ELI COHEN - Posso lhe dar as datas, mas eu não tenho aqui agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas o que é que se solicitava do senhor nesse telefonema?

O SR. ELI COHEN - Tudo o que eu tinha fornecido ao *Metrópoles*, tudo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor pode dizer pelo menos o ano?

O SR. ELI COHEN - Claro. Claro, foi em 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Foi em 2023.

O SR. ELI COHEN - Tudo aconteceu em 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Certo. E o senhor esteve pessoalmente no Gaeco?

O SR. ELI COHEN - Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe se, além desse departamento do Ministério Público, alguém mais procurou o senhor, tipo o Tribunal de Contas ou alguma outra instituição?

O SR. ELI COHEN - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá. Vamos um pouco mais adiante.

Por que foi o *Metrópoles* que noticiou isso? E quando foi isso noticiado? Eu pergunto ao senhor, porque, no inquérito policial da Polícia Federal, são dezenas e dezenas de reportagens do *Metrópoles* que fundamentaram a abertura do inquérito policial. Aí, eu pergunto ao senhor: Foi o senhor quem procurou o *Metrópoles*?

O SR. ELI COHEN - Não. Foi o Luiz Vassallo que me procurou, por conta da pequena notícia que saiu na revista *Veja*.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O Brasil não sabe, evidentemente, quem é Luiz Vassallo, de fonte aberta. Quem é Luiz Vassallo?

O SR. ELI COHEN - Luiz Vassallo é um jornalista investigativo que criou a matéria "Farra do INSS".

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Foi o senhor que repassou para ele os dados das reportagens?

O SR. ELI COHEN - Todos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Todos.

Muito bem.

Dizendo isso, volto à primeira pergunta: quem é Dr. Eli Cohen? Porque foram essas reportagens que embasaram a abertura do inquérito policial da Polícia Federal.

Começando do fim para o começo, o senhor mostrou ali uma organização criminosa, achei muito interessante, afinal de contas, perguntei e o senhor disse que é um investigador. Essa investigação do senhor, ela... Segundo o que está demonstrado, ela chegou a operadores financeiros, tipo o Careca do INSS, o tal do Antônio Carlos Camilo. O senhor já esteve em algum momento com Antônio Carlos Camilo?

O SR. ELI COHEN - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe quais políticos, a nível nacional, no Congresso Nacional, dão suporte a Antônio Carlos Camilo?

O SR. ELI COHEN - Provas, nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor conhece algum Senador, algum Deputado que recebeu mesada de Antônio Carlos Camilo?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor conhece algum Deputado ou Senador que recebeu mesada ou qualquer outro tipo de benefício pelas mãos de Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN - O senhor está me perguntando se eu sei ou se eu tenho provas?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Perguntando se o senhor sabe. Agora, evidentemente, que o senhor falar sem provas, eu acho...

O SR. ELI COHEN - Eu não tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - ... que é uma decisão do senhor.

O SR. ELI COHEN - Exatamente, não. Por isso, que eu nunca... Por isso, que nunca, nas matérias, em lugar nenhum...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Vou mudar a pergunta: o senhor ouviu dizer se existe algum político, algum Ministro de Previdência, algum Presidente do INSS que foi favorecido direta ou indiretamente por esse núcleo financeiro dessa organização criminosa?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E como uma organização criminosa desse porte se infiltrou no sistema previdenciário brasileiro sem qualquer suporte político?

O SR. ELI COHEN - Eu não disse que não tem suporte político, eu disse que eu não tenho os nomes.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Então, eu vou...

O SR. ELI COHEN - Agora, veja bem... A pergunta do senhor, Sr. Relator, é a resposta. Como? Como isso poderia acontecer? Cabe aos senhores agora fazerem o resto do trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor fez uma investigação... O senhor fez uma investigação tão percuciente com...

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - ... tantos dados certeiros, que eu tive a ousadia de perguntar ao senhor quem está por trás do que o senhor mostrou aqui. O senhor tem condições de dizer, ou o senhor prefere não dizer, ou não tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN - Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

O SR. ELI COHEN - Veja bem, se eu tivesse estendido as minhas investigações, com certeza, teria; mas não era o escopo da minha... E só para uma correção: eu não sou um investigador, eu sou um advogado investigativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu confesso ao senhor que eu não sei a diferença. *(Risos.)* O senhor pode explicar só para eu poder...

O SR. ELI COHEN - Começa que...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - ... delimitar minhas atribuições.

O SR. ELI COHEN - Começa pelo nome: investigador é só investigador, advogado investigativo é um advogado que se utiliza da investigação para evitar litígios, para não ser mais um dos cem milhões de processos que ficam pendentes na Justiça. Através de investigações, você consegue trazer à mesa acordos que não seriam feitos se você não tivesse - desculpe-me a palavra - levantado a saia do outro lado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quer dizer, o senhor, em breves palavras, está dizendo que usou o Código de Processo Penal com as delimitações próprias da legislação para poder usufruir do direito de investigar, é isso?

O SR. ELI COHEN - Claro, claro, e Provimento 188 da OAB também.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu entendi, no começo, que o senhor tinha um escritório de investigação. Então, na verdade, o senhor não tem esses... Não é um escritório de investigação, o senhor tem um escritório de advocacia que, quando necessário, o senhor adentra...

O SR. ELI COHEN - Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - ... na investigação. Então, o senhor já fez algum uso desse preceito legal em casos em que o senhor atuou?

O SR. ELI COHEN - Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Claro.

O senhor poderia citar um caso de grande porte em que o senhor atuou utilizando desse meio legal?

O SR. ELI COHEN - Operação Encilhamento. Foi o único envolvido que perdeu para o Ministério Público todos os seus imóveis, os outros foram processados. A Operação Encilhamento...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quando ocorreu essa operação? Como essa operação foi assim denominada?

O SR. ELI COHEN - É um braço da Lava Jato.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Um braço da Lava Jato. E atingiu a quem essa operação?

O SR. ELI COHEN - Fundos de pensões. É o meu *karma*.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas havia um rosto por trás disso?

O SR. ELI COHEN - Quatrocentos rostos. Mas esse era um dos líderes que estava morando nos Estados Unidos, em uma *penthouse* em Manhattan.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quem é esse?

O SR. ELI COHEN - Eu não sei se...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Agora o senhor não está dizendo nenhuma novidade. Isso aí, pelo que o senhor está dizendo, já foi publicizado.

O SR. ELI COHEN - Renato de Matteo Reginatto.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor teve algum negócio, fez algum negócio com esse cidadão?

O SR. ELI COHEN - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Conhecia ele antes?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Nunca...

O SR. ELI COHEN - Não, não, não! Calma.

Sim. O meu cliente... Eu tinha um cliente que também era vítima dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Certo.

Essa operação já foi encerrada?

O SR. ELI COHEN - Claro, foi sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ele foi condenado?

O SR. ELI COHEN - Foi condenado e extraditado da Itália para cá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Está cumprindo pena hoje ou já cumpriu?

O SR. ELI COHEN - Desculpa, mas eu não tenho conhecimento, mas eu acho que não, como a maioria - não é? - dos condenados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Só queria saber se o senhor tinha *expertise* e experiência em utilizar essa metodologia em outros casos.

Voltando um pouco a essa temática, eu lhe perguntei se em algum momento o senhor já tinha estado com Maurício Camisotti ou com Antônio Carlos Camilo, e o senhor disse que...

O SR. ELI COHEN - Desculpa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu perguntei se o senhor tinha estado em algum momento com Antônio Carlos Camilo - o Careca do INSS - e Maurício Camisotti. O senhor disse que...

O SR. ELI COHEN - Não, não, não. O senhor me perguntou se eu tive em algum momento com o Careca do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Que é o Antônio Carlos Camilo.

O SR. ELI COHEN - É. Maurício do Camisotti, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Então, espera aí. Olha só, o senhor esteve em algum momento com o Careca do INSS?

O SR. ELI COHEN - Jamais.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E com Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Em quais circunstâncias e por quê?

O SR. ELI COHEN - De oferecer a ele que pagasse os 460 processos que estavam em curso - porque eu já sabia que eram fraudes - e que indenizasse os meus clientes porque eu entendia que eles mereciam danos morais em relação a serem utilizados como presidentes de uma quadrilha, de uma fraude dessa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Muito bem, vamos partir dessa premissa. O senhor encontrou com Maurício Camisotti onde e em qual oportunidade?

O SR. ELI COHEN - Muito bem. Se o senhor me perguntar datas, vai ficar um pouco difícil, mas eu tenho tudo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu também não quero lhe pegar em datas.

O SR. ELI COHEN - Mas vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu queria que o senhor fizesse uma visão do tempo.

O SR. ELI COHEN - Antes da notícia crime, eu dou a chance para que a outra parte possa... Eu não trabalho para o Ministério Público. Esse é um problema do Ministério... Era um problema do Ministério Público. Então, eu estava ali defendendo os direitos dos meus clientes. Então, o que eu fiz? Eu me sentei com o Sr. Maurício Camisotti e com o Sr. Rodrigo Rosolem - que inclusive me gravou, vamos deixar isso bem claro, mas não faz a menor diferença isso para mim, porque eu sei muito bem o que eu falo - e eu disse para ele o seguinte: veja, eu venho aqui, porque eu já levantei e sei que você é o chefe da quadrilha. Você é o chefe dessa organização.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor se dirigindo a quem? Ao Maurício...

O SR. ELI COHEN - Ao Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Onde foi esse encontro?

O SR. ELI COHEN - Na Nações Unidas, lá na central da THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - THG.

O senhor vai ter a oportunidade, daqui a pouco, de esclarecer o que é THG. Deixe-me dar só um corte aqui. O senhor investigou e descobriu que estava tendo um rombo para milhares de aposentados e, nessa investigação, o senhor descobriu quem era o chefe disso ou quem estava à frente disso e o senhor denominou essa figura como Maurício Camisotti, é isso?

O SR. ELI COHEN - Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E o senhor o procurou?

O SR. ELI COHEN - Defendendo os interesses dos meus clientes.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E qual foi a proposta que o senhor fez a Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN - Em termos de números, eu me reservo o direito de não...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas a proposta o senhor disse aí.

O SR. ELI COHEN - A proposta eu vou dizer: que ele indenizasse os meus clientes e que ele pagasse... Veja bem, isso é muito importante, porque poucos advogados se importariam com 460 processos de quem eles nem conhecem, mas eu sabia que existiam, eu sabia que eles eram vítimas. Então, eu disse: primeira coisa, você vai pagar esses... Davam R$2 milhões, se não me engano, as indenizações desses 460 processos e mais ou menos uns 190 Reclame Aqui. Era o começo, o começo da aventura fraudulenta.

De qualquer forma, eu falei: eu só posso fazer um acordo com você se você pagar os 460.... Vamos deixar claro que ele queria fazer o acordo com os meus clientes, o que ele não queria era indenizar os 460 processos que estavam inclusive no escritório do Sr. Nelson Wilians. E eu não pude fazer esse acordo e informei aos meus clientes que, se eu fizesse esse acordo, seria uma extorsão, porque eu sabia que existia o crime, eu sabia a materialidade e eu sabia a autoria. E vamos deixar claro que, naquele momento, eu também sabia de todos os outros, é claro, mas só da materialidade, eu não sabia a autoria. Eu sabia, com toda a franqueza, que todas aquelas adesões em sindicatos eram todas fraudes, mas eu não sabia

quem era realmente o dono, quem era o beneficiário daquilo. Então, eu me foquei naquilo em que eu tinha o domínio do fato, que era a Ambec naquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor...

O SR. ELI COHEN - O senhor quer saber o que ele respondeu?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pode ser.

O SR. ELI COHEN - Eu acho interessante.

Pelo valor que eu pedi, que não foi nada fora do comum, fora de coisa, para uma pessoa que chegou depois a faturar R $1 bilhão, ele disse o seguinte... Ele virou para o sócio dele e perguntou: "Qual é que é o advogado mais caro do Brasil? É melhor eu pagar o advogado mais caro do Brasil". É assim que eles tratam as situações. Aí eu disse para ele: então, eu vou lhe dar um conselho grátis: economiza, contrata um pai de santo, porque, na hora que eu começar, meu amigo, não vou parar.

Veja bem, tudo que eu estou dizendo está gravado. Está gravado, porque ele me gravou.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

Dr. Eli, queria saber desse encontro e quem é que o senhor conhecia. Então, o senhor teve, pela primeira vez, a primeira oportunidade com Maurício Camisotti. Depois desse encontro, o senhor ainda voltou a falar ou estar pessoalmente com Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Com o Careca do INSS, o senhor já respondeu que nunca esteve.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ele já disse que nunca esteve.

O SR. ELI COHEN - Sim, nunca estive. Até gostaria. Gostaria porque, num determinado momento em que eu percebo que ele, na verdade, não tinha absolutamente nenhuma chance de se safar dessa aqui, eu mandei um recado através do advogado dele dizendo que, se ele não quisesse fazer uma delação, que ele a fizesse a mim. Pelo menos eu colocaria mais gente na foto, porque ele não é sozinho: o Maurício Camisotti não é o dono dessa... Não é o *capo del capo*. O Maurício Camisotti é um...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Era uma pergunta que eu ia fazer ao senhor.

O SR. ELI COHEN - E eu vou dizer mais: hoje eles são... É o Valério, é o Marcos Valério do mensalão. E é injusto, porque eles não são sozinhos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Deixe-me continuar aqui para gente objetivar; tem muita gente aí querendo perguntar.

O Careca do INSS. O senhor, nessas investigações - vou voltar a perguntar -, teve conhecimento de se o Careca do INSS distribuía brindes, benfeitorias ou vantagens para algum funcionário público, incluindo políticos?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Viagens, presentes?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor teve conhecimento de se o Careca do INSS, Antônio Carlos Camilo, tinha alguma relação com o Ministro da Previdência, o Presidente do INSS ou o Diretor de Benefícios?

O SR. ELI COHEN - Naquela altura, não. Hoje, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quais as pessoas com as quais o senhor disse que hoje teve conhecimento que ele mantinha relação?

O SR. ELI COHEN - Certamente o Virgílio.

O sobrenome dele inteiro é... *(Fora do microfone.)*

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quem é Virgílio?

O SR. ELI COHEN - Eu só peço desculpas, pessoal, porque no meu escritório deve ter uns sete ou oito casos a cada seis meses. Eu tive que recolher essas informações todas de um caso que já estava engavetado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas o senhor não precisa... Detalhes técnicos.

O SR. ELI COHEN - É que, veja... É que eu tenho outros casos e eu não fiquei a minha vida inteira só neste caso, mesmo porque eu disse...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas vamos nos ater a essa pergunta.

O SR. ELI COHEN - É Virgílio Antônio Ribeiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quem é Virgílio Antônio Ribeiro?

O SR. ELI COHEN - Se eu não me engano, ele era o Diretor do departamento de Benefícios. É este aqui que autorizava, se eu não me engano, as remessas de dinheiro para as associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Vamos voltar para a pergunta: hoje, a pessoa que o senhor tem para nominar, com um possível relacionamento com Careca do INSS, é esse Virgílio? Ou o senhor tem mais alguém dentro da estrutura governamental que o senhor possa citar?

O SR. ELI COHEN - Sr. Relator, nem mesmo o Virgílio saiu das minhas investigações. O Virgílio saiu das investigações da CGU, talvez, que tenha feito... Mas não da minha. Eu fiquei sabendo através das investigações da CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas, como o senhor é testemunha, o senhor pode falar de conhecimento próprio ou de conhecimento que o senhor adquiriu. Do conhecimento que o senhor adquiriu, o Virgílio seria um elo com Antônio Carlos Camilo, o Careca, não é isso?

O SR. ELI COHEN - Mas é claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto. E, com esse conhecimento adquirido, fora o Virgílio, o senhor tem outros nomes de que tomou conhecimento, dessa relação?

O SR. ELI COHEN - Bom, eu vou dizer, por exemplo, situações que vocês vão acabar materializando, não é?

Esse crime não poderia ter sido realizado se você não tivesse o Presidente do INSS no seu bolso, todo o Departamento de Benefícios do INSS e, na minha opinião, que eu tenho certeza de que os senhores vão chegar lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu ia pedir ao senhor...

O SR. ELI COHEN - ... o Ministro da Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu ia pedir ao senhor que, quando fosse prestar o depoimento, o senhor sabe disso mais do que eu, o senhor fala sem exprimir a sua opinião. Fale de coisas de que o senhor tem conhecimento. Só é tirar essa parte da "minha opinião".

O SR. ELI COHEN - Tá, tudo bem, mas é que o senhor me perguntou algo que eu falei que eu não investiguei.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu sei, mas o senhor tomou conhecimento.

O SR. ELI COHEN - Então eu estou falando minha opinião.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor tomou conhecimento lendo, absorvendo, ouvindo, não interessa. Só queria saber. O senhor disse uma coisa muito importante. O Virgílio, Diretores de Benefício, Presidente do INSS e Ministério da Previdência, não é isso?

O SR. ELI COHEN - Não foi lendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instantinho, por favor.

Eu vou pedir ao advogado para se abster de conversar com a testemunha, porque caso... Não, se o senhor continuar conversando com ele, eu vou pedir para o senhor ser tirado da sala. Desculpe. Mas a partir do momento em que ele passa a responder ao Relator, ele não pode mais receber orientações aqui. Por gentileza.

O SR. ELI COHEN - Obrigado, Presidente, porque ele está me atrapalhando.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Olha, eu quero deixar uma coisa muito clara, viu, Dr. Eli? Poucos brasileiros têm esse altruísmo de vir a uma CPMI para colaborar. Não estranhe a minha forma de perguntar. Não é...

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não é desrespeito, nem coerção, é só para a gente objetivar e tirar a impressão de opinião pessoal.

O SR. ELI COHEN - Isso pode não valer nada, mas eu sou seu fã. Há muito tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Para mim, é uma honra. E eu também passei a admirar o senhor pelo seu altruísmo.

Eu queria... O senhor já citou, nessa pergunta, o que me interessa.

Agora vamos falar de Maurício Camisotti.

Maurício Camisotti. O senhor tomou conhecimento, durante a sua investigação, de que ele estaria lá em um dos polos dessa organização. Mas o senhor deixou muito claro que ele não é o *capo;* acima dele, tem outras figuras. Mas com quem Maurício Camisotti, se o senhor teve esse conhecimento por *motu proprio*, por ouvir dizer, por ler, por ouvir algo, com quem Maurício Camisotti mantinha relacionamento na estrutura governamental ou política?

O SR. ELI COHEN - Talvez eu tenha me expressado errado. Ele é o *capo* dessas três, dessa organização aí. Ele só não é, na verdade, o *capo* de toda essa fraude.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Foi bom, foi bom o senhor esclarecer isso.

O SR. ELI COHEN - Precisamos achar os outros Maurícios e os outros Carecas.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Certo. Mas com quem Maurício mantinha esse relacionamento na estrutura governamental e política, se o senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN - Sr. Relator, em 2024 - se não me engano, eu tenho os dados e os nomes -, o senhor vai ter acesso aí a uma festa que foi feita num dos *resorts* mais caros do Brasil.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Onde?

O SR. ELI COHEN - Santa Catarina. Eu tenho todos os nomes de todos os políticos que estavam nessa festa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Festa patrocinada por quem?

O SR. ELI COHEN - Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Essa festa tinha qual objetivo de comemoração?

O SR. ELI COHEN - Veja, o objetivo da comemoração era o aniversário de alguém, mas a pessoa, quando eu levantei, fazia aniversário seis meses depois. Mas de qualquer forma, ali foram vários e vários políticos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sr. Eli Cohen, Relator...

O SR. ELI COHEN - E eu não estou dizendo... Fazendo juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um ponto aqui.

Senhores, o advogado presente, conforme o nosso Regimento Interno, pode passar à testemunha dados e informações. O advogado não pode orientar a testemunha em respostas, como eu coloquei agora há pouco, mas, se o senhor precisar - aqui já colocando - que ele lhe forneça dados que o senhor queira complementar, é permitido pelo Regimento da CPMI, senhor.

Relator, o senhor pode continuar, por gentileza.

O SR. ELI COHEN - Essa festa é pública, pessoal. Isso estava em toda...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Por essa festa ser pública, para nós não cometermos injustiças - porque isso aqui não pode ser palco de estar enxovalhando a honra de ninguém porque foi a uma festa -, eu quero saber quem é que bancou a festa. O senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN - Olha, quem bancou a festa foi a THG, que é a dona de todo esse grupo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

O SR. ELI COHEN - Agora, só uma coisa, Relator. Veja, esses políticos, eu não estou dizendo que eles estavam lá por conta de que eles participavam disso. O Maurício Camisotti é... Desculpe falar no palavreado: ele é um vaselina. Ele faz,

ele tenta fazer as suas conexões - vamos deixar claro -, não quer dizer que aqueles políticos que estão lá tinham alguma coisa a ver. Eu até acho que não tinham. Vou deixar claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas olhe só: nós estamos falando de uma festa paga pelo grupo THG, que, segundo tem nos autos, está sob a responsabilidade de Maurício Camisotti.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Que o senhor se recorde, quais eram essas figuras públicas que participaram dessa festa?

O SR. ELI COHEN - Vamos lá.

Vocês têm aí? *(Pausa.)*

Eu vou lhe dar uma informação que eu acho que o senhor vai...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, bora... Vamos direto ao...

O SR. ELI COHEN - Mas é sobre isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá, mas vamos... Se o senhor puder ir direto ao ponto, eu agradeceria.

O SR. ELI COHEN - Eu vou lhe dar o nome do agente de turismo desse Sr. Maurício Camisotti que, nos últimos seis anos, pagou todas as passagens, e não só para essa festa, mas para qualquer outro lugar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu vou questionar o senhor sobre isso, mas, por favor, me diga quais os nomes dessas figuras políticas ou conhecidas que estavam na festa do grupo THG.

O SR. ELI COHEN - Tenho tempo para buscar?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Perfeitamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Então, enquanto o senhor está buscando, eu vou...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, por favor. *(Pausa.)*

Enquanto a testemunha busca os dados a serem respondidos, quero fazer uma consulta aos Líderes do Governo e da Oposição sobre a questão da lista de oradores.

Nós temos, por exemplo, o Vice-Presidente da Comissão, que atrasou-se num voo, para chegar, e não conseguiu se inscrever. Também tivemos ali o pedido do Deputado Rodrigo de ser aceito também... O senhor é suplente ou titular - desculpe - Dr. Rodrigo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O senhor não é membro da CPMI, então, no finalzinho...

Eu pergunto se concordariam que nós incluíssemos os dois oradores ao final das demais falas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Presidente! Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) - Veja bem, eu não quero ser indelicado com ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - ... mas, na última reunião, dois Senadores e, se eu não estou enganado, um Deputado chegaram depois do horário aprovado por nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - V. Exa. pediu ao Plenário uma exceção; inclusive, o tempo dos não membros era de três minutos, e V. Exa. concedeu dez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - E nós combinamos, salvo entendimento diferente do meu de quem estava lá, que nós não abriríamos mais exceção, porque aquela decisão foi uma decisão... Então, o que eu quero dizer para o senhor - e a gente está trabalhando junto aqui - é que eu acho que o que a gente combina tem que valer, porque senão a gente... Cada dia vai vir uma exceção nova: hoje é um colega, amanhã pode ser um outro colega, e não pode ser uma coisa discricionária, entende?

Então, eu prefiro, com o prejuízo de parecer indelicado aqui, que tenha uma regra, e aquela regra seja seguida por todo mundo, cumprida por todo mundo.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - É isso que eu entendo que é o correto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instante, por favor; só um instantinho. Nós vamos ouvir com atenção a todos.

Pela Liderança do PSB, o Deputado Duarte Jr., que é parte interessada.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem.) - Presidente, pela ordem.

Eu concordo em partes com o que o Deputado Pimenta afirma, que é importante ter regras e que essas regras sejam seguidas. Aqui eu não falo apenas como membro titular; aqui eu falo como Vice-Presidente eleito por unanimidade, tanto pela direita como pela esquerda, pelos membros desta CPMI, e eu acho que não faz o menor sentido ser Vice-Presidente de uma Comissão se o Vice-Presidente não tem prioridade de fala! Eu aqui acabo de chegar, porque todo mundo sabe aqui as dificuldades do transporte aéreo, principalmente no que diz respeito ao Nordeste, ao Estado do Maranhão.

Aquilo a que eu estou me referindo é a possibilidade de a gente estabelecer essa regra de que o Vice-Presidente possa fazer os questionamentos após a fala do Relator. Não faz o menor sentido não haver esse tipo de prioridade...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não há previsão para isso no Regimento, Deputado Duarte Jr.

O que eu estou colocando aqui...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Presidente... Só para concluir a questão de ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, o que eu estou colocando aqui...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Só para concluir a questão de ordem, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instante.

Pois não, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Obviamente, Sr. Presidente... Obviamente...

Eu queria um pouco da atenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) - Só um instante, por favor.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Obviamente, Presidente, como aí falei, aqui repito: não há previsão regimental - se houvesse previsão regimental, eu afirmaria o artigo do Regimento. Por não haver previsão regimental é que cabe aos membros estabelecer esse procedimento, e aqui o que eu estou pleiteando é que haja essa prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Não; não tem. Deputado Duarte Jr., só uma colocação...

Senhores... Coronel, só um minutinho. Eu vou dar a palavra a todos, como tenho feito.

Eu estou colocando aqui o pedido de V. Exa. como uma forma de gentileza e boa convivência entre nós. Está certo que o acordo é válido, mas nós temos dois colegas de Parlamento que querem se pronunciar. Eu, da minha parte, não vejo

qualquer dificuldade. O que eu proponho, inclusive, é: se os senhores querem falar em acordo, vamos fazer uma coisa? Na próxima reunião, a partir de segunda-feira, o tempo de inscrição passa a ser de uma hora após a abertura da sessão. Pode ser? Uma hora...

(Intervenções fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Presidente, o senhor me desculpe, mas vai chegar gente com uma hora e meia e nós vamos rever essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não; mas, agora, se nós dermos aos dois colegas a possibilidade de falarem no final, ao final de tudo, olhe, com toda a sinceridade...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Presidente, pela ordem.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone*.) - Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instantinho, deixem-me terminar.

Então, o meu posicionamento é esse de sempre trazer ao Plenário toda e qualquer dúvida para que a gente possa ter um consenso e continuar caminhando.

Pela ordem, Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) - Eu acho que podemos até rever o acordo sobre o horário, mas, antes disso, a gente poderia continuar com o depoimento, para a gente não continuar aqui neste debate entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Finalizando a parte do Relator, as indagações do Relator, a gente decide, então, só para a gente não perder a arguição do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Agora, pela ordem também, Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) - Eu serei muito breve. Eu não tenho objeção nenhuma a que os dois falem ao final, depois de todos que se inscreveram, mas eu só gostaria que em outras, em todas as reuniões, quando tiver o mesmo caso, seja aplicada a mesma regra da gentileza. É isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Da minha parte, será sempre, Deputada. Eu procuro sempre ter uma boa convivência, mas respeito a decisão da maioria.

Eu pergunto desde já, para que a Secretaria tome as providências. A partir de segunda-feira, estenderemos as inscrições para meia hora antes do início da sessão e uma hora após o início da sessão. Todos concordam?

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Presidente, só para concluir a questão de ordem, eu, mais uma vez aqui, trago aqui a fundamentação de que o meu pleito é como Vice-Presidente e como autor do requerimento de convite - como autor de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O pleito não tem previsão.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - O autor de requerimento não terá prioridade do questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O pleito não tem previsão para isso, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - Até mesmo o autor de requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Até mesmo o autor, é o primeiro. O primeiro autor.

Pela ordem, Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) - Presidente, eu não concordo com o que os colegas estão falando, porque eu estava em uma missão pela Câmara, cheguei ontem a Brasília, para estar aqui hoje. Eu só vou ver minha casa na próxima sexta-feira. Eu também estou tendo problema de voo. Se a gente começar a dar justificativa para todo mundo que não cumpre horário, vai ficar complicado. Nós só temos agora sexta e sábado para ficar com a família, porque domingo eu tenho que pegar um voo para estar aqui na segunda.

Então, eu acho, assim, que todo mundo aqui tem dificuldade, mas se a gente começar a dar gentileza em cima de gentileza, o processo não vai continuar. A exemplo do fato de que já estávamos ouvindo o depoente, tivemos que parar de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, o depoente parou em busca de informações.

Não, não, não...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Não, não... Deixa só eu terminar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - No sentido em que a gente não pode mais parar, porque tem muita gente para ser ouvida ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - E a gente não pode perder tempo com pequenos detalhes. Se tem horário para cumprir, vamos cumprir o horário para que a gente possa seguir de forma correta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Eu entendo e respeito a opinião de V. Exa., principalmente pela origem de V. Exa., como coronel militar, mas nós estamos numa Casa de Parlamento democrático, onde o diálogo é parte de toda a nossa convivência.

Pela ordem, Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Pela ordem.) - Presidente, essa questão é a questão com que a gente vai ficar convivendo a vida inteira, se a gente não tiver organização e método.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - E não é por ser militar, ou não ser militar. Eu, durante algum tempo, fui militar, não sou militar. É questão de hierarquia, respeito e organização. Se nós abrirmos mais uma hora, o senhor vai ter certeza de que, daqui a pouco, nós vamos ter aquele cara que vai chegar uma hora e um minuto atrasado, e vai se achar no direito de pedir esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Então, eu entendo: ou libera do jeito que está, mantém do jeito que está, ou libera para quem chegar quando chegar, porque aí a gente acaba com as limitações e estabelece que quem chegar, e enquanto estiver gente chegando, vai ter direito a falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Dra. Mário Heringer.

Nós vamos dar reinício às palavras. Como é de ofício da Presidência...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Presidente, só faltou a mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um minutinho...

A partir da próxima segunda-feira, nas sessões que nós tivermos, o prazo de inscrição se estenderá até uma hora após o início da sessão. Está decidida esta Presidência.

Pela ordem, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) - Presidente, eu gostaria apenas de colocar aqui o meu ponto de vista. Eu acho que, se fosse um pedido para que eles entrassem na fila antes de quem se inscreveu, eu não concordaria, mas, sendo ao final, depois que todos se inscreveram no tempo, eu não tenho nenhuma oposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não. Obrigado, Deputada.

Vamos dar sequência ao depoimento.

O Relator com a palavra, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) - Presidente, o que eu acho mais interessante é que todos aqui estão imbuídos de bons propósitos, pedindo celeridade, mas cada questão de ordem atrapalha demais. Mas é justo, né? Quem sou eu?

O que eu quero dizer é o seguinte: eu volto a dizer ao país, nós estamos fazendo uma série de perguntas de um roteiro; não quer dizer que, nas respostas que o depoente vai dizer, as pessoas tenham envolvimento. Isso é para nós termos conhecimento do grau de relacionamento do seu Maurício Camisotti, que está no núcleo uma organização criminosa.

Portanto, Sr. Eli, gostaria de saber quais personalidades públicas estiveram presentes de que o senhor tem conhecimento na festa do Grupo THG, que está em um dos núcleos de organização criminosa.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Deputado Marcos Pereira, Presidente do Republicanos; Arthur Lira; Cidinho Santos; Governador do Mato Grosso, Mauro Mendes; Deputado Pedro Lupito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Lupion, desculpa, e Deputado Elmar Nascimento. Esses são os que eu tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Já declarado o nome dos que estavam nessa festa do grupo THG.

Agora vamos diretamente a um ponto crucial. Que ponto crucial é esse? O senhor falou... O senhor falou que dois aposentados lhe procuraram e daí começou a sua atuação profissional. Eu pergunto ao senhor: em relação a esses dois aposentados, o que existia era empréstimo consignado ou desconto associativo?

O SR. ELI COHEN - Como eu disse, eu nunca advoguei para nenhuma vítima que foi vítima desses descontos consignados. Esses dois esses, essas duas pessoas eram usadas pelo Sr. Maurício Camisotti como presidentes da Ambec e de uma outra associação que chama Obasp.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Obasp.

Então, vamos aí, cada resposta que o senhor dá vai ter que me redirecionar.

Eu não sei o que é Ambec. Diga o que é Ambec.

O SR. ELI COHEN - Ambec... O que é Ambec? *(Pausa.)*

A Ambec é uma associação, né? Agora o senhor quer que diga...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, mas eu estou perguntando para a coisa ser bem didática.

O que é Ambec?

O SR. ELI COHEN - Ahm, Sr. Relator, esse pessoal é extremamente criativo. Eles mudam de nome e todos...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor não precisa dizer exatamente o nome...

O SR. ELI COHEN - É uma associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu preciso que o senhor diga o que é que faz. O que é a Ambec nessa história toda? O que que ela faz?

O SR. ELI COHEN - Ela se propõe a oferecer planos e benefícios ligados a seguro de saúde e funeral a aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto, é exatamente a esse ponto que eu queria chegar.

O senhor chegou à Ambec. O senhor procurou saber desde quando existe a Ambec?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Por favor.

O SR. ELI COHEN - 2021.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - A Ambec foi criada por quem?

O SR. ELI COHEN - Vamos deixar uma coisa...

Veja bem... A Ambec foi criada por quem?

Como assim?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Foi criada pelo Maurício. Na verdade, ele reciclou uma associação que já tinha sido afastada do INSS por irregularidade e ele reciclou. Neste momento ele colocou, se eu não me engano, foi o tio dele ou o genro, um genro como Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Aí o senhor me disse uma coisa que eu tenho que voltar atrás. O senhor disse que ele reciclou uma associação chamada Ambec, que já tinha sido afastada.

O SR. ELI COHEN - Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Afastada de onde e por quê?

O SR. ELI COHEN - Que já tinha o seu acordo de cooperação técnica cancelado. E aí entrou o trabalho do Sr. Careca, que é justamente também, também, realizar esses acordos com esses funcionários públicos do departamento de benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

Aí, olha só, o senhor detém a informação e eu estou precisando tirar dúvidas.

Ambec é uma associação de aposentados, que desconta de aposentados que estão cadastrados por meio de acordos de cooperação técnica, não é isso?

O SR. ELI COHEN - Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Aí eu pergunto: quando a Ambec foi descredenciada, o senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN - Não porque não fazia parte...

Não, eu tenho, eu tenho esse dado. Eu não tenho de cabeça o conhecimento, eu não tenho o domínio...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Certo.

Mas pelo que o senhor está dizendo, a Ambec tinha um acordo de cooperação técnica com o INSS...

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - ... e foi descredenciada. E o Maurício Camisotti conseguiu reabilitá-la. É isso?

O SR. ELI COHEN - Isso, o Antônio Carlos Camilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, aí é o Maurício Camisotti, o Antonio Carlos Camilo ou ambos?

O SR. ELI COHEN - O Maurício Camisotti contrata, com procuração, o Sr. Antonio Carlos Camilo, que inclusive deve estar registrado dentro do próprio departamento como Procurador da Ambec, para atuar sobre os interesses da Ambec. E foi ele que conseguiu reativar o acordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Isso é fundamental.

Então, o Maurício Camisotti resgatou a Ambec e repassou uma procuração para o Antonio Carlos Camilo, o Careca do INSS. É isso?

O SR. ELI COHEN - Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe o ano em que isso aconteceu?

O SR. ELI COHEN - Vamos lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O da reabilitação da Ambec.

O SR. ELI COHEN - Não, veja, a reabilitação...

Já vou lhe dizer já. *(Pausa.)*

Final de 2021, começo de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Aí foi o momento que foi feito o segundo acordo de cooperação técnica?

O SR. ELI COHEN - Sim.

Sr. Relator, se o senhor me permite, a realização de acordos não era crime, era, na verdade, um direito de uma associação tê-los.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Nós sabemos disso.

O SR. ELI COHEN - Na verdade, é como você opera esse acordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Até para esclarecer, isso aconteceu a partir de 1994, num parecer do hoje Vice-Presidente da República, que era o Relator na Comissão de Finanças, a possibilidade de acordo de cooperação técnica. Ninguém está discutindo a legalidade dos acordos de cooperação técnica. A gente está discutindo a safadeza decorrente de alguns acordos de cooperação técnica.

Então, com essa reabilitação, o senhor saberia dizer quantos associados a Ambec adquiriu em 2022, 2023, 2024 e 2025?

O SR. ELI COHEN - Tinha três associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Três associados em que ano?

O SR. ELI COHEN - Quando, quando... Veja, volto a lhe dizer: em final de 2020... No começo de 2022...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - ... a Ambec tinha três associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Em 2022.

O SR. ELI COHEN - É. Em 23 de janeiro de 2021, ela tinha 45 mil associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Eu não entendi.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Agora eu fiquei confuso.

O SR. ELI COHEN - Desculpa, 2023. Desculpa, 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu fiquei confuso.

O SR. ELI COHEN - Não, não. Em 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - No início do ano de 2022, a Ambec tinha quantos associados?

O SR. ELI COHEN - Três associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Qual foi o desconto? O senhor sabe dizer quanto ela arrecadou, em 2022, de desconto associativo?

O SR. ELI COHEN - R$130, por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - R$130, por mês.

Em 2023, a Ambec foi para quantos associados?

O SR. ELI COHEN - 45 mil, arrecadação de R$2 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - De quanto?

O SR. ELI COHEN - R$2 milhões.

É só multiplicar 45 mil vezes R$45.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, mas eu quero saber se o senhor tem o dado de quanto ela arrecadou durante o ano de 2023.

O SR. ELI COHEN - R$2 milhões, por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Por mês. Isso significa quanto por ano? O senhor pode dizer?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quanto?

O SR. ELI COHEN - R$2 milhões vezes 12, R$24 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto. Então, o senhor está dizendo que, em 2023, ela arrecadou mais ou menos R$24 milhões.

Em 2024, ela aumentou ou diminuiu o número de associados?

O SR. ELI COHEN - Sr. Relator, eu queria deixar claro que esses números estão no Portal da Transparência.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas a testemunha é o senhor, e o meu papel aqui é fazer as perguntas.

O SR. ELI COHEN - Mas o meu papel àquela época era defender os interesses dos meus clientes.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, eu entendo e elogio o senhor por isso.

Mas, se o senhor tem este dado de 2024: quantos associados estavam vinculados à Ambec e quanto ela arrecadou?

O SR. ELI COHEN - Em 2024?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Em 2024, 400 mil associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Olha só: ela saiu de 3 para 40, para 400?

O SR. ELI COHEN - 400 mil associados.

Mas tem um detalhe, que aí é onde eu entendo que a torpeza é fora do comum: para que você tenha uma adesão, você precisa ligar para cem pessoas, principalmente quando se trata de aposentados. Cem.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E como é que o senhor faz este cálculo: um, de cem, aceita?

O SR. ELI COHEN - Porque nós trabalhamos com elementos técnicos, fatos e objetivos, e isso é um critério histórico desse meio de adesões, que é o de *telemarketing*, supostamente *telemarketing*. Eu estou lhe dizendo isso e tenho esses dados aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Agora, o senhor me permita: surgiu uma coisa na minha cabeça, e eu preciso retornar a um assunto que a gente já tinha encerrado.

O senhor ia falar de um agente de turismo que bancava viagens...

O SR. ELI COHEN - Não bancava.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Comprava passagens.

O SR. ELI COHEN - Emitia as passagens.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Emitia.

Que agente de turismo é esse?

O SR. ELI COHEN - Barão Turismo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Hein?

O SR. ELI COHEN - Barão Turismo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Fica situado onde?

O SR. ELI COHEN - Santa Marina, Rio Grande do Sul.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Santa Marina.

O SR. ELI COHEN - Santa Maria.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Santa Maria, Rio Grande do Sul.

O senhor sabe o nome desse agente?

O SR. ELI COHEN - Raphael Barão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor tem o CNPJ dessa empresa?

O SR. ELI COHEN - Posso lhe fornecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Se o senhor puder, vai nos ajudar.

O SR. ELI COHEN - Eu só queria deixar claro que eu investiguei um pouco esse cidadão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu estou vendo.

O SR. ELI COHEN - E ele não tem nada a ver com isso, mas ele, na verdade, emitiu passagens durante seis anos, todas elas de interesse do grupo THG.

Então, ali deve ter bastante informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

Vamos voltar para esse assunto da Ambec. O senhor disse que a Ambec tinha três, passou para quarenta e poucos mil associados, em 2023, e passou para mais de 400, em 2024. Eu, sinceramente, não tenho esses dados.

O senhor sabe dizer o que representam 400 mil associados tendo esse desconto e o quanto ela arrecadou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) - Tá aqui: R$18 milhões por mês.

O SR. ELI COHEN - R$18 a 20 milhões por mês.

Na verdade, eu me equivoquei. Ele tinha 600 mil adesões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) - Relator, o senhor podia reiterar a pergunta ao depoente sobre o nome da agência e qual o papel da agência?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Posso; sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Agradeço.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O Senador Randolfe está pedindo para o senhor dizer o nome da agência, o local em que ela se situa e o nome do agente de turismo.

O SR. ELI COHEN - Bom, a participação dele é apenas de agente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim, nós sabemos.

O SR. ELI COHEN - Agora, ele emitiu as passagens de interesse da THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá, mas como é o nome da agência?

O SR. ELI COHEN - Barão Turismos.

O CNPJ...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - De onde ela é?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Santa Maria.

O SR. ELI COHEN - Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Chama Barão Turismos LTDA.

O CNPJ é 21.448.278/0001-04.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ótimo, muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Agradeço, Sr. Relator. Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Vamos voltar à Ambec.

O senhor falou da arrecadação da Ambec de mais de 400 mil associados. O quanto isso representa em recursos direcionados para essa associação no ano de 2024?

O SR. ELI COHEN - 2024? *(Pausa.)*

Perto de R$300 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - No ano de 2025, a Ambec tinha quantos associados e quanto ela arrecadou?

O SR. ELI COHEN - De 2024 a 2025, a operação adesão acabou, por conta das operações. Então, ele só foi diminuindo, mas sempre teve em torno de 500 mil associados, com uma arrecadação mensal de R$20 milhões. Ele só arrecadou até abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

Olhe só, é muito importante o que o senhor está dizendo. O senhor está dizendo que uma entidade associativa arrecadou perto de bilhão, certo?

E o senhor identificou na Ambec uma entidade séria ou uma entidade criminosa?

O SR. ELI COHEN - Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas eu preciso que o senhor responda. Eu não posso agir por moto-próprio.

O SR. ELI COHEN - Uma entidade séria?

Muito bem; vejam, não, era uma entidade quase que no papel, pessoal.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

O SR. ELI COHEN - Vamos deixar clara uma coisa: as três entidades...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - A gente vai chegar às três, mas vamos falar da Ambec, para a gente objetivar.

A Ambec, pelo que o senhor investigou, era uma entidade séria ou era uma entidade criminosa?

O SR. ELI COHEN - Criminosa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Criminosa - ponto.

Sendo a Ambec uma entidade criminosa, o senhor conseguiu descobrir quem estava por trás da Ambec?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quem?

O SR. ELI COHEN - Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E o Careca também?

O SR. ELI COHEN - O Careca funcionava como alimentador de dados e de *lobby* dentro do INSS para todas as associações, inclusive a Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ótimo.

O SR. ELI COHEN - Ganha 27,5% para fazer isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor, em algum momento, esteve com o Presidente da Ambec, ou a Presidente, eu não sei.

O SR. ELI COHEN - É minha cliente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Como é o nome dessa Presidente? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - É Maria Aparecida Vieira - obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu confesso que o senhor me deixou agora muito confuso.

O senhor fez uma investigação e chegou à Ambec. Perguntei ao senhor o nome da Presidente, perguntei ao senhor se a Ambec era uma entidade criminosa, e o senhor disse que sim. Como é que o senhor virou advogado da Presidente da Ambec? Como é que foi essa lógica? Eu confesso que não estou entendendo.

Olhe só, o senhor descobriu um esquema, esse esquema foi bater na Ambec, a Ambec tem uma Presidente, a Presidente é cliente do senhor. Então, das duas uma: ou essa Presidente o procurou porque é uma laranja, ou essa Presidente o procurou porque se arrependeu de praticar crime.

Eu queria saber como é que o senhor chegou a ser advogado da Presidente de uma entidade criminosa.

O SR. ELI COHEN - O.k., Sr. Relator. Eu já respondi a essa pergunta, mas vou repetir.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu confesso ao senhor que eu... Se o senhor respondeu, não precisa responder de novo.

O SR. ELI COHEN - Não, eu posso esclarecer, porque assim fica mais claro; porque, se o senhor não entendeu, então ninguém entendeu.

Agora, vamos lá. Por volta de 2022, em 20 de dezembro de 2022, fui procurado por dois aposentados: Maria Aparecida Vieira, que ali constava, naquela época, como Presidente da Ambec; e o Sr. Luiz Carlos dos Santos, que era o Presidente da Obasp.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu confesso ao senhor que essa parte eu não tinha detectado.

O SR. ELI COHEN - É, mas eu posso repetir.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, o senhor agora me traz para o centro dos acontecimentos. Então, a Presidente da Ambec e o Presidente de outra associação procuraram o senhor, não é isso?

O SR. ELI COHEN - Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto. Isso esclarece muita coisa.

O SR. ELI COHEN - O senhor poderia me perguntar, se o senhor quisesse, a razão pela qual eles me procuraram.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Por favor. Eu pensava que eles tinham procurado o senhor pela condição de aposentados com desconto indevido.

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas estou vendo agora que não foi.

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Então, qual foi o motivo dos dois Presidentes procurarem o senhor lá atrás?

O SR. ELI COHEN - Porque eles diziam que na casa deles - eles moram bem na periferia, são pessoas extremamente simples - começavam a chegar oficiais de justiça, cobrança e tudo aquilo que a gente sabe, quando, na verdade, você é sócio de um CNPJ viciado desses, né?

E aí, eu disse para eles, naquele momento, falei: "Olha, vocês permitiram ser presidente desta associação, agora isso acontece. Vocês ganham... Quanto vocês ganham?". "Um salário mínimo."

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor me permite interromper aí, porque o senhor disse um dado muito relevante que eu não conhecia: uma Presidente chamada Maria José da Silva, é?

O SR. ELI COHEN - Sim, uma senhora extremamente simples.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Maria Aparecida Vieira, que mora na periferia.

O SR. ELI COHEN - Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Presidente de uma associação que arrecadava mais de 300 milhões por ano.

O SR. ELI COHEN - Não naquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Naquele momento, arrecadava-se quanto?

O SR. ELI COHEN - Um milhão e oitocentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Um milhão e oitocentos.

Essa senhora continuou na presidência dessa associação até que ano?

O SR. ELI COHEN - Muito bem, logo em seguida a esta reunião, e logo em seguida da... Me dá aqui a coisa, onde está? Não, a linha do tempo.... Logo em seguida que eu descobri... O que ele fez? Que eu descobri que se tratava de fraude, eu informei isso a eles, e eles são pessoas simples. Não sabem nem escrever, eu acho, não me lembro... Mas são pessoas muito simples, mas muito simples. E o que era prometido para eles, é importante o senhor saber desse dado, até para outros questionamentos... Era prometido para eles que, durante seis meses, eles ganhariam...Seis... Um salário mínimo, e que depois eles seriam os gestores dessa associação, mas isso nunca acontecia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas quem prometeu? Sabe-se?

O SR. ELI COHEN - Rodrigo Rosolem, mas por ordem sempre de Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Bom, isso é importante.

O senhor sabe dizer se essas duas pessoas recebiam Bolsa Família?

O SR. ELI COHEN - Hum? Como?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe dizer se eram beneficiários do Bolsa Família?

O SR. ELI COHEN - Não tenho a menor ideia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

Por quanto tempo essa senhora continuou como Presidente da Ambec?

O SR. ELI COHEN - Essa foi uma boa pergunta. Vamos lá. Muito bem. Até... Durante esses dois meses, nos quais eu fui contatar o Maurício para lhe dizer exatamente o que estava acontecendo e como ele poderia resolver a situação, ele me tratou da forma como eu já explanei aqui. Muito bem, eu voltei e falei isso para eles, e disse para eles: "Olha, vocês são os Presidentes, vocês podem entrar lá dentro e começar a operar". Perfeito? Muito bem.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E ele reconheceu nessa hora que era o Presidente?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN - Não, não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor está se referindo às duas pessoas, então?

O SR. ELI COHEN - É, aos meus clientes.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ah, tá.

O SR. ELI COHEN - Aí, o que aconteceu? Em 48 horas, a organização do Maurício falsificou assinaturas de todos, falsificou uma ata, isso no dia 06/03 de... Em 23 de janeiro de 2023. Ele falsificou a assinatura dela, fez uma montagem, e ele colocou a mulher que serve café na THG; o CEO dele, que é o José Hermicesar, como secretário... Eu não me lembro agora, Maria Aparecida, uma outra Maria, que inclusive faleceu, como Presidente no lugar, e um outro secretário, que agora eu não me recordo do nome. Não importa, essa ata é falsa, já tem inclusive um inquérito sobre isso, e já foi constatado que é uma montagem grosseira, mas é assim que ele fazia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor pode me dizer qual foi a outra associação que o procurou naquele momento? Acho que o senhor citou "Ambrais", é?

O SR. ELI COHEN - Não, Cebap e Unsbras, mas não foi naquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas o senhor disse que foram dois. Ela...

O SR. ELI COHEN - Obasp.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Obasp. Essa eu nunca ouvi falar.

O SR. ELI COHEN - É. Obasp era uma associação. Apesar de ser antiga, ela estava sendo preparada para ter um acordo de cooperação técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E ela tinha quantos sócios naquela época?

O SR. ELI COHEN - Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Depois ela adquiriu sócios?

O SR. ELI COHEN - Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ela conseguia algum desconto associativo?

O SR. ELI COHEN - Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Vamos adiantar um pouquinho. O senhor falou aí da Ambec como núcleo principal de desconto associativo. Qual era a forma de a Ambec capturar associados para fazer os descontos? Como é que ela capturava? O senhor podia dizer na estrutura do Estado brasileiro se ela fazia isso via INSS, via Dataprev, comprando no mercado negro, como o senhor falou aí, lá na 25 de março, nesse mercado paralelo? Como é que o senhor apurou isso?

O SR. ELI COHEN - Exatamente como ele comprou, como ele adquiriu, desculpa, mas naquele momento, na minha concepção, não era interessante para a nossa investigação, mas os dados vieram do Careca do INSS. Essa era a parte do Careca para receber 27,5%.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Então, os dados vieram do Careca do INSS.

O SR. ELI COHEN - Claro. Esse é o trabalho do Careca.

O SR. ELI COHEN - A partir do momento em que você consegue os dados, o INSS tinha uma série de normativas. Qual era a forma de ser implementada a autorização do associado? A gente está falando aí de 500 mil pessoas em algum momento, como o senhor disse. Qual era a forma da implementação dessa autorização? Havia uma falsificação? Havia um oferecimento de serviço que, na verdade, era um engodo? O senhor sabe dizer como essa autorização chegava na Dataprev ou no INSS?

O SR. ELI COHEN - Adesões com assinaturas falsas, ligações montadas, que do outro lado não era o aposentado... São criativos, n situações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quando o senhor fala dessas ligações montadas, essas associações tinham estrutura de *telemarketing* para obter essas autorizações de forma fraudulenta?

O SR. ELI COHEN - Veja, eles montaram... Essa organização montou uma operação que, se acontecesse alguma coisa, eles poderiam passar a responsabilidade para alguém. Então, por exemplo, eles tinham que fazer um contrato com empresas de *telemarketing*, mas eram só de papel, porque na verdade eram do Careca. As empresas de *telemarketing* eram do Careca e do Sr. Márcio Alaor, que era o Vice-Presidente do Banco BMG, depois foi o Diretor do Departamento de Benefícios e Consignados do Banco Master, e agora ele é o Diretor do Departamento de Benefícios do PicPay.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Rapaz, você está me falando de uma figura que eu nunca ouvi falar. Eu queria que o senhor repetisse. Onde esse Márcio Alaor entra nessa história de desconto associativo?

O SR. ELI COHEN - É concorrente do Careca.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas ele está na mesma posição de operador financeiro?

O SR. ELI COHEN - Desculpe a colocação, mas pelo jeito tinha aposentado para todos eles. A real é essa. Eles faziam a mesma coisa. O Márcio Alaor é conhecido como o Papa do Consignado. Ele vem já desde 2005 fraudando, ao lado do BMG, os aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor está dizendo que o Banco BMG participa de fraude de consignado para aposentados?

O SR. ELI COHEN - O Banco BMG é o campeão das fraudes. O Banco BMG só existe, só saiu de quatro agências para ter o que é hoje só por conta do consignado das fraudes, e começou em 2005.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Esse banco está situado em qual território da nação?

O SR. ELI COHEN - Mineiro. Minas Gerais.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mineiro.

E onde entra essa questão do Banco Master?

O SR. ELI COHEN - Vamos lá. Veja bem, o aposentado é sempre a vítima, o golpe só muda um pouquinho de cara. Quando o senhor está lidando com... Quando estamos lidando com empréstimo consignado, então vem a relação de bancos que sabem que estão cometendo o crime e que fazem esses empréstimos consignados das mais variadas formas de fraude. Muito bem, esse é um estilo que perdurou de 2005 e que vem até hoje.

A modalidade do pacote de benefício só nasceu por conta de que, em 2016, não era mais obrigatória a contribuição sindical. Os sindicatos tiveram que buscar outras receitas, e eles que inventaram. Na verdade...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quem? Eles quem?

O SR. ELI COHEN - Os sindicatos. Os sindicatos foram a escola desse crime de benefícios - de benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas o senhor fala benefícios do consignado?

O SR. ELI COHEN - Veja bem, todos os produtos são débitos consignados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

O SR. ELI COHEN - Agora, um deles é empréstimo consignado...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Certo.

O SR. ELI COHEN - ... e o outro é um tal de pacote de benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor, como profundo conhecedor da matéria, para que não digam que a gente está aqui protegendo A, B ou C... Durante a sua trajetória profissional, com base nos processos a que o senhor teve acesso, quais bancos estão vinculados a essa modalidade de engodo ao aposentado?

O SR. ELI COHEN - Veja bem, dolosamente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Dolosamente, certamente o Banco Master, o Banco BMG é o campeão - o Banco BMG é o campeão -, agora o PicPay...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Como é o nome desse último?

O SR. ELI COHEN - PicPay.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - PicPay?

O SR. ELI COHEN - Do grupo JBS.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - PicPay, certo.

Tem mais algum?

O SR. ELI COHEN - Tem 40.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Então, cite, por favor, os que tiverem... os que o senhor tem conhecimento em relação aos descontos.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. *Fora do microfone*.) - O advogado continua orientando as respostas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas, olha, eu acho que o advogado tem todo o direito de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instantinho.

A questão, Deputado, tem que ser dirigida à Presidência. Eu estou aqui acompanhando ao lado e estou sendo muito severo com isso. Ele tem requisitado do advogado as informações, as respostas têm sido dadas, até o momento, pela testemunha e continuará assim.

O SR. ELI COHEN - Senhores, eu entendo que eu estou colaborando aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor está colaborando.

O SR. ELI COHEN - O.k.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor citou três bancos. O senhor tem mais bancos a citar, de que o senhor tenha conhecimento, com base nos processos em que atuou?

O SR. ELI COHEN - Certamente, certamente, Master, Banco Master, PicPay e BMG, que é o campeão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Faltam 37.

O SR. ELI COHEN - Hã?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, mas a pergunta que eu fiz foi muito taxativa. A gente não pode botar o mercado financeiro em xeque. Ele tem que dizer com base nos processos de que ele teve conhecimento.

Fora esses três bancos, o senhor tem conhecimento de mais algum banco agindo dolosamente? Porque o senhor disse uma afirmação muito interessante: tinha mais 40.

O SR. ELI COHEN - Cinquenta.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mais 50, mas, com base no seu conhecimento, o senhor pode dizer mais algum banco? *(Pausa.)*

O SR. ELI COHEN - Posso...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Por favor.

O SR. ELI COHEN - ... quando ele encontrar a lista aqui, mas eu adianto que esses três bancos certamente estão porque foi o próprio Sr. Márcio Alaor que montou os departamentos de consignados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor pode me explicar, enquanto vê os outros bancos, quem é esse Márcio Alaor?

O SR. ELI COHEN - Esse Márcio Alaor... Eu não quis aprofundar as investigações sobre ele porque não era... Para mim não era... Ele saiu por osmose dentro de toda essa investigação. Esse Márcio Alaor é um personagem que vem... que remonta à história de 2005, justamente quando o Presidente Lula editou aquela Medida Provisória - se não me engano - 130, de 2003, estendendo a possibilidade de acordos de cooperação técnica para as instituições financeiras.

Veja que esse foi um pedido do Vice-Presidente do Banco BMG, na época, Roberto Rigotto; abaixo dele, o nosso amigo Márcio Alaor.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor pode interromper aí só para o senhor me explicar o número dessa medida provisória e a época em que ela foi editada?

O SR. ELI COHEN - É a 130, 2003.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Centro e trinta?

O SR. ELI COHEN - MPV 130.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O que é que essa MPV dizia no seu bojo?

O SR. ELI COHEN - Dentre outros, o principal era estender a possibilidade de acordos de cooperação técnica com o INSS para as instituições financeiras, que, até aquele momento, eram só para sindicatos e associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E o senhor disse uma coisa aí que eu achei muito interessante: e foi a pedido de quem?

O SR. ELI COHEN - Veja...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Porque o senhor disse aí.

O SR. ELI COHEN - ... isso que eu estou falando está nos anais aí...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá, mas...

O SR. ELI COHEN - Vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - ... foi o senhor que falou.

O SR. ELI COHEN - Sim, eu vou repetir e vou afirmar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

O SR. ELI COHEN - Veja, essa medida provisória foi praticamente escrita pelo BMG.

Veja que a medida provisória na época... Vamos deixar bem claro, a medida provisória na época tinha um apelo social interessante: era interessante que o aposentado tivesse acesso a um crédito sem burocracia. Veja, era interessante. O problema é como ela foi operada. Ela foi operada aos interesses do Banco BMG, inclusive com a emissão de, se eu não me engano, 10 milhões de cartas com o brasão da Presidência da República, informando para 10 milhões de aposentados que existia essa possibilidade. E naquela época, só existiam dois bancos que poderiam fazer isso: a Caixa e o Banco BMG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu interrompo o senhor aí para perguntar: o senhor falou de uma carta; o senhor tem essa carta para nos disponibilizar?

O SR. ELI COHEN - Eu não tenho essa carta, mas eu tenho o processo inteiro de improbidade administrativa que o Presidente Lula e então o Ministro da Previdência, Amir Lando, responderam até 2011. E como tudo, acabou em *pizza*.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Só para voltar um pouco, antes dessa MPV, não havia possibilidade de consignado?

O SR. ELI COHEN - Não, havia. Não de empréstimo consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu estou falando de empréstimo.

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não havia. Então foi essa MPV, em 2003, que deu início a essa possibilidade.

O SR. ELI COHEN - É.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O que é que leva o senhor a dizer que nenhum outro banco, fora a Caixa e o BMG, tinha a possibilidade de também usufruir dessa questão do empréstimo?

O SR. ELI COHEN - Porque isso é o mérito de um processo que existe, nós temos o processo inteiro aí, eu não sei se está aqui nessa mala, mas eu posso disponibilizar, um processo inteiro onde ficou claro esse favorecimento ao Banco BMG. Foi justa... Veja, isso fez parte do mensalão, pessoal.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Se o senhor puder disponibilizar essa ação para a Secretaria da Comissão, será importante, para eu poder ter um acesso a essa questão do consignado.

O SR. ELI COHEN - Tá.

E um outro detalhe: desde 2005, aparecem já as reclamações de fraude nos consignados. Desde 2005.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor fala isso baseado em quê? O senhor tem alguma ação em mão? O senhor tem acesso? O senhor viu ações a partir de 2005? Porque desde o início do seu depoimento, o senhor disse que o consignado vem com problema desde 2005. Isso aí é baseado em conhecimento técnico?

O SR. ELI COHEN - Isso é baseado em acúmulo de informações. Nós acumulamos informações de várias maneiras, várias. Uma delas, por exemplo, é buscando, nos TJs de todo o Brasil, as ações pertinentes a esse mérito, ou seja, se você encontra, por exemplo, 400 aposentados, em 2006, dizendo que não pediram empréstimo, pronto, você não... Veja, para nós, já é um indício de que... E vamos costurando. Então a situação é essa.

Veja, o desconto consignado, o desconto, o problema do desconto consignado vem desde 2005. E eu não estou fazendo juízo de valor de nenhum Governo, veja, de nenhum Governo, mas ele vem desde 2005. E vem até... E perdura até hoje. A questão do... A figura do crédito consignado, como eu disse, repetindo, a adesão associativa apareceu em 2016, com a proibição da contribuição sindical.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor, para a gente poder continuar, o senhor está esclarecendo os fatos de maneira muito satisfatória. Mas eu preciso fazer uma pergunta que me incomoda bastante: o dinheiro descontado do aposentado, nos que tinham a adesão fraudulenta ou não, esse dinheiro ia diretamente para os cofres da Ambec?

O SR. ELI COHEN - Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E esse dinheiro, pelo que o senhor apurou, permanecia na Ambec?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Esse dinheiro saía da Ambec de que forma? Era prestação de serviço ou era roubo descarado, sem precisar fazer nenhuma maquiagem?

O SR. ELI COHEN - Não, veja bem, como eu disse, aquele operador financeiro Ramon tinha os *tokens* de...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Espere aí. Como é o nome do operador financeiro da Ambec?

O SR. ELI COHEN - Ramon Novais.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

Ramon Novais era o operador financeiro da Ambec...

O SR. ELI COHEN - Não, ele era o financeiro. O operador financeiro...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá, então ele era o financeiro da Ambec.

O SR. ELI COHEN - Um bilhão passou nas mãos dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá. Aí me explique quem é essa figura, porque eu não sei quem é. Eu quero saber.

O SR. ELI COHEN - É o financeiro do grupo THG do Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

E ele está vinculado formalmente ao THG ou ele está vinculado formalmente à Ambec?

O SR. ELI COHEN - THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - THG.

E esse cidadão, o senhor o reputa como financeiro da Ambec com base em quê?

O SR. ELI COHEN - Investigações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Investigações.

E esse dinheiro saía da Ambec para onde e por meio de que instrumento?

O SR. ELI COHEN - Transferências Pix, transferências TEDs - e tudo do Bradesco, inclusive daquela agência em conluio com Maurício Camisotti, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Que agência do Bradesco o senhor reputa em conluio com o Maurício Camisotti do THG?

O SR. ELI COHEN - Para dizer a verdade, eu não sabia que eu ia falar sobre essa agência, mas, de qualquer forma, eu tenho aqui a agência e o nome do gerente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Por favor, decline.

O SR. ELI COHEN - Sim, mas não neste momento - né, Doutor? -, porque eu estou lhe dando a informação, mas eu vou lhe dar a prova já, já.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá. Então vamos um pouco mais adiante.

Esse dinheiro saía da Ambec a que título? Era de prestação de serviço, por exemplo?

O SR. ELI COHEN - Isso é o que eles queriam fazer parecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Então, prestação de que tipo de serviço e por meio de quais empresas ou quais prestadoras de serviço?

O SR. ELI COHEN - Aquelas a que pertencia o pacote hipotético que era oferecido.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Posso ler para o senhor?

Aqui no seu quadro explicativo tem uma Mais Saúde. Fazia parte desse rol?

O SR. ELI COHEN - São várias. Pode ser que sim, pode ser que não; mas, veja: são várias.

Veja bem, ele utilizava, por exemplo, a... Vamos lá, a Brasildental em um pacote da Ambec, a Mais Saúde no pacote da outra, e assim por diante. Veja, isso é o...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

Vamos dar um exemplo só. O senhor também não é uma máquina para estar decorando tudo.

Uma vez que o dinheiro saía da Ambec para uma dessas possíveis prestadoras - que o senhor já esclareceu que não prestavam nenhum tipo de serviço -, esse dinheiro saía também dessas prestadoras para alguém?

O SR. ELI COHEN - Eu não quebrei o sigilo da Ambec...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Certo.

O SR. ELI COHEN - ... mas eu posso, mas eu tenho informação...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Certo.

O SR. ELI COHEN - ... de que o dinheiro saía, inclusive para contas particulares do Maurício, do Rosolem e do...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Espere aí. Mas a gente precisa dizer os nomes.

Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Rosolem. Como é o nome do Rosolem?

O SR. ELI COHEN - Rodrigo Rosolem.

Antônio Luz também é muito importante.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Rodrigo Rosolem.

Antônio Luz. Quem é Antônio Luz?

O SR. ELI COHEN - Antônio Luz. Antônio Luz é um sócio de fato, pequeno, do Maurício Camisotti, e que faz a ligação política com todas as empresas. O Maurício é especialista em consignados. Ele só faz consignados, ou seja, ele tem uma série de contratos com o Governo, com estadual, municipal e o Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O Camisotti?

O SR. ELI COHEN - É.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe dizer com quais governos ele tem contrato para consignados?

O SR. ELI COHEN - Hoje? Hoje?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Hoje, ou foi ontem...

O SR. ELI COHEN - A Prefeitura de São Paulo tem um, por exemplo, o 123 Tele...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - ... que é de R$500 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá. O senhor pode citar outros entes federativos?

O SR. ELI COHEN - Não, mas, por exemplo, tinha um contrato do Geap de R$8 milhões por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor pode esclarecer o que é Geap para o telespectador?

O SR. ELI COHEN - O Geap, basicamente, é como se fosse uma associação dos funcionários públicos federais, e ela contratou... Ela tinha um contrato com a Prevident, com a Prevident, que é uma destas aqui, que estão aqui, a Prevident... Olhe, aqui: Prevident, em azul. Perfeito?

Logo que o Bolsonaro assumiu, eu não lembro o nome do general, mas ele acabou indicando o general como Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Presidente de quê?

O SR. ELI COHEN - Do Geap, e ele imediatamente cancelou esses contratos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E o senhor recorda o nome desse general?

O SR. ELI COHEN - Eu não me recordo, mas eu posso lhe dizer que é muito fácil... É, ele não só cancelou esse contrato da Prevident, cancelou também o contrato jurídico com o Nelson Wilians, que também girava em torno de R$12 milhões, algo assim, por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - No Geap?

O SR. ELI COHEN - É, no Geap.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Nós chegaremos já, daqui a pouco, no Nelson Wilians.

O senhor falou do Antônio Luz, falou do Maurício Camisotti, e eu queria saber do senhor: Luis Blotta - qual a participação de Luis Blotta na questão da Ambec e do THG?

O SR. ELI COHEN - Olhe, esses personagens aqui simplesmente se prevaleciam desse golpe, mas efetivamente qual era o papel dele na história toda... Eu sei que esta diretoria aqui, toda esta diretoria, todos eles tinham uma função, uma função determinada, tanto...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá, ótimo.

Olhe, mas o senhor apresentou um quadro em que cabe a mim, enquanto Relator, ter que esclarecer o papel das figuras que o senhor apresentou. Luis Blotta está situado onde? Na THG ou na estrutura da Ambec?

O SR. ELI COHEN - Todos eles estão situados na THG; a Ambec é uma empresa laranja.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

Guido Martinez?

O SR. ELI COHEN - Todos.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, mas o senhor sabe qual era o papel dele?

O SR. ELI COHEN - Cada um está aqui escrito.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Aqui está dizendo "Diretor Financeiro".

O SR. ELI COHEN - É exatamente o que ele fazia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ademir Fratio...

O SR. ELI COHEN - Fratric.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Fratric.

O SR. ELI COHEN - Ele cuidava dos interesses da THG e associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe qual é o parentesco dele com o Maurício Camisotti?

O SR. ELI COHEN - Ele é genro... Não, genro, não; ele é sobrinho.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sobrinho.

Luis Marcos, *controller*.

O SR. ELI COHEN - É o *controller*. THG e associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Douglas Moreira.

O SR. ELI COHEN - Também trabalhava os interesses da THG e associações. Esse é que mandava, por exemplo, *motoboys* para colher assinaturas de presidente, laranja, esse tipo de coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ramon Novais.

O SR. ELI COHEN - Esse é o que operava o dinheiro, ou seja, a mando sempre, claro, de Maurício.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Fernando Araújo.

O SR. ELI COHEN - Contabilidade. Esse aqui é o que faz a mágica.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Esse é o contador?

O SR. ELI COHEN - É. A mágica, eu digo mágica, por quê? Porque existe um outro crime aqui terrível, que é o crime tributário.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Vinícius Siqueira.

O SR. ELI COHEN - Jurídico.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Luciana Lupiano.

O SR. ELI COHEN - Jurídico também. Jurídico interno, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Maurilia Ishikawa.

O SR. ELI COHEN - Administrava as reclamações no Reclame Aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Juliana Jesus.

O SR. ELI COHEN - Ela foi contratada só para receber oficiais de Justiça. Eram dezenas e centenas por dia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Antônio Carlos Camilo Antunes, careca do INSS. Qual é a ligação dele com a THG e a Ambec?

O SR. ELI COHEN - Outra vez?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, isso é só para deixar consignado.

O SR. ELI COHEN - Não, eu sei, eu sei... Ele é o que fornecia, ele é o que fornecia dados para o Maurício, porque o Maurício tinha essas empresas de seguro de que ele precisava para poder completar o crime, porque ele, com esses dados, ele não faz nada. É como se fosse o Pablo Escobar, ele planta cocaína, mas o outro leva. É mais ou menos assim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Olhe, nós estamos falando aqui do grupo THG e da Ambec. Aí eu pergunto ao senhor, o senhor colocou aqui, nesse organograma, o senhor colocou aqui uma foto de um advogado muito conhecido aí nas redes sociais.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Nelson Wilians.

O SR. ELI COHEN - Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Nelson Wilians, o que é que tem a ver com a THG e com a Ambec?

O SR. ELI COHEN - Eu nunca acusei ele de absolutamente nada. A única coisa que eu disse é o seguinte...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas botou uma foto bonita aqui.

O SR. ELI COHEN - Sim, mas porque, na verdade, ele representava as associações. E detalhe, ali...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quais associações Nelson Wilians...

O SR. ELI COHEN - A Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - A Ambec?

O SR. ELI COHEN - A Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Aí, o senhor me permita. Ele é um advogado, ele tem que atuar, mas olha só, a Ambec, o senhor me falou que a Ambec tinha como Presidente uma senhora que foi lhe procurar. Naquela época em que essa senhora foi lhe procurar, Nelson Wilians já estava com a procuração para representar a Ambec?

O SR. ELI COHEN - Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E foi a Presidente da Ambec quem contratou Nelson Wilians?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quem contratou Nelson Wilians? O senhor conseguiu apurar?

O SR. ELI COHEN - Não, mas é, é muito fácil, né? É só perguntar para ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, tudo bem, a pergunta, a pergunta é: até a suspensão dos descontos associativos, o advogado da Ambec continuava sendo Nelson Wilians?

O SR. ELI COHEN - Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quando Nelson Wilians deixou a representação jurídica da Ambec?

O SR. ELI COHEN - Exatamente quando nós começamos a incomodar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E isso se deu em que ano?

O SR. ELI COHEN - Abril, maio... Junho de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor tem conhecimento de qual era o valor do contrato do escritório Nelson Wilians com a Ambec?

O SR. ELI COHEN - Não tenho a menor ideia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor tem conhecimento de qual era o papel do escritório de Nelson Wilians perante os processos que eram destinados contra a Ambec?

O SR. ELI COHEN - Contestar as ações de pedido de indenização.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor tem conhecimento se isso acontecia em todos os foros ou só em algum determinado?

O SR. ELI COHEN - No Brasil inteiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Então o escritório Nelson Wilians foi contratado pela Ambec para defender as causas de contestação, é isso?

O SR. ELI COHEN - Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quem... Qual foi o escritório que substituiu o do Nelson Wilians na Ambec? O senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

Eu estou perguntando da Ambec.

Agora, quem, nessa sua jornada de investigação, fazia parte formalmente da Ambec? O senhor tem conhecimento? Quais eram os presidente e diretores? Quais eram eles?

O SR. ELI COHEN - Presidentes da Ambec?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim, porque aqui a gente está falando de quem está por trás. Eu quero saber formalmente quem é que estava lá no estatuto.

O SR. ELI COHEN - Até março de 2023, a minha cliente, a Sra. Aparecida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E após essa data, o senhor me disse que foi feito uma ata falsificada.

O SR. ELI COHEN - Exato. A D. Maria Inês, que morreu, que inclusive faleceu, que inclusive...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ela passou a ser a Presidente?

O SR. ELI COHEN - Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E quem a sucedeu?

O SR. ELI COHEN - Não tenho ideia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - A Ambec hoje ainda existe?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não...

O SR. ELI COHEN - Existe formalmente, mas ela não... De fato, não existe.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá. Antes das decisões judiciais, a Ambec estava fazendo desconto associativo?

O SR. ELI COHEN - Poderia repetir a pergunta?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Antes das decisões judiciais suspenderem os descontos associativos, a Ambec, até aquela data, continuava arrecadando descontos associativos?

O SR. ELI COHEN - Seiscentos mil aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor tem conhecimento se, além dos descontos associativos, a Ambec também estava envolvida em crédito consignado?

O SR. ELI COHEN - Não, não, não, não, não estava.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não estava?

O SR. ELI COHEN - Não, não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu queria saber do senhor... O senhor falou três associações envolvidas nessa organização criminosa. Quais são as outras duas associações?

O SR. ELI COHEN - Cebap e Unsbras, que foram adquiridas... Foram adquiridas depois que a Ambec já estava com mais ou menos 250 a 300 mil associados. Aí eles adquiriram a Cebap, pelo ano de 2024, bem no início, e rapidamente ela saiu de zero para 400 mil, 300 mil...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Aí eu vou ter que repetir o mesmo cronograma.

A Cebap nasceu em que ano?

O SR. ELI COHEN - A Cebap?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Nas mãos de Maurício...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Nas mãos de Maurício, em 2024, começo de 2024, final de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe quantos associados tinha a Cebap na hora que foi adquirida?

O SR. ELI COHEN - Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quantos associados a Cebap adquiriu em 24?

O SR. ELI COHEN - Trezentos e quarenta e quatro mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Isso representava quanto em termos de descontos associativos no ano de 2024?

O SR. ELI COHEN - Quinze milhões por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quinze milhões por mês.

Em 2025, Cebap manteve, diminuiu ou aumentou o número de associados?

O SR. ELI COHEN - Sempre aumentou.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sempre aumentou. Passou para quantos associados?

O SR. ELI COHEN - Eu não tenho aqui os dados, mas a Cebap chegou a 400 mil associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor poderia dizer se essa organização criminosa que o senhor, ali em pé, estava denominando na THG, que nós já falamos o nome, era ela também que estava operando a Cebap?

O SR. ELI COHEN - Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

O SR. ELI COHEN - Inclusive no mesmo endereço.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - No mesmo endereço de quê?

O SR. ELI COHEN - Da Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Da Ambec.

Esse endereço o senhor sabe dizer a quem pertencia?

O SR. ELI COHEN - Maurício Camisotti. O prédio era inteiro dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe dizer se o contador da Cebap era o mesmo contador da Ambec?

O SR. ELI COHEN - O mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sabe o nome?

O SR. ELI COHEN - Fernando de Araújo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Fernando de Araújo.

O SR. ELI COHEN - É até hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

O SR. ELI COHEN - É da THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E o senhor falou na terceira associação. Como é o nome da terceira associação?

O SR. ELI COHEN - Unsbras.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Unsbras.

A Unsbras nasceu nas mãos de Maurício Camisotti a partir de que ano?

O SR. ELI COHEN - Final... Meio de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Com quantos associados?

O SR. ELI COHEN - Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Em 2024, a Amsbap adquiriu quantos associados?

O SR. ELI COHEN - Unsbras.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Unsbras, desculpe.

O SR. ELI COHEN - Duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e quatorze associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Isso representava quanto de desconto mensal?

O SR. ELI COHEN - Onze milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Em 2025 o senhor tem ideia de quantos associados estavam vinculados a essa última?

O SR. ELI COHEN - Duzentos e cinquenta mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Com quanto de desconto associativo por mês?

O SR. ELI COHEN - Entre R$45 e R$62.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Multiplicado pelo número de...

O SR. ELI COHEN - Ah, sim, sim, é sempre numa base de 12, de 13, de 14 milhões.

Essa organização, ao todo, inclusive estava ali na tela, chegou a 1 bilhão, quando cessaram os...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Só essa associação?

O SR. ELI COHEN - Não, as três juntas.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - As três juntas chegaram por volta de 1 bilhão.

O SR. ELI COHEN - Novecentos e alguma coisa... Um bilhão.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá, o senhor tinha dito isso.

A forma de retirar dinheiro dessas associações também era por supostas prestadoras de serviço?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Esse dinheiro, pelo que o senhor tomou conhecimento, quais eram os principais destinatários?

O SR. ELI COHEN - A THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - A THG.

O SR. ELI COHEN - É.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Que pertence formalmente a quem?

O SR. ELI COHEN - A Maurício Camisotti; 27,5% para o Careca do INSS, e o resto para a THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

O senhor disse um fato muito interessante.

Eu vou lhe perguntar: o senhor conhece a Contag?

O SR. ELI COHEN - Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Nas suas pesquisas, a Contag foi também vasculhada e investigada pelo seu trabalho?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - A Copab...

O SR. ELI COHEN - Não, não, desculpa, eu preciso corrigir.

Quando nós nos aprofundamos nessa modalidade, nós acabamos...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Na modalidade de desconto associativo.

O SR. ELI COHEN - É.

Nós acabamos tendo informações de todas aquelas que operavam nesse sentido de desconto consignado, através de pacotes e benefícios fictícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Por isso que estou lhe perguntando.

Vou perguntar uma por uma.

O senhor teve conhecimento se a Contag também operava de forma fraudulenta?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor teve conhecimento se a Copab fazia parte desse pacote de fraudes?

O SR. ELI COHEN - Copab?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Cem por cento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor teve conhecimento se a Contraf, entre parênteses, (Fetraf) operava de também forma fraudulenta?

O SR. ELI COHEN - Qual é esse nome?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Fetraf.

O SR. ELI COHEN - É que é tanto nome, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Contraf/Fetraf.

O SR. ELI COHEN - É...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Se o senhor não se recordar, basta dizer: "Não me recordo".

O SR. ELI COHEN - Eu não me recordo. Só não esqueça o que eu disse inicialmente para o senhor: que esse negócio só funciona roubando.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá bom, mas eu tenho que citar. De repente, o senhor disse que eram 99% assim, mas falou que 1% poderia ser séria.

Sintapi, ligado à CUT. O senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN - Sindnapi ou Sintapi?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sintapi.

O SR. ELI COHEN - Se eu tenho? Não, eu não tenho informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto.

O SR. ELI COHEN - Mas veja bem: não tenho informações absolutas, mas eu tenho informações de que são vários e vários e vários processos com o mesmo mérito...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá.

O SR. ELI COHEN - ... de descontos irregulares.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas aqui eu...

O SR. ELI COHEN - Centenas e milhares.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - ... estou falando os nomes específicos. É importante o senhor dizer se tem conhecimento ou não desses nomes.

Sindnapi. Sindnapi.

Inclusive, tem uma *fake news* aí rolando - e tem gente se aproveitando disso -, dizendo que fez acordo entre Governo e oposição para não vir irmão de Presidente Lula. Desse tipo de acordo, nem participei e nem me lembro da oposição ou situação ter dito. Quem tiver interesse na investigação, vai ser proposta a convocação. Quem quiser votar a favor ou contra, problema de quem votar. Mas isso é mentira. Para deixar para a imprensa, quem passou isso para a imprensa está com o nariz muito grande de mentiroso.

Sindnapi. O senhor tem notícia de o Sindinapi também participar desse esquema fraudulento?

O SR. ELI COHEN - Extremamente envolvido.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sindiapi.

O SR. ELI COHEN - Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sintrapp.

O SR. ELI COHEN - Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Fift, F-i-f-t, CNTT.

O SR. ELI COHEN - Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Aapen.

O SR. ELI COHEN - Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Asabasp.

O SR. ELI COHEN - Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Abapen.

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Asbrapi.

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Aaspa.

O SR. ELI COHEN - Não.

Posso só dar um adendo? Veja bem: quando eu digo que eu não tenho informação, é porque eu não tive nem o trabalho de dar um Google...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tudo bem.

O SR. ELI COHEN - ... porque, se eu der um Google, eu vou ter como dizer para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas aqui a pergunta é bem objetiva: se o senhor teve informação ou não por Google, por ouvir dizer, por ciência própria.

Unabrasil.

O SR. ELI COHEN - Extremamente envolvida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Aasap.

O SR. ELI COHEN - Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Abenprev.

O SR. ELI COHEN - Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Master Prev.

O SR. ELI COHEN - Extremamente envolvida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Abrasprev.

O SR. ELI COHEN - Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - AAB.

O SR. ELI COHEN - Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Abenprev.

O SR. ELI COHEN - Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Anddap.

O SR. ELI COHEN - Envolvida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Cenap/ASA.

O SR. ELI COHEN - "C"?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Cenap, C-e-n-a-p.

O SR. ELI COHEN - Não, não, não. Não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Surgiu outra: Amar.

O SR. ELI COHEN - Essa, extremamente envolvida.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor ouviu falar no envolvimento... O senhor ouviu falar no envolvimento de um André Fidelis?

O SR. ELI COHEN - Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe qual é a posição desse citado André Fidelis?

O SR. ELI COHEN - Na época, era o Diretor de Benefícios do INSS, né? Depois, me parece que, quando foi substituído o Presidente... Mas já era uma época em que eu não tinha mais interesse no caso. Eu já tinha feito a minha lição de casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor ouviu falar em mais algum Diretor de Benefícios do INSS envolvido nesse sistema de corrupção?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor ouviu falar de algum Presidente do INSS envolvido nesse sistema de corrupção?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor ouviu falar de algum Ministro da Previdência envolvido nesse sistema de corrupção?

O SR. ELI COHEN - Quando o senhor me pergunta se eu ouvi falar, eu posso dizer para o senhor o que eu...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Baseado em ciência própria, desde investigação própria até por ouvir dizer, em fatos, matérias jornalísticas, confidências, seja lá o que for.

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor sabe que, quando o senhor está dando depoimento e é feita uma pergunta dessa forma direta, calar a verdade também é delito.

Portanto, o senhor está, aqui, escudado pelo dever jurídico de falar o que sabe, sem cometer nenhum tipo de delito.

Volto a lhe perguntar: baseado em tudo que o senhor ouviu, de que o senhor tomou conhecimento, que o senhor leu ou que apurou - o senhor está com o escudo da proteção legal de testemunha -, o senhor ouviu falar se algum Presidente do INSS ou se algum Ministro da Previdência, pouco importa de qual governo... Estamos investigando um período de 2015 a 2025. O senhor ouviu falar de envolvimento de algumas dessas autoridades?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Bom, assim fica melhor.

O senhor já ouviu falar em alguma *offshore* situada nas Ilhas Virgens Britânicas ou *offshore* ou contas situadas em qualquer país estrangeiro pertencente a alguns desses personagens que nós citamos?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor já ouviu falar na Venus Consultoria & Assessoria?

O SR. ELI COHEN - Não me recordo. Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor já ouviu falar em Alexandre Guimarães?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor já ouviu falar em Thaisa Hoffmann?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor já ouviu falar na Curitiba Consultoria em Serviços Médicos?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor já ouviu falar em Eric Fidelis?

O SR. ELI COHEN - Eric Fidelis?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - O filho do André Fidelis?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Que prestava consultoria para, se eu não me engano, a Cobap, não sei, uma dessas associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Certo.

O senhor já ouviu falar, o senhor já disse que não conhecia Alexandre Guimarães, não é isso?

O SR. ELI COHEN - Não conheço.

Alguém da minha equipe pode conhecer, porque eu, na verdade...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor recebeu alguma ameaça em relação a essas investigações que o senhor fez?

O SR. ELI COHEN - Várias.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor poderia denominar quem praticou essas ameaças ou de quais formas essas ameaças chegaram até o senhor?

O SR. ELI COHEN - Sempre foram telefonemas anônimos, à meia-noite, à meia-noite e meia.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor tem a quem imputar essas ameaças?

O SR. ELI COHEN - Não exatamente. Mas, veja, nós ajudamos, é claro que com a ajuda da CGU... Uma mamata de R $2,8 bilhões parou. Então, eu acho que eu devo ter um monte de inimigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Por tudo que presenciou, que investigou e por que está passando, o senhor corre risco de vida?

O SR. ELI COHEN - Bom...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor consegue fazer essa análise?

O SR. ELI COHEN - Veja bem, pela forma como eu atuo como advogado, eu sempre me coloco em risco. Então, é um a mais - esse é um pouco maior. E, agora, estando aqui, é mais ainda, porque, até este momento, muitos que perderam essa mamata ainda acreditavam que tinha sido obra do *Metrópoles* - o que foi, vamos deixar bem claro, porque o *Metrópoles* também ajudou bastante, expandiu algumas investigações. Mas, hoje, felizmente ou infelizmente - infelizmente para eles e talvez um pouco de desconforto para mim -, eles sabem quem realmente iniciou tudo isso. *(Pausa.)*

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Olha, eu não quero ser acometido pela pecha de prevaricador. Eu ainda tenho outras perguntas a fazer, mas, como Relator, vou fazer um requerimento ao Presidente da CPMI, para ser colocado em votação, pedindo proteção policial ao senhor. Só para deixar isso claro, porque, se o senhor amanhecer morto, não vai ser baseado na prevaricação do Relator.

O SR. ELI COHEN - Eu acho que isso não vai acontecer. Eu tenho um plano de benefício desse pessoal aí, e ninguém morre.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá. Se vai acontecer ou se vão pagar o seu plano, eu não sei. Agora, eu não quero ficar com essa responsabilidade.

O SR. ELI COHEN - Agradeço a preocupação.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor fez alguma comunicação dessas ameaças?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Tá. Pedi à assessoria para já preparar um ofício direcionado ao Presidente da CPMI solicitando que seja pautado no Colegiado, quinta-feira, um pedido de proteção integral ao depoente. Mas isso só vai ser quinta-feira.

Portanto, solicito ao Sr. Presidente, com o dever de cautela e urgência, que, desde já, oficie à Polícia Federal para dar essa proteção.

Agora tem algumas perguntas aqui que gostaria de fazer ao senhor: como o senhor descobriu esses núcleos financeiros, já que o senhor é um particular na qualidade de profissional e o senhor chegou a um esquema muito grande? Como o senhor descobriu? Em relação à Ambec e à THG, o senhor identificou quantos núcleos financeiros?

O SR. ELI COHEN - O que o senhor quer dizer com núcleos financeiros?

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Núcleos financeiros: se havia operações distintas ou estavam todos no mesmo núcleo financeiro dessa organização criminosa?

O SR. ELI COHEN - O mesmo núcleo financeiro, com a mesma pessoa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Ó...

O SR. ELI COHEN - Ramon Novais.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Isso é muito importante.

O senhor tem conhecimento de como era feita essa divisão de lucros?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Por favor.

O SR. ELI COHEN - 27%... 27,5% para a turma do Careca e o restante ficava com a THG.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O senhor teve conhecimento sobre esses citados quem tem um padrão de vida acima da média do que nós, pobres mortais? Há exemplo, desses daí, de quem tinha Lamborghini, Ferrari, lancha, jatinho, mansão, cobertura, barra de ouro, seja lá o que for?

O SR. ELI COHEN - O Maurício Camisotti é um nome milionário, vamos deixar bem claro. Ele é o CEO, praticamente, de fato, de um grupo empresarial, que é o THG, bastante influente em contratos milionários, em todo o território brasileiro, em todos os Governos praticamente. Agora, eu não sei se os sinais de riqueza vieram só desse braço criminoso que ele decidiu, de uma hora para outra, realizar.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - E o tal do Antônio Carlos Camilo, o Careca?

O SR. ELI COHEN - Só o que se noticia pela imprensa.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Vou fazer uma pergunta que me interessa muito: de todos esses noticiados, quantos estão presos? O senhor tem conhecimento?

O SR. ELI COHEN - Tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Quantos?

O SR. ELI COHEN - Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Isso é bem interessante. *(Pausa.)*

O senhor...

O SR. ELI COHEN - Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Oi.

O SR. ELI COHEN - O senhor me permite... Só um dado que é muito importante...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Claro.

O SR. ELI COHEN - Até para que todos aqueles que venham se sentar aqui e que vão contar um monte de história de que apenas fornecem serviços. É muito importante esse dado que... A Ambec, por exemplo, em 2024, teve em um mês 200 mil adesões. Ele teria que ter ligado para os aposentados de toda a América do Sul e metade dos aposentados dos Estados Unidos.

Veja, são absurdos que fazem com que aquela pergunta que o senhor me disse, se eu tenho conhecimento, se o Ministro da Previdência ou o Presidente do INSS recebia ou não recebia... Para mim, vou ser sincero, pouco importa. Ele deveria saber, se ele não sabia, porque, veja bem, é uma questão de matemática. Para você ter 200 mil adesões em um mês, você teria que ligar para todos os aposentados praticamente do continente americano!

É uma situação torpe. Por isso é que eu disse no começo que isso é algo que você consegue detectar no Google! Não é possível, entendeu? A realidade não é possível. Nós estamos falando só da Ambec. Todas as outras funcionam da mesma forma. Por várias vezes, por exemplo, a Contag mandou 30, 40, 50 mil adesões em um mês! Também deveria ter ligado para 5 milhões. Quem é que consegue... Que estrutura no Brasil consegue ligar para 5 milhões de aposentados em um mês? Em um mês. Nem o Elon Musk. Ninguém. Isso na verdade é só um formalismo, e o pessoal do departamento de benefícios fecha o olho e manda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Presidente, uma questão de ordem. O depoente está sob juramento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) - Sr. Presidente, eu encerro por aqui, mas peço uma questão de ordem.

V. Exa. me permita fazer um pedido para o senhor submetê-lo ao Colegiado, se assim entender.

Sr. Presidente, diante do encerramento do questionamento do Relator, nós ouvimos aqui que não existe prisão para nenhum dos autores desse crime gigantesco. Inclusive V. Exa. já deu entrevistas nesse sentido e abriu hoje a reunião citando esse fato.

Nós estamos com indícios suficientes de autoria. Nós estamos com prova da materialidade dos crimes. O delegado que representou no inquérito-mãe - eu estou pegando o número agora - citou os pressupostos e fundamentos da prisão preventiva, mas solicitou medidas de não encarceramento, das quais discordo, diante do quadro em que o Brasil se encontra, com milhares de encarcerados por delitos muito menores.

Portanto, eu acho isso um tapa na cara do brasileiro, diante da presença dos pressupostos e fundamentos da prisão preventiva. Seja pela aplicação da lei penal... Este Brasil é muito grande, nós temos vários exemplos de fuga, e há um risco tremendo de fuga desses criminosos. Citarei os nomes.

Diante da garantia da ordem pública, porque nós aqui vimos apenas que não foram operados descontos associativos, mas também teve a operação de nova modalidade de crimes que tirava empréstimo consignado fictício, e o povo brasileiro mais sofrido pagando; diante da conveniência da instrução criminal, quando o depoente disse que tem sido ameaçado, e essas ameaças são direcionadas por integrantes dessa organização criminosa... Ou seja, se não há critérios e requisitos para a aplicação da prisão preventiva nesse caso, não há em nenhum caso do Brasil.

Eu acho que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem a obrigação de oficiar, com base nesses pressupostos e fundamentos, ao Ministro Relator desses casos, o Ministro André Mendonça, para que, com os mesmos fundamentos que foram decretadas em primeiro grau medidas cautelares diversas de prisão, para com os mesmos fundamentos que estão aqui presentes no Pedido do Inquérito mãe 2024-004-5640, que tem mais de 3 mil páginas, todas fundamentadas. Peço a V. Exa. que submeta a este Colegiado um pedido de prisão preventiva contra Maurício Camisotti, Antônio Carlos Camilo, Antônio Luz, Fernando Araújo, Márcio Alaor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Mas aí se botar o Jair Bolsonaro, tem que botar o Lula. Estão no mesmo parâmetro. Nós não vamos fazer política com isso, nós vamos agir corretamente. Então, nós temos que ter a rigidez dos nossos argumentos para tratar com igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Delegado Caveira, por gentileza. Senhores, Coronel Chrisóstomo, por gentileza, eu peço a V. Exas. que a gente mantenha o decoro. Isto é um Parlamento, aqui não cabe qualquer tipo de ilação sobre nomes, por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - É que esse nome foi citado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não foi citado em momento algum aqui.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Foi citado pelo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O nome de nenhum desses, que os senhores colocaram, foi citado aqui até o momento. Os nomes citados estão nesta lista aqui. Então, esta Comissão vai se ater aos nomes que estão sendo citados como provas ou envolvimento, por favor.

Continue, Relator. *(Pausa.)*

Vou colocar V. Exa... Nós temos que formalizar...

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - André Fidelis, Virgílio, Eric Fidelis.

André, Eric, Virgílio e o financeiro - eu esqueci o nome - Ramon Novais. Esses são os pedidos para serem submetidos à votação do Colegiado, porque são os personagens principais de uma organização criminosa.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Pela ordem, Presidente. Eu gostaria só de acrescentar ao vosso pedido não só o pedido de prisão, mas também o de bloqueio de bens.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Para o de bloqueio de bens, já houve uma cautelar, mas não há nada que impeça que nós possamos também acrescentar um segundo pedido de bloqueio de bens.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, senhores, por gentileza.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - E apreensão de passaporte.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Não, mas a apreensão de passaporte não precisa, porque a gente já está pedindo a preventiva.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Presidente, pela ordem.

Foi feito um pedido de bloqueio de bens seletivo, nós queremos estender isso também às entidades para que possamos tentar, de alguma forma, mitigar o prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não. V. Exa. pode formalizar o requerimento e será colocado em votação para que a gente analise.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem.) - Eu queria, Presidente... Além do trabalho do Relator que fez diversas perguntas importantes, acho que todos nós aqui, que nos inscrevemos, também queremos fazer perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - ... para entender o papel de outras pessoas.

Por exemplo, na apresentação que o depoente fez ali no painel, ele fala do José Carlos Oliveira e, na entrevista que ele deu, ele também falou desse personagem. E esse personagem, o que corre à boca miúda é que também é uma figura importante no esquema do roubo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Portanto, gostaria de perguntar sobre ele, e que também esse nome fosse incluso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Deputado Alencar...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - ... que esse nome também fosse incluso no rol das pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ... V. Exa. terá o tempo de pergunta.

Nós votaremos... Deputado...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Está propondo votar agora requerimento...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não. Nós vamos formalizar... O Relator formalizará o requerimento, assim como os outros Deputados e Senadores que quiserem os nomes formalizarão...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - A minha sugestão, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ... e, ao final, nós faremos a votação nesta Comissão.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - A minha sugestão é exatamente essa...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - ... vamos ouvir as perguntas dos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim, perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - ... porque aí mais fatos poderão ir surgindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Votaremos ao final da sessão.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Uma coisa mais completa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Bem, senhores, vou suspender a sessão. O Relator encerrou. Vou suspender a sessão por 30 minutos para que a testemunha possa ter o seu momento de descanso.

Retornaremos à sessão em 30 minutos, exatamente às 19h40.

Pois não, Senador.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) - Presidente, eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Desculpe, desculpe.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - ... eu fui o primeiro requerente, não é isso? Vou falar em seguida, não é? Eu fui o primeiro requerente, está consignado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Espere aí. Do pedido?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Não, não. Da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Está consignado, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - O.k.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sessão suspensa por 30 minutos.

(Suspensa às 19 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, vamos retomar a sessão.

Declaro reaberta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Questão de ordem, pois não, Deputado Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) - Sr. Presidente, primeiro quero congratular o Relator e V. Exa. pela decisão da prisão preventiva, que é algo que a sociedade brasileira tem cobrado, e V. Exa. foi muito feliz, na quinta-feira passada, em entrevista, inclusive repetida por todos os meios, questionando a Justiça brasileira, junto com o Relator, pelo fato de essas pessoas não estarem presas.

Agora, Sr. Presidente, o que me preocupa é que essa prisão preventiva acaba de ser noticiada, e com razão, por todos os meios, porque pública foi, mas se é uma prisão preventiva, ela precisa ser realizada com muita rapidez. Nós deixarmos para votar isso no final desta reunião pode prejudicar a própria finalidade da prisão. E, se não for para votar agora, logo, que pelo menos seja feito um comunicado à Polícia Federal, para que essas pessoas não possam se evadir do país e, eventualmente, evitar que a barra da justiça chegue nelas.

Então, seria esse o pedido, Presidente, para que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - A questão de V. Exa. é pertinente, mas é o seguinte: esta CPMI não tem o poder de oficiar à Polícia Federal para restringir liberdade, a não ser que o fato se dê aqui dentro da nossa área. O que nós temos que fazer é votar hoje e encaminharmos ao Supremo Tribunal Federal, que é o Poder Judiciário, que tem, por prerrogativa, a decisão final sobre as prisões. E, se os que estão ora sendo citados, uma vez deferida a prisão preventiva, fugirem, isso tornará a situação deles ainda muito mais difícil, porque uma vez capturados pela Polícia Federal... Para nós, inclusive, da CPMI, se torna até um ponto, de certa forma, positivo, porque nós podemos convocá-los já dentro de outra perspectiva que não hoje, a convocação, e eles com o comparecimento em data marcada.

Muito obrigado, Excelência.

Eu vou ler...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Presidente, Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não. Pela ordem, Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) - Através da solicitação do nosso Relator, para que se dê proteção ao Doutor que está realizando a oitiva aqui na CPMI, eu quero, pela ordem, solicitar a V. Exa. que apresente essa proteção a partir de hoje. Por quê? Os dados estão aí, Excelência. Muitas mortes, dentro desse Governo, no passado, não foram explicadas. Há, sim, um perigo pela vida desse senhor aqui, do Doutor que está aqui diante do Brasil, abrindo as verdades para nós da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Coronel, mas, primeiramente, é preciso que a testemunha queira a proteção. Se ele não... Se ele não desejar a proteção, esta CPMI não tem o que fazer. O que eu posso hoje dizer é que ele, por solicitação aqui, pediu a proteção para que fosse levado até o hotel em segurança. Nós, imediatamente, faremos isso. A Polícia Legislativa fará de acordo com o que ele solicitou. Agora, a proteção sequente da Polícia Federal, ele tem que dizer se quer ou não quer. É uma decisão de foro íntimo que nós discutiremos daqui para a frente

Senhores, vou ler a relação dos inscritos dentro do prazo regulamentar, para que não reste dúvida, que não paire dúvida sobre o lugar de fala de cada um.

Senador Rogerio Marinho é o primeiro. Deputada Adriana Ventura, Delegado Fabio Costa, Deputado Paulo Pimenta, Deputada Coronel Fernanda, Senador Izalci Lucas, Senadora Tereza Cristina, Beto Pereira, Deputado Alencar Santana,

Deputado Marcel van Hattem, Senadora Soraya Thronicke, Senador Eduardo Girão, Senador Jorge Seif, Deputado Mário Heringer, Senadora Leila Barros, Deputado Coronel Chrisóstomo, Senador Randolfe Rodrigues, Deputado Rogério Carvalho, Deputado Sidney Leite.

Suplentes inscritos: Deputado Zé Trovão, Deputada Bia Kicis, Deputado Luiz Lima, Deputado Rogério Correia, Senador Marcos Rogério, Deputado Orlando Silva, Deputado Fernando Rodolfo.

Não membros inscritos: o Deputado Zucco e o Delegado Caveira. O.k.?

Vamos dar início às perguntas dos Parlamentares.

Dez minutos é o prazo, entre perguntas e respostas, e eu peço a gentileza de que a gente se mantenha.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ilustre depoente, quero homenagear aqui o trabalho do eminente Relator.

Também quero elogiar aqui as respostas dadas pelo Sr. Eli Cohen. Eu tive a oportunidade de visitá-lo. Quando soube, pelo *Metrópoles*, a dimensão e o tamanho dessas denúncias, imaginei que era importante que ele viesse a esta CPMI. Fui ao seu escritório, conversei com ele, algumas coisas foram colocadas e muitas outras estão sendo colocadas aqui neste momento. Eu acho que a sua vinda aqui, Sr. Eli Cohen, é importante para elucidar uma situação que aparentemente estava varrida para debaixo do tapete.

Eu quero fazer alguns comentários antes de fazer uma pergunta a V. Sa.

Quero dizer o seguinte: V. Sa. afirma, por ocasião do seu depoimento, que essas fraudes começam em 2005, só que V. Exa. se refere aos consignados, aos empréstimos consignados, né?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Exato.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Os descontos associativos - permita-me colocar dessa forma - eram uma espécie de prerrogativa da Contag, porque, até o princípio de 2019, mais de 80% desse total eram só da Contag. Você tem - e aí eu quero um comentário de V. Sa. - 12 ACTs ativos em 2014, 2015, que é o marco temporal estabelecido pelo Relator. Quando você chega no final de 2022 você tem 21 ACTs, sendo que em 2019 e 2020 nove entidades foram descredenciadas justamente por problemas ligados a descontos ilegais, e você chega ao final de 2024, com 37... ao final de 2025, meados de 2025, com 37 ACTs ativos.

Então, a primeira pergunta que eu faço a V. Sa.: o que foi que houve? Por que de repente tanta atenção dessas associações para o INSS, que antes era praticamente um local em que apenas a Contag, ou majoritariamente a Contag, trabalhava com desconto associativo?

O SR. ELI COHEN - Sr. Senador, o senhor... Não prestei atenção; de que época o senhor falou?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Eu estou dizendo o seguinte: até 2019, a Contag, sozinha, era beneficiária de mais de 80% do total dos valores arrecadados com descontos associativos, até o início de 2019. Nós temos aqui, em 2019, 16 ACTs celebrados ativos, tá? Você termina o ano de 2022, que é o final do Governo do Presidente Bolsonaro, com 21 ACTs ativos, e termina 2025 com 37 ACTs; quer dizer, 37 associações de repente descobriram esse filão aí de desconto associativo. A que o senhor atribui de repente essa atenção tão grande ao desconto associativo junto ao INSS?

O SR. ELI COHEN - Veja bem, eu entendo o seguinte, Senador: que...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Eu acho que V. Exa. contou meu tempo antes de eu começar. Já está em seis minutos, não falei quatro minutos aqui. Quatro minutos?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Por favor, responda, Dr. Eli.

O SR. ELI COHEN - Continuando, veja bem: os acordos de cooperação técnica que foram realizados em um ano, ou em outro ano, é muito circunstancial o senhor avaliar se houve vantagem, ou não. Nós sabemos que, claro, que houve - mas é circunstancial. O fato, na verdade, está em como eles são utilizados.

Veja, é um direito de uma associação, ou de um sindicato, se ele tem todos os...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Os documentos.

O SR. ELI COHEN - ...os documentos necessários...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - As condições.

O SR. ELI COHEN - ... para obter esse acordo, é quase que um direito. O fato não é esse, poderia ter 300, desde que todo mundo fosse honesto. O fato é como, na verdade, se manobram esses acordos, não como eles são feitos.

Então, eu sei que foram feitos alguns no Governo Bolsonaro, muitos no Governo Lula, mas isso é circunstancial. Eu entendo, como o senhor também, eu entendo que, claro que isso é, no mínimo, estranho; mas, quando o senhor se detém em situações objetivas e não subjetivas, que são números, adesões, quantidades absurdas de adesões e quantidades de reclamações sobre o mesmo mérito, não há o que...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Eu vou tentar ser mais objetivo, é porque V. Sa. fez uma afirmação que... De 2016, quando acaba com o desconto obrigatório...

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - ... há uma atenção maior.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Na verdade, foi em 2017, quando há a reforma trabalhista. Então, a partir de 2019, há uma atenção maior.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Veja, o senhor falou sobre três associações, não é isso? Três entidades que eram ligadas ao Camisotti e ao... Como é o nome? Careca do INSS.

O SR. ELI COHEN - Sim, sim...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Nós temos 37 entidades.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Então, a minha pergunta é a seguinte, nós estamos falando de 3,3 bilhões em 2024 - 3,3 bilhões. Isso é quantos por cento?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Significam 8% do total essas três entidades.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Então, 92% não foram objeto da sua investigação, viu, Sr. Relator? São 92%.

Então, o senhor acha que esse método criminoso, de se utilizar de terceiras pessoas para se locupletar com o recurso que é recepcionado pela entidade, utilizando métodos de associar pessoas contra a sua vontade, com diferentes estratégias, é uma situação que se repetiria com essas 37 entidades?

O SR. ELI COHEN - Todas?

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Todas elas.

O SR. ELI COHEN - Eu fico tranquilo de te dizer isso...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Bom, eu só vou chamar a atenção do Relator que...

O SR. ELI COHEN - 100%.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - ... a gente está falando de 37 entidades que é o que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Vou pedir silêncio mais uma vez, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - ... que foi investigado pelo Sr. Eli Cohen e que, majoritariamente, foram três entidades, o que representa em torno de 8% do total desses valores.

Se nós fizermos uma conta simples, o senhor falou em R$2,5 bilhões, se fizermos uma conta simples...

Nós chegamos ao final de 2022 com pouco mais de 2 milhões de associados. Isso são dados do Meu INSS obtidos por LAI, tá? E, em meados de 2025, quando houve a operação sem desconto, nós estamos falando aí de 9,6 milhões de associados.

O SR. ELI COHEN - Exato.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - São 9,6 milhões. A se levar em consideração que o que a CGU fez é verdade, ou seja, 98% não reconhece o desconto, vamos pensar em cem. Se fizermos 9,6 milhões vezes R$50, multiplicado por 12 (um ano), dá quase R$5 bilhões.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Se pensarmos só nos dois anos e meio, nós estamos falando aí de quase R $14 bilhões, Sr. Relator. Se eu estou levando em consideração que é o que a CGU está dizendo, que fez uma amostragem e 98% disseram que não sabiam.

Então eu pergunto: o que significou essa corrida aqui? A gente pega aqui 2022, tem R$780 milhões, e nós chegamos em 2024 com R$3,3 bilhões. Houve um afrouxamento de controles? Houve um desprezo pelas normas vigentes? Houve uma orquestração de dentro da Previdência por funcionários que estavam em postos estratégicos da sua... na sua apuração? Em locais estratégicos que permitiram que esse número tão grande de associados entrasse sem que despertasse nenhuma preocupação, quando, com 40 mil reclamações em 2019 e 50 mil em 2020, nove entidades foram descredenciadas? A gente está falando de mais de 1 milhão de reclamações no Meu INSS, e o Governo tomou nenhuma providência.

O senhor acha que isso é normal ou havia uma orquestração criminosa dentro da instituição e de fora para dentro?

O SR. ELI COHEN - Bom, como eu já disse, eu trabalho com... eu trabalho com dados objetivos. O fato, o fato aqui é muito claro. Veja, os números... não é minha opinião, são os números. Nós temos aí 1,2 milhões, se eu não me engano, na saída do Governo Bolsonaro. Isso triplicou... duplicou e depois triplicou...

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN - Nós estamos falando em bilhões que foram triplicados.

Ou seja, olha, sem fazer juízo de valor e sem, e sem tender para um lado ou para o outro - até porque eu acho que todos temos que estar só do lado do aposentado, nem com a direita, nem com a esquerda -, mas uma coisa é clara, uma coisa é clara: nós saímos, nós saímos de 1,2 milhões, e, no primeiro ano do Governo Lula, subiu para 2 bilhões... 2 milhões, né? Dois... é que eu estou, é que eu estou sem óculos - porque eles acabaram de quebrar o meu óculos -, então não estou conseguindo enxergar aqui os dados.

Mas, mas, de qualquer forma... e depois subimos a esse número extraordinário. O fato é que se nós... se nós não analisarmos os números, o que é que nós vamos fazer? Nós vamos ficar ouvindo, conversa, falar "Não, mas espera aí; não, mas é assim..." Não, vamos analisar os números. Já que não se entra num entendimento de quem é o pai da criança, analisem os números.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pronto.

O SR. ELI COHEN - A real é essa, até porque esse modelo de fraude já vem, como eu disse, desde 2005. Só mudou de cara. Ele muda de cara, mas mantém a mesma vítima: o aposentado. Essa que é a realidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Sr. Eli Cohen.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Não tem outra pergunta, não? Só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, Excelência. Prazo, Prazo... prazo encerrado. Não, prazo encerrado, Excelência.

Com a palavra, por dez minutos, para perguntas e respostas, a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) - Obrigada, Presidente.

Cumprimento aqui o nosso excelente Relator, Alfredo Gaspar.

V. Exa. seja bem-vindo, Sr. Eli. Obrigada pela presença.

Eu vou fazer perguntas, assim, bem objetivas, e eu gostaria primeiro de uma explicação. Eu queria entender um pouco a questão da sua fala. Você disse em alguma entrevista - e também hoje reiterou - que todas as associações utilizam essa fraude. A minha pergunta é: há alguma exceção na sua visão?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Tá, porque daí... O.k. E, se não tem, por que o Ministério Público e a Polícia Federal focaram em apenas 11 ou 12 entidades, quando, na verdade, o senhor fala em 33?

Eu vi que hoje a CGU, finalmente - eu acho que talvez porque o senhor viesse aqui -, falou que vai atrás das outras, mas a minha pergunta é: por que focar em 11, 12 e não nas 33 que o senhor falou?

O SR. ELI COHEN - Na minha opinião, é porque... é porque sempre o mérito da questão não é, sei lá, para alguma parte política não é o aposentado, e, sim, não segurar essa questão - não é? -, ou seja, essa responsabilidade.

O fato é esse. Na minha opinião é isso, porque, quando eu digo que todas, todas são fraudes...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Uhum.

O SR. ELI COHEN - ... é porque eu venho, além de advogado, eu venho de uma família de negociantes. Não existe o negócio sem roubar. Esse negócio, ele só funciona roubando.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Tá.

E o senhor disse que peticionou para vários órgãos. Se eu não me engano, foi CGU, Congresso, e parece que sentaram em cima.

Eu queria que o senhor esclarecesse para quem exatamente foram endereçadas essas denúncias e que respostas o senhor recebeu.

O SR. ELI COHEN - Essas denúncias... Eu direcionei as denúncias para a polícia.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Para a Polícia Federal?

O SR. ELI COHEN - Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Para a Polícia de São Paulo...

O SR. ELI COHEN - Veja, os advogados, eles têm, como eu, que sou criminalista investigativo, eu tenho uma relação mais próxima com n autoridades da Polícia Federal. Eu sei quando eles vão levar o caso adiante ou quando não vão.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Tá, mas para quem o senhor mandou, Sr. Eli? Só, assim, o senhor falou: "Eu encaminhei essa denúncia para fulano do órgão tal e sicrano do órgão tal."

O SR. ELI COHEN - Sim, a 3ª Delegacia da DIG de Crimes Financeiros.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Certo. Então, o senhor enviou essa denúncia para lá.

Agora, a pergunta aqui é a seguinte: você não teve resposta, mas você não oficiou nem Polícia Federal nem Ministério Público nem Congresso, certo?

O SR. ELI COHEN - Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, foi só para esses? O.k.

Agora, a minha pergunta é: o senhor nunca pensou em apresentar uma notícia-crime para a Polícia Federal nem para o Ministério Público. Tem alguma razão para isso?

O SR. ELI COHEN - Mil vezes eu pensei.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Aham...

O SR. ELI COHEN - Mil.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - E por que o senhor não apresentou?

O SR. ELI COHEN - Porque eu sei como funcionam essas situações.

Eu vou tentar ser rápido.

Quando eu comentei isso da Operação Encilhamento foi a mesma coisa: eu mandei para o Ministério Público Federal, mandei para a polícia, e ninguém me ligou. E aí eu só mandei para o jornalismo investigativo, e todo mundo me ligou de volta.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Entendi.

Eu tenho uma outra pergunta.

O senhor falou que o senhor representava os clientes ali da Ambec, não é? A minha pergunta objetiva é: como o senhor chegou no Maurício Camisotti?

O senhor explicou, mas, para mim, não ficou claro.

Por que o senhor se sentou com ele e como o senhor chegou até ele? De uma maneira breve, o senhor pode repassar?

O SR. ELI COHEN - Aquilo que qualquer advogado tem a obrigação de fazer: atender aos interesses de seus clientes. Eles entendiam... Na verdade, eu entendia que eles tinham direito a danos morais, afinal de contas, eles estavam encabeçando uma quadrilha.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - E daí o senhor solicitou uma visita? Foi prontamente marcada?

O SR. ELI COHEN - O Maurício Camisotti é um senhor muito conhecido em São Paulo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Aham...

O SR. ELI COHEN - No Brasil inteiro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k.

Uma outra pergunta é em relação a essa distribuição de 72,5 e 27,5, que o senhor falou, entre o Careca e o Maurício Camisotti. Isso é uma coisa que está no estatuto, no contrato, ou é um combinado entre eles? Essa divisão que o senhor falou da sociedade do Careca do INSS e do Maurício Camisotti.

O SR. ELI COHEN - Está no contrato.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ah, está no contrato. É isso que eu queria esclarecer.

O SR. ELI COHEN - Que eu tenho como disponibilizá-lo também.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada.

Agora, a outra pergunta:

o senhor falou do Maurício Camisotti, que ele é um dos *capi*, mas não é *capo del capo*, que tem outros *capi*, que a gente precisa descobrir os *capi*. O senhor frisou bastante isso. Na sua visão, quem é o *capo del capo*, o "capão"?

O SR. ELI COHEN - Não existe.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não existe.

O SR. ELI COHEN - Cada, cada... Tem sindicatos, por exemplo, que têm associações como laranja. É que veja: eu nunca fui contratado para ampliar as minhas investigações, mas, se eu fizer isso, não sobra um, porque é grotesco. Eles são...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Presidente... Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Questão de ordem, Senador Rogério Carvalho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Pera um pouquinho só. Pera um pouquinho. No meio da fala?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Eu determino à Secretaria que interrompa o tempo da Deputada.

Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para questão de ordem.) - É uma questão de ordem, porque ele está aqui sob juramento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - ... e, sob juramento, ele não pode fazer determinadas afirmações sem poder provar porque, de repente, ele está colocando determinadas pessoas, entidades em situações...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Protesto, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - ... sem uma comprovação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Eu sei. Eu só estou levantando...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, ele não pode interromper a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, a questão de ordem está em andamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ele não pode.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, ele pode interromper, Adriana; em questão de ordem, pode.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - É uma questão de ordem para que...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Mas qual é o artigo da questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instante.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Desculpa. Eu gostaria de saber qual é o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um minutinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - A questão de ordem é objetiva: se o depoente está sob juramento, é importante que ele seja lembrado o tempo todo que está sob juramento porque, se ele começa a acusar, de repente, aqui todas as pessoas que ele falou vai receber um mandado de prisão ou restrições, cautelares. Certo?

Então, a gente precisa tomar cuidado com isso porque é grave essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Senador. Está colocado.

Obrigado.

Determino a continuidade do tempo para a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu só gostaria que a gente criasse aqui uma educação de, pelo menos, não interromper a fala de um Parlamentar. Então, eu queria solicitar que a gente tivesse como regra, pelo menos, fazer questão de ordem depois que acabar a fala, porque senão corta o raciocínio, corta tudo e, no mínimo, é deselegante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Está correto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Bom, eu pedi para votar, mas, enfim...

Mas, de qualquer maneira, eu queria... O senhor afirmou, em um determinado momento, Dr. Eli, que os melhores advogados defendem fraudadores e conseguem criar alguma dúvida sobre as empresas e tal. Eu gostaria que o senhor brevemente tentasse mostrar quais seriam essas teses jurídicas que são apresentadas para blindar as seguradoras e responsabilizar apenas os laranjas.

Assim, existe uma tese que o senhor construiu sobre isso?

O SR. ELI COHEN - Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, o senhor pode falar muito brevemente sobre ela, por favor?

O SR. ELI COHEN - Sim.

Rapidamente, desta forma: se eles são pegos, eles dizem: "Eu só presto serviço. Eu só forneço esse plano de seguro". "Olha, se alguém está fraudando aí, é a associação". Essa é a blindagem deles, a blindagem, e essa foi sempre a dificuldade de o Ministério Público de conseguir levar a responsabilidade penal a essas pessoas, porque isso já aconteceu, em 2014, com a Crefisa e aconteceu, se eu não me engano, em 2019, com a Sabemi, e só foi imputada a responsabilidade civil, não conseguiram imputar a responsabilidade penal, porque eles não conseguiram fazer o que eu fiz, lincando toda a cadeia do crime. Esse foi sempre o cerne da dificuldade de se colocar os verdadeiros beneficiários da fraude na cadeia.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada.

E eu também quero falar sobre a questão da omissão institucional, que, de certa forma, o senhor tocou nesse assunto. A questão de você ver, muitas vezes, servidores, todo mundo finge que não vê, finge que não sabe, deixa a coisa fluir.

Em quais órgãos ou instituições públicas o senhor sentiu isso de uma maneira muito clara neste caso?

O SR. ELI COHEN - Todos que poderiam ter feito alguma coisa e não fizeram. Todos. INSS, então... E Ministério da Previdência. Veja: todos tiveram conhecimento.

É só entender uma coisa: a farra do INSS, que foi publicada pelo *Metrópoles*, começou dois anos antes - dois anos. Foram roubados milhares e milhares e milhares de aposentados, mesmo depois de o *Metrópoles* ter publicado todo o *modus operandi* de tudo. Essa que é a grande realidade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - E, antes do *Metrópoles*, o senhor chegou a oferecer para outros veículos de imprensa, ou foi somente para o *Metrópoles* e por qual razão?

O SR. ELI COHEN - Como eu já disse...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu ouvi.

O SR. ELI COHEN - ... eu mandei para a revista *Veja*.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ah, você falou.

O SR. ELI COHEN - E eles publicaram uma notinha, porque eles não tinham condições de fazer naquele momento, porque estava em época de segundo turno de eleição.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Você falou.

Agora, eu acho que eu vou para a minha última pergunta, e ela é uma pergunta, assim, bem objetiva.

O senhor, quando entrou aqui, falou, claramente, quando começou...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) - É automático.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Quando o senhor começou a fazer a sua exposição, você falou, claramente, que estava aqui por valores, por princípios e falou que já te ofereceram muito dinheiro para não falar.

A minha pergunta objetiva é: quem ofereceu dinheiro para o senhor e quando ofereceu?

O SR. ELI COHEN - N vezes.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Quem?

O SR. ELI COHEN - Pessoas que se diziam ligadas a um sindicato ou a uma associação, mas eu não levo em consideração. Eu vou dizer que isso é muito comum na advocacia que eu faço - é muito comum. É por isso que, quando me oferecem proteção, sim, é claro que é perigoso. Todo mundo fala: "Como você é maluco de fazer um negócio desse?". É o que eu vi, aqui, nas minhas mensagens.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Isso quer dizer que, desses operadores ou de todos esses nomes que foram falados no seu eslaide, não foi nenhum desses? Você está falando que são coisas corriqueiras do dia a dia.

O SR. ELI COHEN - Não, não; não são corriqueiras do dia a dia. É sobre este assunto. "Pare de falar". Principalmente - e eu vou dizer isto -, olhe, eu gostaria que, na verdade, entendesse que eu estou contando só a verdade para colaborar, perfeito?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Logo que saiu a questão do Sindnapi e o envolvimento do irmão do Lula, logo em seguida, eu recebi uma ligação anônima a 1h da manhã, para parar de investigar. Eu já tinha parado - a real é essa.

O problema, na verdade, é que o Maurício Camisotti arrebentou com todos eles. Essa é a realidade, porque, veja, foi o Maurício Camisotti que deixou que tudo isso ficasse público e escancarado. Não dava para não incluir todo o resto, porque todos funcionam do mesmo jeito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada.

Obrigada, Sr. Eli.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Deputada.

Senhores - ao Plenário -, eu fiz as contas aqui, e nós levaremos pelo menos três horas e meia até o final de todos os inscritos; ou seja, nós estamos falando em terminar aproximadamente por volta de 1h da manhã, o.k.?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Então, eu vou inverter a pauta e vou colocar em votação o requerimento do Relator, que vai ser lido por ele agora, para que a gente possa terminar a votação.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instante.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) - Presidente, nós também vamos fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, nós vamos fazer, mas, senhores, eu não vou encerrar a sessão, não. Eu só vou colocar o requerimento em votação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Vamos votar.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - O senhor está colocando uma votação no momento inadequado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, se até o final da sessão novos nomes surgirem, V. Exas. podem fazer a solicitação, tranquilamente.

Com a palavra o Relator, para a leitura do requerimento.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, os senhores terão a oportunidade de votar contra o requerimento.

Os senhores terão a oportunidade de votar contra o requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Presidente. Pela ordem, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O pedido de prisão preventiva...

Senhores, esta Presidência está colocando em pauta um requerimento extrapauta para a prisão preventiva, como solicitado pelo Relator, e nós vamos votar hoje. A votação será nominal, e os senhores poderão votar "sim" ou "não".

Com a palavra o Relator.

(Tumulto no recinto.)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) - Sr. Presidente, requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, do art. 3º-A e art. 6º da Lei 1.579, de 1952, e do art. 311 e seguintes do Decreto-Lei 3.689, de 1941, representar pela decretação e prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, dos investigados abaixo consignados: André Paulo Félix Fidelis, Eric Douglas Martins Fidelis, Cecília Rodrigues Mota, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, Thaisa Hoffmann Jonasson, Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, Alexandre Guimarães, Antônio Carlos Camilo Antunes, Rubens Oliveira Costa, Romeu Carvalho Antunes, Domingos Sávio de Castro, Milton Salvador de Almeida Júnior, Adelinon Rodrigues Júnior, Alessandro Antônio Stefanutto, Geovani Batista Spiecker, Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, Vanderlei Barbosa dos Santos, Jucimar Fonseca da Silva, Phelipe Roters Coutinho, Maurício Camisotti - de todos esses 20 devidamente pontuados os pressupostos e fundamentos no inquérito que corre perante o Supremo Tribunal Federal - e o 21º, Márcio Alaor de Araújo, citado pelo depoente aqui presente.

A justificação é muito simples, a pedido da própria Advocacia do Senado, que irá materializar essa petição.

Com base no inquérito policial disponível na rede mundial de computadores que deflagrou a Operação Sem Desconto e nos primeiros depoimentos colhidos ao longo desta CPMI, verificou-se que, mesmo diante da presença de indícios veementes de materialidade e autoria das infrações penais que vitimaram milhões de aposentados e pensionistas, até o momento nenhum investigado se encontra submetido à prisão cautelar. Diante dos evidentes riscos à ordem pública, baseados na manutenção dos crimes de empréstimos consignados fraudulentos, à conveniência da instrução criminal, diante da ameaça direcionada à testemunha aqui presente e da aplicação da lei penal, por risco concreto de fuga, inclusive de patrimônio de alguns investigados no exterior, como *offshores*, solicito a prisão preventiva dos investigados acima consignados, baseado nos pressupostos e fundamentos da prisão preventiva.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Relator. Obrigado, Relator.

Determino...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Perfeitamente.

Enquanto fazemos a discussão, determino a secretaria que abra o painel para a votação do requerimento do Relator.

Para a inscrição, para discutir, Deputado Mário Heringer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não, a discussão vai ser aberta enquanto nós votamos, mas não cabe aqui.

O Presidente pode colocar em votação. Está dentro do regulamento. Então, determino a abertura...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Para votar o...

Para discutir, Deputado Mário Heringer.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Olhem, estou colocando para discussão por uma questão mesmo de atendimento a todos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não, a todos. Porque a votação independe da discussão, neste caso, da CPMI.

Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Para discutir.) - Presidente, eu queria falar com o senhor muito rapidamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Eu quero entender que todos nós, inclusive, temos vontade de votar a favor dessas convocações, dessas prisões. Não tem aqui ninguém que vem aqui para passar pano para ninguém, mas essa pressa, essa maneira como foi feita, deixou a gente aqui que tinha questionamentos a fazer e outros nomes iriam aparecer, inclusive o nome do José Carlos Oliveira, que foi tudo dentro do INSS. Inclusive, no momento que ele era Presidente lá, no momento que ele estava comandando, é que os maiores ACTs foram feitos, onde 11% dos ACTs que estavam envolvidos foram criados durante o período dele e que geraram, nesse evento, 65% das fraudes estão nessas 11 entidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Perfeitamente, Deputado.

O senhor pode oficiar.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Eu queria pedir ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O senhor pode fazer o requerimento, é o que eu falei com o Líder do Governo.

V. Exa. pode fazer o requerimento que nós votaremos ainda hoje, nós votaremos ainda hoje.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Eu vou fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O senhor pode fazer o requerimento e nós votaremos ainda hoje.

Os Deputados, Senadores e Senadoras podem votar, o painel está aberto.

(Procede-se à votação.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, o requerimento extrapauta precisa ser votado hoje por decisão desta Presidência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Eu tinha solicitado para discutir a favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Para discutir, Deputado Zé...

A Coronel Fernanda estava em primeiro lugar, para discutir.

Os Deputados podem votar pelo Infoleg.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Zé Trovão ou Fernanda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - A Coronel Fernanda estava antes do senhor.

Logo em seguida, Deputado Zé Trovão e o Deputado Alencar.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Calma. Eu vou pedir para fazerem a lista aqui de todas as manifestações.

Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Para discutir.) - Sim, Sr. Presidente.

Presidente, acho que nós estamos perdendo tanto tempo aqui... Para quem está do lado do povo e que não quer atrapalhar esta CPMI, ficar criando condições para prorrogar é uma falta de...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Ninguém está pedindo prorrogação aqui não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Presidente, eu estou falando e ele está atrapalhando minha fala aqui, Presidente.

Presidente, por favor, peço respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, vamos ouvir a Parlamentar, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Peço respeito. Atrapalhar a votação, fazer essa bagunça toda aqui, sendo que todo mundo está se declarando a favor... Era mais fácil a gente votar aqui por unanimidade. Na verdade, estão querendo é passar pano. Quem não quer passar pano, vota a favor. Não fica com o meio termo. Não dá para continuar desse jeito.

A turma que está aí do Governo, querendo atrapalhar esta sessão tão importante....

É o primeiro ato. As pessoas estão acreditando nesta CPMI. Eu trabalhei para que esta CPMI acontecesse, porque nós precisamos fazer justiça. Não dá para continuar enganando mais o povo.

Presidente, peço que... Peço que esta sessão aprove urgentemente essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - A votação está aberta. Obrigado.

Deputado Zé Trovão, por cinco minutos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para discutir.) - Sr. Presidente, agora chegou o momento de separar os homens dos meninos.

Ué, eu escutei desde o início desta CPMI que quem desvendou os roubos foi o PT, foi o Lula, e que diz que quem está pagando agora os aposentados é o Lula. Então, está resolvido aqui, Deputados e Senadores de esquerda, é só votar a favor dessa prisão, que é preventiva, contra homens e mulheres que já foram indiciados pela Polícia Federal! Eles foram mostrados, e mostraram os crimes que eles cometeram!

Então, assim, eu quero ver se o discurso se mantém, porque quem votar contra agora - fique claro para o Brasil - não quer investigar nada, quer papo furado! Aí o discurso acaba e cai por terra aqui! Pode ir para casa, porque vocês não vão ter mais o que falar aqui, não!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, silêncio, por favor! Silêncio porque é um Parlamentar se manifestando, silêncio!

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Nós temos que ter aqui o mínimo de responsabilidade! Não faça discurso bonito no microfone e vote de maneira errada aqui, não!

Ué, nós temos aqui um depoente que escancarou, escancarou o que aconteceu, e agora vocês vão passar pano? Ué, quer prender mais gente, não tem problema, no final, o Presidente falou, extrapauta de novo, e a gente manda prender mais gente, mas agora o pau tem que cantar em cima de quem? Desses caras aqui ó! Desses aqui!

Ninguém está falando contigo, não, Rogério Correia. O seu lugar é ficar quietinho até a sua hora de fala.

Então, assim, nós temos que ter o mínimo de coerência aqui. Não fica aí fazendo discurso de protecionista dos velhinhos e na hora de botar vagabundo na cadeia, fica com: "Não, espera um pouquinho"! Espera um pouquinho, para quê? Primeiro que esses caras já deveriam ter sido presos. Nós temos que ter coerência! Não vem com essa papagaiada de vocês, não!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Para discutir.) - Presidente, colegas Deputados - dá licença um pouquinho aqui, colega -, colegas Deputados, Senadores, todos aqui presentes, quero relembrar que todos esses nomes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, há um Deputado se manifestando.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Quero relembrar, Presidente, ao Relator em especial, que todos esses nomes listados foram nomes que a Polícia Federal pediu a prisão - todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não pediu. Pediu o bloqueio de bens.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Houve também pedido de prisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não. Nós acompanhamos o inquérito, Deputado. Nós temos o inquérito.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Posso fazer o meu discurso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, mas não houve esse pedido. Pois não, fique à vontade.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Relembrando, relembrando, o próprio depoente disse que ele foi procurado por entidades, diretores da entidade que fraudaram, que roubaram, ainda na gestão Bolsonaro, e ele falou somente de uma das entidades com maior profundidade. Podia ter dito mais. Quero que ele diga também depois sobre o José Carlos Oliveira, que ele diz que era figura central no esquema, mas não abordou durante o seu depoimento. Não sei se ele quis proteger alguém ou não, não sei, mas é importante, nas perguntas que nós vamos fazer, que ele fale mais desse personagem, porque esse personagem também tem que estar no nome daqueles a serem presos, porque ele fraudou e permitiu que a entidade laranja entrasse e roubasse os aposentados. Aqui não dá para gente fazer proteção a ninguém.

Deixo outra pergunta ao depoente: nesta sala tem algum Deputado ou Senador que participou da festa que V. Exa. disse ter sido paga pelo Camisotti?

Olhe bem para todo mundo...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - ... que aqui está. Olhe bem e responda isso, porque isso é importante para todos nós para que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Deputado, o senhor terá o tempo para perguntar à testemunha no horário de V. Exa. Não é o momento, é para discutir o requerimento...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Mais um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não é para fazer pergunta à testemunha.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Eu tenho mais um minuto para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Parece que o pessoal tem medo, quando falam alguma coisa, e tenta cercear a palavra. Deixe a gente falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Eu deixo, mas o senhor terá dez minutos para perguntar, Sr. Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Qual é o receio?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Nenhum.

O senhor terá dez minutos para perguntar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O depoente tem que falar mais coisa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Ele vai falar até 1h da manhã, 2h da manhã, o tempo que der. Nós vamos amanhecer o dia aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Quero que ele diga todos os Deputados que participaram daquela festa. Essa informação é importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Afinal de contas, essa pessoa seria suspeita ao participar desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Deputado Alencar.

Com a palavra o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para discutir.) - Sr. Presidente, boa noite a V. Exa., mais uma vez, ao Deputado Alfredo Gaspar, Relator.

Esta noite é uma noite em que começa a CPMI a fazer justiça no Brasil, o que talvez tenha faltado de outros órgãos, e, lamentavelmente, nós vimos, até pelo relato do depoente, o Sr. Eli Cohen, que houve um apagão deliberado, certamente, de muitas partes, e de outras, infelizmente, por uma omissão que agora finalmente começa a ser corrigida, mas também quem se omitiu vai precisar pagar pela sua omissão, Senador Girão, Deputada Adriana Ventura.

E aqui esta CPMI está demonstrando, com esta votação, celeridade na justiça que se espera. Apesar de ser, obviamente, uma prisão preventiva, ou seja, uma prisão cautelar, ela se mostra absolutamente necessária, repito, não apenas para garantir que essas pessoas, que hoje estão soltas - livres, leves e soltas -, continuem a cometer delitos ou tentem de toda a forma apagar os rastros dos crimes que cometeram, mas também para garantir que esta CPMI não seja o retrato de tantas outras, que é o retrato da impunidade.

Aqui, Deputado Alfredo Gaspar, nobre Relator, V. Exa. está demonstrando o que é fazer perguntas para os convidados, para os convocados, não importando quem seja e de que partido seja - se é que têm partido -, de uma forma correta a buscar a verdade. E quem reclama hoje, Senador Girão, talvez não esteve, inclusive, na sessão passada. Tivemos uma sessão secreta em que ficou claro que nem a autoridade policial havia requisitado a prisão preventiva. O Deputado que diz o contrário ou faltou àquela reunião ou mente deliberadamente. A autoridade policial, o Delegado do inquérito-mãe disse aqui que não havia pedido a prisão preventiva naquela época e, obviamente, não daria uma opinião diferente agora, porque há outras investigações em curso e já não está mais sob a sua alçada essa decisão - aliás, agora está sob a alçada do Ministro André Mendonça. Se esta Comissão fizer, e certamente fará, o início desta caminhada em busca de justiça, que é votar com maioria, talvez unanimidade, SIM ao pedido de prisão de 20 pessoas, incluindo o do Careca do INSS.

Por isso, Sr. Presidente, aqui, esta Comissão, nesta noite, dá um passo importantíssimo, que é requisitar ao Poder Judiciário, ao Ministro André Mendonça, a prisão preventiva desses 20 suspeitos, mas que nós sabemos que, na maior parte, não são suspeitos tão somente, mas muito mais do que isso, são ladrões do dinheiro de pessoas vulneráveis. Quando nós vemos a apresentação do Sr. Eli Cohen aqui, ficamos estarrecidos mais uma vez, porque a cada notícia é um novo estarrecimento.

Mas, Sr. Eli Cohen, quando o senhor conta como são feitos esses descontos de pessoas vulneráveis - de R$30, R$40, R $50, R$60, R$70 -, de quem ganha um salário mínimo, pessoas que moram na área rural, deficientes físicos, pessoas que não têm sequer um celular, muitas vezes, não têm acesso suficiente à informação, não têm agência do INSS próxima à sua casa... ou seja, é um assalto a uma pessoa vulnerável e indefesa pra comprar carro de luxo, pra realizar atividades espúrias, *lobby* o tempo todo.

É hora de esta Casa tomar, realmente, atitude - refiro-me ao Congresso Nacional porque esta é uma CPI mista, uma CPI que tem Deputados e tem Senadores.

E agradeço também a posição de todas as demais bancadas partidárias, Senador Carlos Viana, em homenagem à transparência e à investigação séria que a CPI deve fazer para que não reste, em nenhum momento aqui, qualquer sigilo sobre a visita de quem quer que seja a qualquer gabinete. Quem quer que visite o meu gabinete sabe que é um lugar onde se realizam as coisas de forma séria. E publicamos as visitas sem o menor constrangimento ou problema, muito antes pelo contrário, porque nós temos visitas que nos honram.

Quem quer que tenha recebido visitas que desonrem esta Casa precisa ser exposto, e os criminosos precisam ser, portanto, punidos.

Vejo V. Exa. já querendo encerrar a votação, portanto, sem mais delongas, para que essas prisões preventivas sejam aqui aprovadas e, depois, confirmadas pelo Ministro André Mendonça, oriento, mais uma vez...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... o voto "sim" da Bancada do Novo, esperando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. *Fora do microfone*.) - Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... o resultado favorável de todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. *Fora do microfone*.) - ... uma rápida questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só relembrando: os Deputados e Senadores que concordam votam "sim". A votação continua aberta. Nós ainda temos votos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Presidente... Uma rápida questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instantinho, Senador Randolfe.

Nós ainda temos: Deputado Rafael Brito, Rogério Correia e Orlando Silva, que estão presentes, e ainda não deram... E a Deputada Bia Kicis, que se ausentou. Acredito que alguém possa entrar em contato com ela porque ela me pediu que, se houvesse votação, ela gostaria de participar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Presidente, é uma rápida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Questão de ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Para questão de ordem.) - Arguido o 131 do Regimento Comum, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - ... a base de apoio ao Governo está orientando o voto "sim" e, ao requerimento do Relator, a base de apoio ao Governo quer acrescentar mais um nome.

Eu pergunto a V. Exa.: V. Exa. colocará o requerimento de acréscimo ao que já foi pedido pelo Relator logo após esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Coloco logo em seguida. Se V. Exa. apresentar, já colocamos aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Está sendo subscrito pela Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores e já está sendo encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - É uma questão agora... Já que decidimos, hoje, pedir a prisão, o Governo pode apresentar e vamos para a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Tá. Nós estamos requerendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Perfeitamente, Senador. Aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - ... acrescentando mais um nome e encaminhando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Aqui nós vamos ser democráticos com todos.

Com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para discutir.) - Sr. Presidente, eu pedi para fazer uso da palavra na discussão desta votação porque aqui todos afirmaram, logo no início dos trabalhos, que não ia ter "passagem de pano", que não iam "passar pano" para ninguém. Não importa se o sujeito que cometeu o crime está na direita ou na esquerda, se cometeu crime vai responder com todo o rigor que a lei prevê.

No entanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) - Silêncio.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - ... eu aqui levanto uma questão...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - ... que me preocupa bastante, pois pode gerar um vício em todos os trabalhos que nós estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, por favor, silêncio. Há um Parlamentar se manifestando.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) - O depoente, durante a sua fala, mencionou a festa financiada para comemorar, salvo engano, o aniversário do Camisotti, um evento patrocinado pela THG.

Sobre essa questão, ele apresentou o nome de vários Parlamentares que estavam presentes nessa festa. Não significa dizer que esses Parlamentares são partícipes ou cúmplices de uma prática criminosa. Mas aqui me preocupa o fato de o depoente não ter mencionado o nome do Senador Jorge Seif, que faz parte aqui desta CPMI. Aqui nós temos uma imagem, uma foto com a presença do Senador Jorge Seif nessa festa do Camisotti.

E aqui neste momento, eu votei a favor para requerer ao Supremo a prisão do Camisotti. Então, como nós, neste momento, estamos votando a favor, requerendo que o Camisotti seja preso, requerendo ao Supremo Tribunal Federal, e aqui, membro desta Comissão, tem um Parlamentar, tem um Senador que fez parte desse evento. Eu não tenho absolutamente nada contra nenhum membro aqui desta Comissão, muito menos o Senador Jorge Seif. Mas isso gera uma suspeição.

Então é por essa razão, Sr. Presidente, que ao tempo que discuto a favor desse requerimento, ao tempo que afirmo que votei a favor para requerer a prisão desses 21 nomes, dentre os quais, eu destaco o Careca do INSS, o Maurício Camisotti, aqui eu levanto essa suspeição, que pode gerar um vício a todas essas investigações. O Senador Jorge Seif está aqui, estava presente nesse evento, e o depoente, em nenhum momento, citou. E aqui nós temos imagens que demonstram que há uma participação.

Então esse fato precisa, pelo menos, ser explicado, para que todo o trabalho que aqui nós estamos fazendo não seja colocado por água abaixo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Deputado Duarte Jr.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Como foi citado o Senador Jorge Seif, tem direito de resposta pelo art. 14. Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) - Sr. Presidente, acabei de protocolar junto à Mesa e peço que seja votado extrapauta. A Polícia Federal já disse que tem nome de Senadores e Deputados que recebiam mesada. Eu solicito a V. Exa. que coloque em votação o pedido à Polícia Federal, que revele os nomes de Deputados e Senadores envolvidos.

Fui convidado para um almoço, não foi festa nenhuma. E chegou lá, tinha vários Parlamentares de todo o Brasil. Essa festa ocorreu a 20km da minha casa, e a pessoa que me convidou é uma autoridade do meu estado, porque eu nem sabia que esse almoço estava sendo oferecido e fui para prestigiar outros Deputados e Senadores que estavam no Estado de Santa Catarina.

Eu não tenho nada a temer que tenha aparecido foto ou o que seja. Eu quero que a Polícia Federal fale os nomes de Deputados e Senadores que recebiam caixinha. E se eu recebi alguma coisa, eu já me comprometo com o Brasil. Se eu recebi um centavo dessa quadrilha imunda, eu renuncio ao meu mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Senador Jorge Seif.

Vosso requerimento será votado na próxima reunião, na quinta-feira. Hoje votaremos como extrapauta, por acordo, o requerimento que o Governo apresentará com o nome a ser votado por esta Comissão.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Determino o encerramento da votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pela ordem, pela Liderança, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) - Em função do encaminhamento que V. Exa. está dando, o Governo vai apresentar o nome, nós não sabemos qual é, como é que é o acordo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - José Carlos Oliveira.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, haverá votação, Senador.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Haverá votação. Aí é votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Como é que a gente vai fazer um acordo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - É...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Mas então nós queremos acrescentar um nome também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Não, Presidente. Presidente, então queremos apresentar outro nome também. Apresentaremos outro nome.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Apresenta, vamos para votação. A gente vai para votar. Aqui...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, olha, por favor, por favor, a última coisa que eu gostaria é de fechar os microfones aqui.

Por favor, a última coisa que eu gostaria é de ter que fechar os microfones aqui para a gente dar sequência nos trabalhos da CPMI.

Então, por gentileza. *(Palmas.)*

Está aprovado o Requerimento do Relator, por 26 votos a favor, nenhum voto NÃO.

E zero...

Com a palavra...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente... Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Com a palavra, o Senador...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ....Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Sr. Presidente... *(Pausa.)*

Sr. Presidente...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Por favor, senhoras. Por favor, senhoras.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Por gentileza, Coronel Fernanda, Senadora Leila, retomem os lugares, por favor.

Por favor, retomem os lugares. Por favor.

Coronel Fernanda, por gentileza - por gentileza.

Senadora Leila, por favor - por favor.

Por favor, retomem os lugares.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senadora Leila, por favor. Senadora Leila... Por favor, Senadora Leila. *(Pausa.)*

Não vou suspender. Nós estamos entre Parlamentares, há um decoro aqui - há um decoro aqui.

Coronel Chrisóstomo, por favor.

Senhores, retomamos aqui.

Nós vamos dar sequência e vamos encerrar esta sessão com tudo aquilo a que nós nos propusemos.

Senador Marcos Rogério com a palavra.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Voltou para a ordem dos inscritos? Voltou para a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Eu darei a palavra a V. Exa. É porque ele está há mais tempo que V. Exa.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Voltou para ordem das inscrições?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Sr. Presidente...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Voltou para ordem das inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não. Não, não. Eu estou dando a discussão sobre os requerimentos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Perfeitamente.

Tem o Paulo Pimenta.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu também estou inscrita, Presidente. Pela ordem, aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - V. Exa. já falou.

Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Eu queria, por uma questão de coerência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

Senhores, por favor, silêncio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Senador Girão, por favor.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Nós estamos na fase inicial desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Eu votei a favor do requerimento, embora meu voto não tenha sido computado, em razão de eu estar na condição de suplente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Mas, por uma questão de coerência, eu não posso deixar de sublinhar que a representação por prisão nessa fase da instrução probatória de uma CPMI, para mim, na minha avaliação, não vai no sentido de fortalecer o papel da CPMI.

Essas pessoas que foram mencionadas aqui - boa parte delas -, em razão do apuratório feito em sede de inquérito da Polícia Federal, acho que já deveriam estar encarceradas, presas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - ... por aquele inquérito policial. O mesmo eu não posso dizer em relação ao trabalho da CPMI, que está no começo.

Eu já tive a oportunidade de, em diversas entrevistas que dei, elogiar a postura firme do Relator desta CPMI - muito preparado, muito versado no papel de Relator -, mas eu estou, por uma questão de dever de consciência no âmbito de uma CPMI... Eu atuei aqui. Na maioria das CPIs do Senado Federal eu tive a oportunidade de atuar e em outras CPIs, desde a época de Deputado Federal, mas eu acho que nós temos muita coisa ainda pra apurar.

O depoimento de hoje aponta em várias direções; ele aponta em várias direções. Então, apenas, a fala que faço neste momento é no sentido de fazer um apelo a todos os Parlamentares desta Comissão - e aí isso inclui o Relator, inclui o Presidente, inclui os membros desta Comissão. O instituto da prisão...

Paulo Pimenta, eu vou pedir...

Esse é um instrumento necessário no curso de um processo como este. A CPMI não pode mandar prender ninguém preventivamente - ela pode prender em flagrante, em caso de falso testemunho, dentro das prerrogativas que a CPMI tem -, mas ela pode, a exemplo de quem preside um inquérito policial, representar por prisão preventiva, como foi feito o apelo aqui.

Mas eu queria fazer um apelo a que nós aprofundássemos as investigações, fizéssemos o cruzamento de dados - nós temos elementos chegando, nós temos provas sendo juntadas, nós temos depoimentos sendo dados - para que a gente tenha um resultado mais efetivo e substancial com os trabalhos desta CPMI.

É apenas uma ponderação que faço, porque, a partir deste momento...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - ... muitos pedidos de prisão serão apresentados, e aí nós podemos desvirtuar o papel da CPMI em razão de situações como essa.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Obrigado, Senador.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL. Como Relator.) - Presidente, eu fui citado, gostaria de fazer um esclarecimento: queria dizer ao Senador Marcos Rogério que os pressupostos e fundamentos dessas prisões foram justamente elencados no inquérito policial. Como nós ouvimos aqui o delegado, e o delegado da Polícia Federal, textualmente, mesmo diante dos requisitos da prisão preventiva, não pediu a cautelar, achei por bem que nós tomássemos um requerimento para solicitar ao relator do caso a transformação de medidas de não encarceramento em medidas de prisão preventiva.

Não foi com base na investigação da CPMI, foi com base no inquérito policial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - O.k.; então, Sr. Presidente, com base no que o Relator mencionou neste momento, eu quero dizer que estou em absoluta concordância.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Perfeitamente. Obrigado.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) - Presidente, sinceramente, eu acho uma manobra terrível isso que está acontecendo aqui. Vou explicar a V. Exa. o porquê.

Nós ouvimos um depoente hoje, nós estamos recolhendo provas. Nós estamos na segunda reunião. O depoente pode ter razão em quase tudo, mas pode ter razão em quase nada! E pode ser que ele tenha sido omisso em outras, porque ele não sabia - ele mesmo disse que, em 20 minutos, ele conseguiu saber isso tudo que ele falou agora no Google. Ele falou isso aí: "Basta dar um Google e em 20 minutos eu sei de tudo".

Por exemplo, o senhor sabe do José Carlos Oliveira? Eu estudei ele. Ele está desde o início, ele saiu lá de baixo e virou Ministro, e, durante esse período, várias e várias e várias empresas dessas, inclusive várias que você citou, estavam já no período dele. Olhe, no mínimo nós tínhamos que ter discutido se esse nome inclui ou não... Não basta o Relator escutar o que ele fala e determinar aquilo que o Relator acha porque ele falou, Presidente! Isso foi uma manobra terrível, e V. Exa. não permitiu que a gente fizesse essa discussão.

Não é que... Não tem ninguém aqui contra prender o Careca do INSS. É óbvio que o Careca do INSS está até o topo... do cabelo não pode, mas até o topo da cabeça envolvido nisso, como o tal Camisotti, e provavelmente outros, mas não são só esses. E nós não podemos dar fé a um depoimento... Ele não apresentou uma prova, nenhum documento.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - O que ele delata tem validade? Tem, porque eu também conheço o processo. E ele conheceu como advogado investigativo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Como tem também matérias que eu vi, por exemplo, na *Piauí*, *Revista Piauí*, que tem jornalista investigativo, e fez um trabalho, eu julgo, até mais competente do que o dele, mais completo.

Nós vamos, a partir daí, sair prendendo esses que o jornalismo investigativo fez? Sinceramente, não foi correto o que foi feito hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Sr. Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Não, eu não terminei, eu não terminei, eu ainda tenho 2 minutos e 54 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - É porque está marcando cinco minutos, mas é...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Olha lá. Veja bem, a outra questão em relação a isso, nós tínhamos combinado que não teria extrapauta. Os extrapauta seriam todos na quinta-feira, até para que nós pudéssemos ver a orientação sobre isso. Agora, se for repetir o que se fez aqui agora, então nos dê direito a apresentar, pelo menos, requerimento de quem não pôde falar - porque V. Exa. não permitiu -, para que possa apresentar requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Está concedido, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Sim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Está concedido. O Líder do Congresso já fez esse questionamento, e já foi colocado: faremos mais um extrapauta com o nome que V. Exa. colocar.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senador Rogério, só um instantinho. Vamos respondendo aqui, aos poucos, senão a gente vira uma confusão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Veja bem, nós vamos fazer isso. O nome é José Carlos Oliveira pelo que nós conhecemos. Todo mundo conhece essa questão, mas nós vamos estar repetindo um procedimento que a gente espera que não seja a regra da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não. Agora, Deputado Rogério Correia...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu vou terminar. Vamos dizer, amanhã, para a próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - ... eu não sei quem vem depor. Se ele sair citando nome...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Na quinta-feira vem a CGU; e na segunda-feira, o ex-Ministro Lupi.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Sim. Se o Ministro Lupi quiser citar um monte de nomes, o Relator vai sair também fazendo prisão preventiva?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Deputado, o pedido de prisão, o requerimento...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Presidente, eu vou só terminar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O requerimento ao Ministro André Mendonça...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - É claro que eu votei a favor, porque... Veja bem, por que votamos todos a favor? Porque ninguém é contra prender essas pessoas. E esse é o argumento que estava colocado, mas eu estou querendo chamar a atenção de vocês: não pode ser esse o método de trabalho. Se o método de trabalho for esse, nós vamos sair daqui com 500 pessoas presas porque foram citadas. O que é isso? Isso não é um método correto. Eu participei da CPMI do 8 de janeiro, e isso não existiu em momento nenhum.

Então, eu peço a V. Exa. que não se repita algo desse tipo que foi feito hoje.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - V. Exa. atropelou todos nós, não permitiu que falasse, não permitiu questão de ordem, colocou em votação um requerimento que tinha os nomes que o Relator escolheu. O Relator podia ter escolhido outros nomes também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não, não, no art. 14, são só duas vezes, Relator.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Escolheu os nomes que ele quis escolher...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senão a gente não dá sequência. Senão nós não damos sequência aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Ele poderia ter colocado outros nomes. O Relator escolheu os que ele quis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - É, ou os que ele citou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, deixa eu terminar, deixa eu terminar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu termino. E nem todos... É difícil falar porque tem o Presidente falando, o Relator não deixa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Deixa terminar. Termine, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - O que o Sr. Eli, o Dr. Eli colocou, tinha nomes também que ele citou aí de políticos que estavam lá na festa que ele disse que era festa do Maurício Camisotti, que o Maurício Camisotti... O.k., eu pego a palavra do senhor, que o Maurício Camisotti é quem fez o convite naquela festa, onde o senhor insinuou que tinha vários políticos. Por que não colocou os nomes dos políticos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não. Deputado, obrigado pela... Respeito.

Os nomes que estão sendo colocados em requerimento ao Ministro André Mendonça para a prisão preventiva estão todos num inquérito-mãe a que nós temos acesso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ... e, no depoimento passado, o delegado da Polícia Federal foi claro em dizer que todos estão identificados, inclusive o meio, onde está o dinheiro e que não foi feito pedido de prisão. Nós estamos oficiando ao Ministro para que ele tome as providências o quanto antes.

O último inscrito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O último inscrito, Deputado Paulo Pimenta. Depois retomaremos as perguntas dos oradores.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) - Presidente, naturalmente, pelo fato de o requerimento ter sido feito logo após a fala do advogado, eu - e qualquer outra pessoa aqui presente - deduzi que os pedidos estavam sendo feitos a partir do depoimento.

V. Exa., agora, e o Relator, mesmo que aqui ainda informalmente, estão explicando que não; que, na realidade, esses nomes foram retirados do inquérito. Talvez, se isso tivesse sido explicado desde o primeiro momento, toda essa confusão não teria acontecido.

O que eu quero dizer, Sr. Presidente, é que eu entendo que nós precisamos ter uma racionalidade nas decisões que a gente adota aqui.

O Dr. Eli Cohen veio aqui e fez um depoimento importante. Ele diz o quê? "Olha, tinha um núcleo, que o Careca que pagava funcionários do INSS para conseguir as ACTs, para conseguir as informações; e tinha um núcleo, que eram as empresas seguradoras de saúde, por onde o dinheiro era drenado das entidades para cumprir o seu objetivo criminoso", correto?

Muito bem. Seguindo esse raciocínio, a pergunta que eu gostaria já de ter feito - e por isso que eu gostaria de ter falado antes do requerimento - é: quem autorizou a ACT da Ambec? Se nós estamos pedindo a prisão do cara que pagou, ele pagou para quem? Quem é que autorizou a ACT da Ambec? Foi o Sr. José Carlos Oliveira, que depois foi subindo em várias outras funções até chegar à função de Ministro.

Então, se nós estamos pedindo a prisão do cara porque ele pagava, a pessoa que recebeu também tem que ser presa, dentro dessa lógica.

Por isso que eu entendi que nós deveríamos concluir as perguntas para que nós possamos entender melhor todo o esquema, e, a partir dessa compreensão, nós fazermos um pedido completo, não com o objetivo aqui de não aprovar o requerimento hoje, mas para que a gente possa manter esta coerência.

Então, eu espero que, de fato, no decorrer da discussão de hoje, a gente tenha uma outra oportunidade, e se nós identificarmos que tem algum nome-chave dentro daquilo que o Dr. Eli apresentou e que não estava incluído nesse

requerimento original, que esse nome possa ser complementado, e não inventar um nome que não foi citado, que não tem nada a ver, mas, seguindo a coerência da lógica da própria apresentação que foi feita pelo Dr. Eli Cohen. Por isso que eu estou requerendo aqui que a gente possa, de fato, ter uma outra oportunidade e incluir nomes que faltaram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Perfeitamente, Deputado Pimenta.

Obrigado.

Relembrando que os nomes que nós hoje aprovamos... o ofício, o requerimento para pedido de prisão - porque nós não estamos determinando prisão, esta CPMI não tem esse poder - será encaminhado ao Ministro André Mendonça. Todos esses nomes estão devidamente qualificados no inquérito-mãe da Polícia Federal, ao qual nós tivemos acesso, e, naturalmente, com as informações embasadas nos depoimentos.

Com a palavra, para perguntas, por dez minutos - e respostas -, o Delegado Fabio Costa.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL. Para interpelar.) - Obrigado, Presidente.

A primeira pergunta que todos aqui querem saber é, Dr. Eli Cohen, se o senhor não citou o nome do Senador Jorge Seif, que, como foi dito aqui pelo colega Deputado, estaria naquela festa que foi proporcionada pelo Camisotti, se o senhor não disse porque não sabia ou porque deliberadamente o senhor não quis citar o nome dele?

É importante que todos nós saibamos por que o senhor não citou o nome do Senador.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Para isso a gente precisa... Para isso a gente precisa voltar no contexto da pergunta, né? Primeiro, o Relator me perguntou se eu sabia de algum político que tivesse contato com isso ou tivesse recebido, perfeito?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - E aí eu disse: "Olha, eu não sei". Na verdade não sei por que não ampliei as minhas investigações.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - E aí foi uma insistência para que eu explicasse melhor essa situação.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - O senhor falou os nomes que o senhor lembrou, é isso?

O SR. ELI COHEN - Posso terminar?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - O.k., vamos lá.

Não, eu não falei os nomes que eu... Eu falei os nomes que eu li numa reportagem aqui a respeito da festa. Aí eu disse: "Olha, veja, o que pode ser investigado"... Porque eu acho que a minha função aqui é colaborar para que eu possa produzir fatos para que vocês investiguem, os senhores, desculpa, investiguem, certo? Agora, eu nunca disse... Inclusive eu disse "não vou fazer juízo de valor", mas esses políticos estavam lá.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - O.k.

O SR. ELI COHEN - Cabe a cada um explicar o que estava fazendo. Mas eu não disse absolutamente nada de que eu tenha conhecimento de algum político que recebe propina dessa fraude.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Dr. Cohen, em entrevista concedida ao Portal Metrópoles, no dia 13 de maio de 2025, deste ano, o senhor afirmou que, pelo fato de ser um dos Diretores do Sindnapi, o irmão de Lula, o Frei Chico, estaria envolvido, por esse motivo, nas fraudes contra os aposentados.

O que eu gostaria de saber é de que forma o Frei Chico poderia estar envolvido nessas fraudes, já que o senhor afirmou que necessariamente ele estaria envolvido, pelo fato de ele ser Diretor, não é?

O SR. ELI COHEN - Deputado Fabio Costa, eu nem vi essa, essa, essa, essa publicação, mas eu li...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Foi vídeo. O senhor falou em vídeo.

O SR. ELI COHEN - Eu disse isso?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Bom, o que eu disse é o óbvio: se o irmão de alguém, ou seja lá quem for, é diretor, é claro que ele está envolvido. Agora, eu parto de um princípio, nesse caso, Deputado Fabio Costa, de que todos que estão na diretoria são aqueles que não devem ser mirados por vocês. Vocês têm que, na verdade, achar é quem está por trás da diretoria,

porque esses todos, inclusive o irmão do Presidente Lula, para mim, ele é um laranja, ele é um laranja, entendeu? A real é essa. É porque quem realmente se beneficia com essa fraude não aparece como diretor, certo? Mas isso não tira que o Sindnapi é uma das campeãs de fraudes contra aposentados. Vamos deixar claro. Agora, não estou dizendo que o irmão do Lula tem alguma coisa a ver direta. Provavelmente deve ser um laranja.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - O.k., obrigado.

Dr. Eli Cohen, como foi amplamente divulgado na mídia, o Grupo THG, de Maurício Camisotti, fornecia os supostos pacotes de benefícios contratados pelas entidades.

Dr. Cohen, como a prestação de serviços ofertada pelas empresas de Camisotti às entidades suspeitas contribuiu diretamente para o cometimento dessas fraudes?

O SR. ELI COHEN - Eu não entendi a pergunta.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Conforme amplamente divulgado na mídia, o grupo THG, de Camisotti, fornecia os supostos pacotes de benefícios contratados pelas entidades.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - O que eu quero saber é como a prestação desses serviços contribuiu para o cometimento das fraudes?

O SR. ELI COHEN - Esse pacote de serviços era só para mostrar formalmente que se estava dando algo por uma adesão. É só isso.

Veja, quando qualquer um que se sentar aqui, diretor ou mesmo donos de seguradoras, que eu acredito que vocês devem chamar todas - Mapfre, Generali e tudo mais -, peçam para que eles tragam o índice de sinistralidade, peçam para que eles tragam as apólices. Ué, veja bem: se a Ambec tem 600 mil adesões, então deve ter 600 mil apólices. Certo? São coisas básicas.

É que, na verdade, eu gostaria de responder a uma outra colocação do Deputado lá, mas tudo bem.

Vamos lá.

Mais alguma coisa?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Dr. Eli, o senhor apontou que o Careca do INSS foi peça central no vazamento e na venda de dados dos aposentados. Pelo que o senhor apurou, ele agia apenas como um atravessador que negociava essas informações ou ele tinha uma função mais estratégica de articulação ou comando dentro desse esquema?

O SR. ELI COHEN - Veja, ele agia estrategicamente para essas três associações, mas eu lhe garanto que ele também atendia outras entidades. Eu lhe garanto isso, tá bom? Eu lhe garanto. Veja que eu nem precisaria estar falando isso, mas eu estou falando porque também, como o senhor e como todos os senhores, eu me revolto com essa situação. É que é a primeira vez que, na verdade, está sendo roubado o bolso do aposentado, não é o INSS. O INSS é conluio, é parte, é devedor. A real é esta: é o aposentado.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Dr. Cohen, o senhor falou hoje que a MP 130, de 2003, foi o que originou as fraudes investigadas por esta CPMI, haja visto que autorizava o desconto de prestações em folha de pagamento.

Com base nas suas apurações, é possível afirmar que a possibilidade dessas fraudes nasceu no primeiro ano do Governo Lula, 2003, e explodiu nos três últimos anos deste mesmo Governo Lula, no caso Lula 3?

O SR. ELI COHEN - Quer dizer, eu vou fazer só uma correção: eu não disse, na verdade, que a Medida Provisória 130 foi a medida que...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Ela abriu as portas para as fraudes.

O SR. ELI COHEN - Na verdade, ela criou uma possibilidade.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Exato.

O SR. ELI COHEN - O fato é que, socialmente, ela tinha um lado realmente importante. O problema é que ela foi usada, inclusive, pelo PT. Pessoal, nós estamos falando do Pixuleco 2. Eu não preciso inventar; é só olharem o Pixuleco 2, e vocês vão verificar que está tudo ali, tudo, inclusive a carta do Presidente, quando beneficia o próprio BMG com o timbre do próprio Presidente da República. Quer dizer, veja, eu não invento nada e não estou aqui para pedir para que alguém vá para cadeia ou não, eu só estou dizendo que esses são os levantamentos que nós fizemos.

E vou dizer mais: veja, esses levantamentos estão todos com a Polícia Federal, porque todas as minhas informações foram investigadas pelo 16º DP de Polícia, e a Polícia Federal avocou esse inquérito. Então, todas as minhas informações estão lá. E, por coincidência, até hoje, todos nós só escutamos dois nomes, praticamente, Careca do INSS e Maurício Camisotti, como se fossem os dois; e não é. Ou seja, são os dois que eu levantei - nós, a minha equipe -, perfeito? Essa é a situação.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Dr. Eli, para finalizar, o senhor não ocupa nenhum cargo público, não possui nenhum tipo de proteção ofertada pelo Estado, nenhum tipo de segurança e está fazendo o que, infelizmente, o Estado não fez, desmascarando essa organização criminosa.

Pergunto: o senhor não tem receio de sofrer algum tipo de represália, seja física ou mesmo uma espécie de perseguição, na sua atuação profissional?

E finalizo, Doutor, agradecendo-lhe e o parabenizando pelas relevantes contribuições que o senhor está fazendo ao país.

O SR. ELI COHEN - Deputado Fabio, tudo é possível, tudo é possível, ainda mais quando você parte de uma situação que evita, ou seja, que impede que essas organizações criminosas continuem roubando R$2,8 bilhões. Veja, eu acho que tem gente que morre por muito menos do que isso neste país.

Agora, o fato é que faz parte do trabalho. O que eu vou fazer? O que eu não vou fazer é me acovardar - esquece -, isso nunca.

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (PP - AL) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado ao Deputado Fabio Costa.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para interpelar.) - Dr. Eli, o Senador Roberto, o Senador Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, por favor, silêncio! Há um Deputado se manifestando.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O Senador Marinho, no início da sua manifestação, fez questão de dizer que esteve no seu escritório, conversando com o senhor - nenhum problema.

Algum outro Parlamentar, algum outro integrante desta Comissão ou algum outro Parlamentar procurou o senhor nesse último período, para tratar deste assunto?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - A mim, diretamente, não, mas pode ter procurado...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - A sua equipe?

O SR. ELI COHEN - Pode ter procurado alguém.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Quem foi que procurou?

O senhor está sob juramento.

O SR. ELI COHEN - Pode ter procurado.

Eu me lembro de que o Senador Izalci também nos procurou...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Certo.

O SR. ELI COHEN - ... mas não passamos praticamente nenhuma informação.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Certo.

O SR. ELI COHEN - E nenhum mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Dr. Eli, por gentileza, responda com clareza à pergunta do Deputado Paulo Pimenta.

O SR. ELI COHEN - Mas eu respondi.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Então, só o Senador Izalci?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Há mais algum nome que o senhor poderia citar?

O SR. ELI COHEN - Izalci Lucas.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Só o Senador Izalci? O.k.

Não tem problema nenhum. É só para que a gente possa saber.

O SR. ELI COHEN - Aqui, vamos deixar claro que eu não passei absolutamente nada.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Só quero... O senhor está sob juramento; então, é muito importante tudo o que o senhor fala.

O senhor disse que o senhor foi procurado e lhe ofereceram dinheiro. Quem lhe procurou e quem lhe ofereceu dinheiro?

O SR. ELI COHEN - Ninguém em específico. Pessoas dizem um monte de mentiras nessa hora - a verdade é essa.

Então, você escuta daqui e escuta de lá. São pessoas do convívio.

Absolutamente nada específico, como também eu não posso dizer quem foi que me ameaçou.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Então, o senhor não tem ninguém para dizer que o senhor foi procurado e lhe ofereceram dinheiro?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O senhor disse aqui: "Eu fui procurado e me ofereceram dinheiro". O senhor falou várias vezes.

Não tem nenhuma pessoa que o senhor possa...

O SR. ELI COHEN - Não, eu não falei várias vezes. Eu falei uma vez só...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Certo.

O SR. ELI COHEN - ... e continuo falando que - veja bem - pessoas suscitaram a possibilidade.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Quem?

O SR. ELI COHEN - Várias.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Quem falou para o senhor?

O senhor está sob juramento.

O SR. ELI COHEN - Várias. Eu não me lembro agora de nomes. Veja bem, são pessoas...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Uma pessoa procurou o senhor e lhe ofereceu dinheiro, e o senhor não lembra quem foi?

O SR. ELI COHEN - Mas é claro! É assim que funciona.

Você acha que a pessoa chega lá e faz o quê? Ela me dá uma certidão de nascimento?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - Dr. Paulo, como é que funciona?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Eu quero entender, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Atenção, por favor.

O SR. ELI COHEN - Mas deixe me entender, porque o senhor está, na verdade, me colocando numa situação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Por favor, vamos respeitar o colega.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Não, eu quero entender, porque é muito grave.

O SR. ELI COHEN - Eu não sei.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Nós temos que pegar esse cara.

O SR. ELI COHEN - Não, não, não. Veja bem, tem que pegar quem roubou os aposentados.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Sim, mas eu quero saber: esse cara estava em nome de quem?

O SR. ELI COHEN - Isto aqui não é a CPI de quem quis me comprar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O senhor não tem que me responder o que eu não lhe perguntei.

O SR. ELI COHEN - O.k., desculpa.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Eu só lhe perguntei quem tinha lhe oferecido dinheiro. Por quê?

O SR. ELI COHEN - E eu lhe respondi.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Porque eu acho que é muito grave alguém ter procurado o senhor para tentar impedir que a investigação acontecesse.

O SR. ELI COHEN - O senhor realmente acha isso grave?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Acho.

O SR. ELI COHEN - Grave é roubar seis milhões de aposentados. Isso é grave.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O senhor, na entrevista à imprensa, disse assim: "Peticionei a vários órgãos"; e citou lá CGU, Ministério Público, INSS, Previdência. Depois, foi para a imprensa, porque ninguém fez nada.

O senhor tem cópia dessas petições que o senhor fez a todos esses órgãos públicos?

O SR. ELI COHEN - O senhor... Desculpa.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O senhor tem cópia?

O SR. ELI COHEN - Se eu tenho cópia?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - É, das petições...

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - ... que o senhor fez a todos os órgãos, denunciando a omissão do Estado. Eu acho que é importante a gente saber onde é que estão esses ofícios para saber quem se omitiu na investigação.

O SR. ELI COHEN - Posso responder?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Sim.

O SR. ELI COHEN - Vamos lá.

O senhor está colocando palavras na minha boca de uma matéria que eu sequer lembro e sobre a qual não falei. Eu jamais falei que eu tinha enviado diretamente ofícios para a CGU. Mas eu posso lhe garantir que o ofício que o TCU recebeu do Sr. Luiz Vassallo, do *Metrópoles*, foi com todas as minhas informações.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - Perfeito?

Agora, eu, diretamente, sim, informei à autoridade estadual...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Policial.

O SR. ELI COHEN - ... de São Paulo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Perfeito.

Além da Polícia Civil do Estado de São Paulo, então, o senhor não formalizou a denúncia a ninguém.

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O senhor só denunciou para a Polícia Civil de São Paulo.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - E qual foi o encaminhamento que a Polícia Civil de São Paulo deu para sua denúncia?

O SR. ELI COHEN - Não fez nada.

Não, não. O 16º, sim. O 16º caminhou muito, muito...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Em que ano foi isso?

O SR. ELI COHEN - Em 2023.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Em 2023.

O senhor fez uma denúncia para a Polícia Civil de São Paulo. Esse inquérito foi concluído?

O SR. ELI COHEN - Esse inquérito foi transferido para a Polícia Federal, por isso que a Polícia Federal tem todas as minhas informações.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Perfeito.

O senhor disse que o senhor falava com o advogado do Careca, correto?

O SR. ELI COHEN - Não, eu disse que eu "falei" com o advogado do Careca.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Falava com o advogado do Careca.

O SR. ELI COHEN - Não. "Falava" não, "falei".

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Falou. O senhor falou.

O SR. ELI COHEN - Falava...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O senhor teve algum contato, mesmo através do advogado, com o Careca?

O SR. ELI COHEN - Não, não. Ah, pessoalmente? Não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Através do advogado?

O SR. ELI COHEN - Não. Sabe por que eu o contatei, Deputado?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Gostaria de saber.

O SR. ELI COHEN - Porque essa é a minha técnica de investigação. Eu coloco pessoas infiltradas, eu peço para que uma pessoa como essa, que não quer fazer uma delação, fale para mim. Porque é claro que, hoje, na foto dessa fraude, só tem o Maurício e o Careca. E eu disse para o advogado dele, cujo nome eu não me recordo agora, porque não é o advogado que o defende aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - É o advogado... Eu disse para ele o seguinte: o que precisa é trazer os outros, trazer gente para essa foto, porque vocês não são sozinhos. Então, fale para que ele me dê informações, e eu vou ajudar a trazer...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - ... mais gente para a foto.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O senhor sabe quem concedeu o ACT da Ambec?

O SR. ELI COHEN - Não tenho a menor ideia, e a concessão de ACT não é crime.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Mas, veja bem, se o senhor tem uma tese de que o Careca pagava servidores do INSS...

O SR. ELI COHEN - Eu não tenho uma tese.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O senhor não tem uma tese?

O SR. ELI COHEN - Eu tenho provas. Estão na Polícia Federal.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Então, o senhor não acha que a pessoa que concedeu a ACT, no mínimo, é suspeita de ter recebido dinheiro do Careca?

O SR. ELI COHEN - É possível. Eu espero que a Polícia Federal identifique exatamente a responsabilidade de cada um. O fato é que... O importante é que, quando nós estamos trabalhando nesse mundo subjetivo de informações, você tem que ir para os lados objetivos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Perfeito, mas, veja bem, o senhor investigou a Ambec; traz muita informação sobre a Ambec; citou vários servidores do ministério, inclusive... Vários foram citados aqui hoje, mas, especificamente, a pessoa principal investigada, a que está em toda a imprensa, a que concedeu a ACT da Ambec, essa não foi citada.

O SR. ELI COHEN - Por que o senhor disse que ela é principal?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Eu li na imprensa.

O SR. ELI COHEN - Mas por quê?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O Sr. José Carlos Oliveira...

O SR. ELI COHEN - Eu acho que o principal é quem permitiu, por exemplo...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Ele era o diretor de benefício do INSS.

O SR. ELI COHEN - Isso. Eu acho que o principal, por exemplo, é quem fez vista grossa para deixar subir, por exemplo, de 1,12 milhão...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Mas foi ele. Foi exatamente essa pessoa.

O SR. ELI COHEN - A 2,5 bilhões...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - Em 2023, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Perfeito.

O Sr. José Carlos Oliveira era o diretor de benefício, depois foi presidente do INSS, virou ministro.

O SR. ELI COHEN - Sim

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Uma pessoa diretamente envolvida na investigação, está no inquérito. Chamou-me a atenção desse nome não ter sido citado.

O SR. ELI COHEN - Não foi citado?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Pelo senhor.

O SR. ELI COHEN - Sim, não foi citado, claro que não foi. Eu citei, por acaso, o...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Não, eu só estou perguntando do José Carlos Oliveira.

O SR. ELI COHEN - Não. Eu não...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - O senhor chamou a minha atenção por não ter citado o José Carlos Oliveira, mas não tem problema.

O SR. ELI COHEN - O senhor tem que lembrar qual era o mérito da minha investigação: não era fazer o trabalho de vocês.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Doutor.

O SR. ELI COHEN - Era fazer o meu trabalho.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Doutor, quem está fazendo as perguntas sou eu.

O SR. ELI COHEN - Eu sei, mas estou respondendo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Sim.

Então, eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que eu acho que é muito importante a colaboração do Sr. Eli. Eu acho que ele traz vários fatos que são relevantes. O que nós precisamos é preencher, eventualmente, os espaços que estão abertos nessa conexão criminosa.

O SR. ELI COHEN - Concordo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Ele fala com propriedade...

O SR. ELI COHEN - Concordo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Que ele identificou um núcleo que corrompia servidores públicos para ter acesso...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - ...às listas do INSS, a conseguirem receber ACT. Provavelmente, esse mesmo núcleo de servidores foi que agiu no objetivo de mudar regras que facilitaram que entidades fantasma fossem cadastradas.

O SR. ELI COHEN - Provavelmente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Depois, alteraram as regras de fiscalização, para não ter mais a necessidade de renovação anual, e se nós percorrermos esse caminho que nos aponta aqui o Sr. Eli, com certeza, nós vamos chegar aos autores intelectuais dos mandantes desse crime, porque eu também não acredito que esses bilhões de reais ficaram na mão dessas figuras.

O SR. ELI COHEN - Claro que não. Concordo plenamente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Esse dinheiro foi parar na mão de gente grande, que foi quem botou essas pessoas nas posições de comando, nas posições de mando.

Então, eu cumprimento o senhor e quero lhe dizer o seguinte: eu acho que o senhor dá indícios do caminho que nós temos que percorrer para chegar aos mandantes dessa organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sr. Eli, o senhor falou que estava representando a Ambec. O senhor foi contratado pela Presidente Maria Aparecida, mas eu gostaria que o senhor me descrevesse melhor essa situação, porque ela se colocou na situação de estar sendo vítima de um projeto criminoso. Tinha mais alguns outros diretores dessa associação envolvidos nisso, como ela relatou para o senhor que estava acontecendo esse crime lá dentro? Quem era a ligação dela ou da associação fora da associação? O senhor poderia deixar isso mais claro?

O SR. ELI COHEN - Muito bem.

A D. Maria Aparecida não tinha a menor ideia e ela não foi no meu escritório para me perguntar ou então esclarecer ou me dizer que estava sendo utilizada para cometer um crime, porque naquele momento ninguém sabia que isso era crime. Ela foi lá simplesmente porque ela não conseguia comprar uma geladeira, porque o nome dela estava sujo e porque oficiais de justiça iam na casa dela. Foi só por isso que ela foi me procurar.

Eu aconselhei ela a voltar lá, naquela época, voltar lá na Ambec, na sede da Ambec, porque eu também não conhecia nada de história de Ambec, de sede de associações, não conhecia absolutamente nada disso. Falei: "Olha, peça para tirar o seu nome, esse é um começo. Aí depois agora, infelizmente, a senhora vai ter que, suportar os efeitos dessas negativações, porque a senhora vai carregar isso por um bom tempo". Foi essa a situação. Não teve absolutamente nada. Essas pessoas são simples demais. Sabe, mas... Inclusive, na matéria do Cabrini, ela sai, ela está lá falando, se não me engano.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Tá, mas isso é a pessoa dela, mas eu quero entender o seguinte, porque dentro de uma estrutura de uma associação, tem a situação do presidente, tem a situação do financeiro, do administrativo... Quem dessa escala fazia essas ações que culminaram no nome dela ser negativado, que levava esse dinheiro, desviava o dinheiro que recebia, que fez esse número de associados crescer? Porque esse aí é o elo pequeno que vai fazer com que a gente chegue no maior. Quem dentro da associação foi esse elo, junto com os demais, que levou até esses atores principais que o senhor já falou aí?

O SR. ELI COHEN - Deputada, a associação só existiu no papel. A associação são empresas laranjas, não existem. A maioria delas não existe. Agora, respondendo à sua pergunta, o grupo THG... Eu passei toda a organização do grupo THG, que, além de trabalhar para o grupo THG, eles administravam e faziam a gestão dessas associações.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Quem fazia papel, dentro dessa empresa THG, a função dentro dessa associação? Porque para eles... Quem assinava o cheque? Quem tinha a senha do banco? Quem tinha a senha do sistema?

O SR. ELI COHEN - Ramon Novais. Veja bem, é um funcionário, tá? É um funcionário, mas sabia muito bem o que estava fazendo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Funcionário da...

O SR. ELI COHEN - Da THG.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - THG?

O SR. ELI COHEN - Sim. Não existe a associação, Deputada. Não existe.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Ela existe no papel.

O SR. ELI COHEN - No papel...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Não, ela existe. Ela existe no papel, mas tem pessoas que estão utilizando ela para outros meios. Não há de se falar que não existe, ela existe, não é isso? Ela tem um CNPJ. Ela está ativa.

O SR. ELI COHEN - Sim, mas veja bem, se para a senhora uma empresa que só está no papel existe, então, ela existe.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - O senhor é advogado como eu. Se ela tem CNPJ, ela existe. Eu quero só saber do senhor...

O SR. ELI COHEN - Ao pé da letra ela existe.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Então, o Ramon Novais que era o operador da associação, é isso?

O SR. ELI COHEN - Ele não era o operador da associação. Ele era o financeiro. Ele portava os *tokens*, ele que tinha a relação com o banco, ele que fazia tudo.

A minha cliente, por exemplo, recebia uma vez por semana um *motoboy* enviado por alguns - não sei exatamente, mas com certeza vocês vão descobrir - para que ela assinasse alguma coisa, porque é assim que funciona. Eu estou falando só da Ambec, mas pode multiplicar por todas as outras.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - O senhor já chegou a falar com esse Ramon...

O SR. ELI COHEN - Nunca.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - ... em defesa da sua cliente?

O SR. ELI COHEN - Nunca.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Nem o viu pessoalmente? Não esteve na...

O SR. ELI COHEN - Nunca. Ele não devia nada para a minha cliente, quem devia era o Maurício Camisotti. O Ramon é um funcionário.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Mas, mesmo sabendo de uma linha de pesquisa, de investigação, o senhor nunca conversou com ele e nem soube como é que ele fazia...

O SR. ELI COHEN - Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - ... como é que ele repassava para o Camisotti? Nada?

O SR. ELI COHEN - Como ele repassava para o Camisotti?

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - É. Como é que ele repassava o dinheiro? Como é que ele repassava essas autorizações?

O SR. ELI COHEN - Ele não tinha categoria de mando, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Não tinha de mando, tinha de execução.

O SR. ELI COHEN - Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - De mando, não.

O SR. ELI COHEN - Exato.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Ele recebia a ordem de alguém e repassava.

O senhor tem como nos informar como isso acontecia?

O SR. ELI COHEN - É claro que não. Eu não estava lá do lado, como é que eu ia saber?

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Mas o senhor não ficou sabendo, nenhuma das pessoas envolvidas nessa associação chegou, em qualquer momento, a lhe relatar isto: como é que ocorria? Como é que o senhor chegou a essa informação da pessoa desse Ramon? Porque o senhor só tinha uma cliente.

O SR. ELI COHEN - Na verdade...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - É só para eu entender essa linha.

O SR. ELI COHEN - A senhora fez uma boa pergunta. A senhora está certa.

Veja bem, o que eu sei de um informante que eu instalei na THG foi que vinha do Rodrigo Rosolem, que é o número dois dessa organização, a determinação para onde ir o dinheiro. E tem coisas curiosas, Deputada. Por exemplo, o dinheiro da Ambec pagava a diretoria de outras associações.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Quais associações?

O SR. ELI COHEN - Obasp, associações que jamais obtiveram o acordo de cooperação técnica, mas que estavam ali na prateleira. E ele tinha que manter aquelas diretorias até a hora que o trabalho do Careca se concluísse. Então, quem pagava esses diretores dessas associações que ainda não tinham o acordo de cooperação técnica é a própria Ambec. Aí a senhora me pergunta: "Mas como é que você sabe?". Eu tenho as transferências.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - O senhor tem essas transferências? O senhor viu?

O SR. ELI COHEN - Tenho todas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - O senhor as tem para nos disponibilizar?

O SR. ELI COHEN - Todas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Todas?

O SR. ELI COHEN - Todas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - O senhor coloca...

O SR. ELI COHEN - Inclusive da própria conta do Ramon.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Então, por gentileza, eu peço ao Relator que solicite a cópia dessas...

O SR. ELI COHEN - Vai ser um prazer, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - ... transferências e nos entregue.

Quais foram as associações que não tinham o termo técnico e foram beneficiadas?

O SR. ELI COHEN - Nenhuma que não tinha acordo técnico foi beneficiada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Não, o senhor acabou de falar que não tinham e foram beneficiadas.

O SR. ELI COHEN - Não, não foram beneficiadas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Que recebiam.

O SR. ELI COHEN - Não, essas associações estavam na prateleira de estoque.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Mas alguém pagava por elas?

O SR. ELI COHEN - A própria Ambec - a própria Ambec.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Quanto mais ou menos? O senhor sabe dizer qual era o valor que elas recebiam?

O SR. ELI COHEN - Um salário... Não, não recebiam. A diretoria recebia um salário mínimo por mês - um salário mínimo por mês. Então, imagine uma coisa, Deputada, quando se quebrar o sigilo, que provavelmente...

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN - ... já deve ser quebrado, vai se achar, vai se localizar ali uma transferência do dinheiro da Ambec para o pagamento da Diretoria da Obasp e de outras. Tinham cinco ou seis - cinco ou seis! Como eu disse, eles estavam prontos para fazer uma confederação, inclusive, com reuniões com sindicatos, se não me engano, foi o próprio Sindnapi. Isso o Maurício, quando estiver aqui, ou o próprio Careca, vai provavelmente poder explicar, mas eu estou lhe dizendo o que vocês têm que, na verdade, seguir o caminho. Veja, eu estou lhe dizendo que isso é real. "Ah, mas eu tenho prova dessa reunião com o Sindnapi?". Não, eu não tenho, mas eu estou lhe dizendo que houve o momento em que foi oferecido ao Sindnapi, foi oferecido à Contag, foi oferecido a todas as outras associações...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - O senhor tem a data desta reunião e o local, para que a gente possa tentar verificar, através de outros meios, a realização desta reunião?

O SR. ELI COHEN - Nunca me interessou muito isso, mas eu posso conseguir com a mesma pessoa que me deu essa informação.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Por gentileza.

O SR. ELI COHEN - E a pessoa que me deu essa informação ia participar da diretoria dessa confederação, de que, inclusive, eu tenho a ata.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Passe para nós essa ata, por gentileza.

O SR. ELI COHEN - Não tenha dúvida.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Peço para o Relator disponibilizar para todos nós a ata, os recibos...

(Soa a campainha.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - ... que ele diz que tem.

Obrigada. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - V. Exa. deverá formalizar, Coronel Fernanda, o pedido.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Sim, vou formalizar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Um minuto.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Vou formalizar. Por mim, eu encerro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O.k., obrigado.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Para interpelar.) - Presidente, primeiro cumprimento o Advogado Eli Cohen. Eu falei com ele por telefone.

No período de recesso, eu tive o cuidado de pesquisar um pouco sobre esse assunto. Eu que sempre participei de CPIs, Petrobras, Lei Rouanet, Carf, JBS, Covid, *bets*... Participei de todas. Então, tive o cuidado de localizá-lo e indagar uma série de coisas que ele, realmente, me confirmou. Da maioria eu já tinha, inclusive, os requerimentos prontos para serem apresentados. Então, os trezentos e poucos requerimentos foram fruto disso aí.

Eu pergunto, Dr. Eli: na sua avaliação, a criação do programa Meu INSS Vale+, que permitia a antecipação de benefícios por meio de uma plataforma exclusiva, sem a participação das principais entidades bancárias... A única exclusiva que cuidava disso se chamava PicPay, da JBS, que não teve licitação, não teve nada - alguém escolheu essa instituição -, e que cadastrou mais de 492 mil aposentados. E a portaria de novembro de 2024 dizia que se podia antecipar até R$150 sem juros. E esse PicPay, da JBS, começou a antecipar, depois, numa outra portaria, R$450, cobrando 4,6% de juros e uma taxa de R$20,99, ou seja, quase R$10 milhões de cada uma dessas modalidades.

Então, eu pergunto: o senhor acredita que a cobrança de taxas indevidas, que chegaram a 4,6% sob o valor antecipado, e a posterior suspensão do programa após a operação sem desconto da Polícia Federal indique má-fé ou conivência na gestão petista? Persiste com a criação de novas plataformas para roubar os aposentados?

V. Sa. conhece a questão do PicPay?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Conheço a parte importante.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Qual é a parte importante?

O SR. ELI COHEN - Quem é que montou o Departamento de Consignados.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Quem montou?

O SR. ELI COHEN - O mesmo de sempre: Márcio Alaor.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Márcio Alaor. *(Fora do microfone.)*

Dr. Eli, o fato de o Ministro Wolney, quando esteve aqui, que ocupava a segunda posição no Ministério da Previdência, alegar o desconhecimento sobre a criação do programa Meu INSS Vale+ e a sua posterior suspensão imediata após a operação da Polícia Federal não sugere que a mesma lógica de crime organizado, que o senhor denunciou, opera de forma contínua e sistêmica no INSS, agora sob o comando do Governo atual?

O senhor enxerga uma seletividade nas investigações por parte da Polícia Federal que, ao mesmo tempo que suspende o programa, não parece investigar a fundo as responsabilidades políticas por trás da sua criação e os indícios de favorecimento de uma única empresa, que é a JBS?

O SR. ELI COHEN - Eu acredito que sim, claro. Os números... É só analisar os números.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - O.k.

Dr. Eli, a sua investigação mostrou que o esquema de fraudes se baseou na falsificação de documentos e no uso de laranjas.

O senhor tem conhecimento de que o acordo de cooperação técnica (ACT) com a Contag foi assinado por um dirigente que é irmão de um Deputado do PT, e que o Sindnapi, que se beneficiou de uma flexibilização de biometria, tem como Vice-Presidente o irmão do Presidente Lula?

Na sua opinião, essas violações diretas das normas, que beneficiam figuras ligadas à cúpula do Governo, indicam que a má-fé e a conivência dos agentes públicos não são apenas falhas sistêmicas, mas sim, uma política de Estado do Governo atual?

Está aqui a Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, que é clara no seu art. 39: "Fica impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta lei a organização da sociedade civil que tenha dirigente [tal, tal] ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau". Então, pelo que está aqui na lei, na portaria, na instrução normativa, sequer a Contag e o Sindnapi, que são responsáveis por 72% da arrecadação, de 2008 até agora, foram R$12,5 bilhões. Então, V. Sa. tem conhecimento dos ACTs assinados com parentes, contrariando a lei?

O SR. ELI COHEN - Não exatamente. Não exatamente esse detalhe que o senhor falou, mas veja bem, a Contag participava das reuniões e das atas junto ao INSS, as decisões. A Contag... Foi nos computadores da Contag, por exemplo, que os fundamentos da emenda que desfigurou a MP 870 do Governo Bolsonaro foram digitados nos computadores da Contag. A maioria das emendas que desfiguraram essa medida provisória, que, na minha opinião, veja bem, técnica, era absolutamente providencial essa necessidade de revalidação anual. Isso ia fazer com que o negócio não fosse tão vantajoso.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Exato.

O SR. ELI COHEN - Agora, o mais importante disso, e eu não estou fazendo juízo de valor, é que as emendas nas quais fundamentavam os votos de quem desfigurou essa medida foram editadas, várias delas, nos computadores da Contag.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - O.k.

Presidente, só para reforçar o depoente, nessa medida provisória, foram apresentadas 578 emendas, das quais a esquerda apresentou 253, das quais, nesse artigo do cadastramento anual, tem 15 emendas do PT, 15 emendas deles, falando duas coisas: uma, de supressão do artigo, e a outra, para ser o recadastramento em 60 meses, ou seja, cinco anos. Essas são as emendas padrões. Está aqui, olha: Paulo Rocha, Zé Neto, Patrus Ananias, Valmir Assunção são os Deputados que apresentaram essas emendas.

Eu, como Presidente, para viabilizar a aprovação, nós chegamos ao consenso de ser três anos. Então, a emenda que fiz, e que foi acatada, foi exatamente para ficar no meio termo, nem um ano e nem cinco anos. E aí, conseguimos economizar R$10 bilhões de roubalheira naquela época.

Presidente, ainda no meu tempo, eu pergunto aí: Sr. Eli, na sua experiência, a ausência de uma fiscalização rigorosa, a flexibilização das regras e a manutenção de acordos com entidades que operam com dirigentes que são parentes de políticos são fatores que indicam má-fé e corrupção? Em sua opinião, a recusa da AGU em incluir a Contag, que obteve mais de R$4,1 bilhões em descontos, em suas ações de bloqueio é uma evidência de que a impunidade política é a principal causa da perpetuação do roubo do INSS?

Em sua opinião, a recusa da AGU em incluir a Contag, que obteve mais de R$4,1 bilhões em descontos em suas ações de bloqueio, é uma evidência de que a impunidade política é a principal causa da perpetuação do roubo do INSS?

O SR. ELI COHEN - Infelizmente, o senhor tem razão. É verdade, porque não tem a menor coerência que não se inclua a Contag, porque ela tem o mesmo *modus operandi*. E eu não estou aqui fazendo novamente um juízo de valor de lados - de esquerda ou direita -, são números. Os números não mentem. São fatos - são fatos!

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Só para reforçar ainda, Sr. Eli, o seu trabalho investigativo aponta que o esquema de fraude se baseou na falsificação de documentos e no uso indevido de dados. O senhor tem conhecimento de que as entidades com os maiores volumes de desconto, como a Contag e o Sindnapi, que movimentaram R$11,1 bilhões, foram poupados de investigações e bloqueio pela AGU, mesmo com a comprovação das irregularidades?

O SR. ELI COHEN - Bom, veja bem, o que eu posso dizer é que, para que se possa fazer uma medida de quanto aquela associação ou aquela entidade sindical se utiliza da fraude, é simplesmente ver quantos processos existem contra ela com o mesmo mérito, ou então, quantos Reclame AQUI, ou então, quantos pedidos de cancelamentos há no próprio INSS. Veja, novamente: eu só posso trabalhar com fatos. Eu não vim aqui para fazer campanha para um ou para outro; eu vim aqui porque achei que todos nós estivéssemos do lado dos aposentados.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Isso.

Bem, Sr. Eli, com base na sua experiência e nas provas que o senhor apresentou, o senhor acredita que a atitude do INSS...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - ... de continuar a firmar acordos com associações em 2024, mesmo após a CGU e o TCU terem classificado os casos como escabrosos e a autarquia já ter recebido mais de 1 milhão de requerimentos de exclusão de desconto, demonstra um padrão de conduta que privilegia os interesses da associação em detrimento dos aposentados?

O SR. ELI COHEN - Mas 100% correto - 100% correto.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - A preocupação do INSS era mais com as instituições do que com o próprio aposentado?

O SR. ELI COHEN - Veja: sim, mas é claro. Veja bem, na verdade, eu até acho que essas regras que já existem hoje poderiam continuar, desde que os agentes não sejam corruptos.

Senador Izalci, se o senhor tem um jardineiro na sua casa e o jardineiro lhe rouba, o senhor vai gastar no sistema de segurança ou o senhor vai mandar o jardineiro embora? O senhor manda o jardineiro embora.

Eu não consigo entender por que uma associação, um sindicato tem 500 denúncias, mil denúncias, 10 mil denúncias, e ainda estão colocando sob suspeita o próprio aposentado, que, coitado, tem que provar que aquela assinatura é dele ou que ele fez alguma coisa. É um absurdo! É como se o senhor tivesse que ficar gastando em segurança porque o jardineiro lhe roubou uma vez, aí depois ele roubou a segunda, aí você fala: "Não, vou ter que melhorar a segurança" e continua com o jardineiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS. Para interpelar.) - Boa tarde, Sr. Eli Cohen.

O SR. ELI COHEN - Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS) - Eu vou fazer uma única pergunta.

O Senador Izalci já fez muitas das perguntas que eu queria fazer e uma das coisas que, desde que esse assunto entrou na pauta, tem me deixado muito incomodada é principalmente porque são pessoas simples, pessoas da área rural.

E o senhor mencionou, no início da sua fala, que o senhor conseguiu identificar a fraude em apenas 20 minutos de análise, e o senhor sustenta que esse esquema já ocorria desde 2003 ou 2005.

Então, o senhor poderia nos dizer se a maioria dessas... Não sei se o senhor poderia nos dizer se a maioria dessas fraudes, por amostragem, ocorriam em cima de pessoas mais humildes, como os beneficiários de aposentadoria rural? O senhor falou muito da Contag, que é quem cuida dessa categoria dos aposentados rurais. O senhor chegou a perceber algum recorte de beneficiários em áreas remotas, em áreas mais longínquas, de pessoas mais simples?

E, durante as investigações conduzidas por V. Sa. sobre a fraude dos descontos indevidos no INSS, o senhor encontrou elementos, documentos, mensagens ou movimentações financeiras que indiquem qualquer relação operacional, societária ou de transferência de recursos entre o Sr. Maurício Camisotti ou suas empresas, como a Total Health, e entidades ligadas aos trabalhadores rurais, seja no controle, no compartilhamento de base de dados ou em estratégias para burlar a exigência de autorização desses descontos?

Pergunto, pois uma auditoria da CGU revelou que, em novembro de 2023, houve um desbloqueio de descontos de 34.487 beneficiários do INSS sem nenhum tipo de avaliação.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Senadora Tereza Cristina, só um instantinho.

Por favor, eu vou pedir menos barulho para que a gente possa acompanhar a fala da Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS) - Isso me incomoda muito. Eu queria saber se o senhor poderia me responder se o senhor verificou, nas suas investigações, alguma coisa que chamasse a atenção sobre os trabalhadores da área rural.

Obrigada.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - A senhora fez um monte de perguntas. Agora eu vou tentar lembrar, mas, olhe, com relação aos 20 minutos: em primeiro lugar, nós temos, modéstia à parte, um olho clínico rápido de verificar sinais de coisas que não funcionam certo, né? Então, quando eu falei em 20 minutos, e não foi mais - e nem foram 20 minutos, foram dez -, é porque os sinais eram claros. Agora, a materialidade; a autoria, não.

Muito bem, então, vamos... E eu só disse isso porque eu fico... Eu penso: como é que uma estrutura como o Governo brasileiro não conseguiu detectar isso, com todas as informações nos seus próprios sistemas? Não tem o menor sentido! Veja, eu não quis aqui dizer que eu detectei isso em dez minutos para dizer que "Ah, eu sou melhor que todo mundo" - não! Não, eu disse isso para dizer um absurdo, entendeu? Ali, ninguém quis ver - a verdade é essa -, e, provavelmente, porque estava ganhando. A real é essa! É assim que funciona; nós sabemos como funciona.

Agora, a segunda pergunta eu não lembro, Senadora.

Agora, veja, eu vou dizer uma coisa muito curiosa para a senhora: um dos meus clientes, que é o Presidente do Cebap, tem um desconto da Contag, e ele nunca teve sequer um vaso de planta na casa dele! Ele se chama Charles; o sobrenome, porque são tantos, eu não tenho, mas é meu cliente, Presidente do Cebap, perfeito? Ele é descontado há mais de três anos - mais de três anos! - da Contag. É curioso, né? E eu...

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS) - Com autorização, claro...

O SR. ELI COHEN - Sim, claro, ele nunca foi agricultor, ele não tem nem sequer um vaso de hortelã na casa dele. Quer dizer, o fato é o seguinte... E eu vou dizer mais, Senadora, a gente não precisa aqui ficar desgastando, falando sobre mil, três mil - um aposentado não deve ser roubado, um aposentado, um. Essa é a realidade.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PP - MS) - Obrigado, Sr. Eli.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Agora, com a palavra o Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Para interpelar.) - Presidente, Relator, eu queria, antes de fazer as perguntas ao Sr. Eli, eu gostaria de insistir aqui em algo que eu acho fundamental.

Nós votamos aqui o requerimento que sugere para o Ministro do Supremo Tribunal as prisões fundamentadas no inquérito da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Hum-hum...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - ... que está sob a posse desta Comissão.

Agora, é fundamental também - e aí eu insisto no requerimento que apresentei - nós solicitarmos a tutela de urgência na cautelar para a indisponibilidade de bens e quebra de sigilo fiscal e bancário desses atores que já foram enumerados pelo Relator, mas também por todas as associações que tiveram o seu vínculo com o Ministério da Previdência, com a ACT.

Agora, é importante dizer que é fundamento deste requerimento algo que já está sendo questionado inclusive pelo TCU. Por quê? Isso aqui foi requisitado pela AGU a apenas 12 associações. Por que esse critério seletivo de apenas 12 associações e não a totalidade de associações que operaram com o INSS?

Portanto, quero aqui chamar a atenção deste Plenário para que nós votemos com urgência esse requerimento na mesma esteira de termos prejuízos a serem reparados - como a prisão preventiva daqueles que foram apontados pelo Relator.

Quero aqui dizer, Dr. Eli, que V. Exa. presta um serviço de extrema relevância ao povo brasileiro, chamando a atenção para uma denúncia gravíssima. Agora, é importante nós deixarmos aqui registrados alguns pontos.

V. Exa. foi categórico em dizer que tudo o que sabia, tudo o que investigou foi oferecido a um *site*, a um portal de notícias, através de um jornalista, que é o *Metrópoles*. E, nessa publicação, é enfático dizer que o senhor, em determinado momento, alertou os órgãos de controle - CGU, TCU e Congresso Nacional.

Nós precisamos deixar isso bem claro, porque, inclusive, nós somos citados, o Congresso Nacional é citado. E é importante dizer em que momento, a quem foram endereçados oficialmente ofícios para a CGU, para o TCU e para o Congresso Nacional. Porque aqui é o primeiro crime: foram alertados e não agiram - é o primeiro crime.

Então, nós queremos... é a pergunta que faço... E aqui aqueles que me antecederam em algum momento foram, assim, ao senhor questionar, e o senhor disse: "olha, nós não fizemos nenhum tipo de pedido formal a esses órgãos".

O que eu quero deixar bem claro é que não foi feito e a reportagem deve retificar esta afirmação.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Deputado, foi feito; foi feito pelo Luiz Vassallo. Agora, o senhor deve, o senhor deve perguntar para ele por que ele creditou isso na minha... como se eu tivesse feito, mas foi ele que fez.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Então, o senhor não fez?

O SR. ELI COHEN - Eu não, eu não, eu não fiz; quem fez...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Não, o senhor não fez?

O SR. ELI COHEN - Mas foi feito.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Mas a entrevista é sua.

O SR. ELI COHEN - Não, não, eu nunca... não, o senhor está equivocado.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - A entrevista é sua.

O SR. ELI COHEN - Eu não estou lá sendo entrevistado. Veja bem, ele foi lá, colheu informações... ele nunca me entrevistou. Vamos deixar bem claro isso. O problema, na verdade, é que certos Deputados aqui começam a colocar...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Não, Eli, Eli...

O SR. ELI COHEN - Não, não, não. Veja bem...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - ... deixe eu lhe falar. Tem um vídeo do senhor sendo entrevistado, onde o senhor fala expressamente que o senhor advertiu a CGU, o TCU e o Congresso Nacional. É importante dizer.

Então, fala assim: "eu falei, mas era mentira", ou "não condiz com a verdade".

O SR. ELI COHEN - Não, eu não minto, Deputado. Eu posso ter falado algo que, na verdade, por conta da entrevista, eu deveria ter explicado que não, mas eu mandei para ele para que ele mandasse. Veja...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Então, equivocada a entrevista?

O SR. ELI COHEN - O senhor não deixa eu responder. Essa é a técnica, Deputado? Essa é a técnica?

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Não, não, não, Dr. Eli, eu só quero falar assim: "aqui está a entrevista do senhor".

O SR. ELI COHEN - Se o senhor quisesse saber mesmo, o senhor esperaria eu responder.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Pode responder, então.

O SR. ELI COHEN - Muito bem, muito bem.

O importante disso, Deputado, é o mérito; não é quem mandou. Veja, em primeiro lugar, primeiro lugar, é o mérito, certo? Segundo lugar, acredito eu que eu possa ter falado isso; posso ter falado, mas falei porque, sim, foi enviado pelo TCU e eu vou... para o TCU. E eu vou lhe dizer: muitas vezes eu não envio porque o TCU sequer dá importância, mas quando um repórter investigativo envia, aí ele se mexe, tanto que nós estamos aqui hoje.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Sr. Eli, a pergunta que eu faço...

O SR. ELI COHEN - Eu já respondi.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Não, a pergunta que eu faço tem um fundamento. O fundamento é justamente nós analisarmos quem prevaricou, quem se omitiu diante de uma denúncia tão grave. Por isso, sim, eu gostaria de saber... já sei que não existe nada que foi oficiado por você, pelo senhor para o Congresso Nacional, para o TCU ou para a CGU. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, quem lhe ofereceu dinheiro? Essa pergunta não pode ficar sem uma resposta.

Veja bem, nós não estamos aqui querendo saber nominalmente quem é a pessoa que lhe ofereceu. Agora, o senhor falou, em alto e em bom som, que recebeu ofertas. De que lado veio essa oferta? De que lado veio essa oferta? É importante a gente saber até para ver que interesse essa oferta queria esconder.

O SR. ELI COHEN - O.k. É uma boa pergunta, Deputado.

Vamos lá.

Em primeiro lugar, eu falei, porque estou aqui para falar a verdade e colaborar, perfeito? Agora, se o senhor quiser que eu invente um nome, porque ninguém...

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Não, não.

O SR. ELI COHEN - É porque ninguém chega numa situação como essa e apresenta RG, entendeu? Ou manda uma notificação dizendo: "Olha, o senhor aceitaria um suborno, tal, para o senhor ficar quieto?". Não existe isso.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Mas o que é que queriam obstruir, ofuscar, esconder?

O SR. ELI COHEN - Tanto as ameaças de vida como insinuações a fazer algum acordo: para que eu parasse. Vamos deixar bem claro que, nessa época, eu já tinha parado, porque não me interessava mais, porque eu sabia que estava na mão de quem? Estava na mão da Polícia Federal. Então, mas eu já... Não me interessava mais. Eu entendi que eu viria aqui para colaborar, porque inclusive colaborei com a própria Polícia Federal.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - E está colaborando com esta CPI.

O SR. ELI COHEN - Deputado Fabio Costa, eu já disse: o senhor não tem ninguém mais do que o Careca até agora e que o Maurício.

(Soa a campainha.)

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - É Deputado Beto Pereira.

O SR. ELI COHEN - Desculpa, Deputado Beto Pereira. O senhor não tem ninguém mais que o Careca e que o Maurício Camisotti até agora. Isso quer dizer o quê? Isso quer dizer que talvez a Polícia Federal, como tem muitas investigações em curso, não tem o mesmo trato que eu tenho. A real é essa. Essa é a real. E a prova disso é que vocês não têm nenhum outro nome, nenhum outro Careca e nenhum outro Maurício Camisotti.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - A sua investigação foi fundamental...

O SR. ELI COHEN - Obrigado.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - ... e está sendo fundamental para conduzir os nossos trabalhos.

Por último, a D. Maria Aparecida Vieira, que foi ao seu escritório contratar um serviço, como ela chegou até o seu escritório? Ela foi indicada por alguém? Ela estava...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Tempo encerrado, Deputado.

Para encerrar, por favor.

O SR. ELI COHEN - Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, pode responder.

O SR. ELI COHEN - Não, eu acho que eu já entendi a sua pergunta.

Bom, muito bem, como eu disse foram dois aposentados: um era um ex-policial militar, cadeirante, certo? E o outro é a D. Maria Aparecida.

Muito bem, esse ex-policial cadeirante tinha um amigo. Esse amigo, que também é um ex-policial civil e que trabalha em várias investigações, em várias investigações pontuais no meu escritório, trouxe ela e pediu um favor - ela não, ele. E o Luiz Carlos trouxe ela junto.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Veio na esteira.

O SR. ELI COHEN - Exato. Foi só isso. Foi assim que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

O SR. ELI COHEN - Para fazer um favor, na época. Era um favor que eu estava fazendo, porque era época de Natal, eu atendi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Deputado Beto Pereira.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Para interpelar.) - Depoente, Sr. Eli...

O SR. ELI COHEN - Deputado quem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) - Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - ... primeiro lembro o juramento que V. Exa. fez, no início da sessão.... É isso, Presidente? Ele fez o juramento, correto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) - Perfeitamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Sr. Eli, o senhor deu alguma entrevista ao vivo para o *site Metrópoles*?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - De novo.

Essa é a pergunta?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Sim. No dia 13 de maio de 2025.

O SR. ELI COHEN - Várias.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Não, o senhor deu nesse dia, ao vivo; saiu no *site* Metrópoles.

O SR. ELI COHEN - Pode ser.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor deu, e aqui eu vou fazer aspas. Está no YouTube, para quem quiser ver, pegando, inclusive, a fala do Beto.

Aspas do senhor: "Antes do Metrópoles [antes do Metrópoles, o senhor disse], eu peticionei para todos os órgãos, Polícia Federal, CGU, TCU e até para o Congresso, Polícia Civil, e ficavam todos eles ali aguardando sei lá o quê, sentado em cima. Foi quando o *Metrópoles* começou realmente a divulgar a farra do INSS que todos se mexeram. A real é essa". Fala que o senhor disse.

Pergunto: o senhor disse a verdade nessa entrevista ou no depoimento de hoje?

O SR. ELI COHEN - Eu não me lembro exatamente o que eu falei, mas, de qualquer forma, repito, repito: eu posso ter falado que a notificação para a CGU, ou para o TCU, ou para a própria Polícia Federal tenha sido feita com as minhas informações, mas eu usei estrategicamente o Sr. Luiz Vassallo. Veja, e eu acho que vocês deveriam convocá-lo aqui, e ele vai esclarecer tudo isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O que nós vamos fazer nós decidimos depois; é a CPI, não é V. Exa. que vai dizer.

Eu estou lhe fazendo uma pergunta objetiva.

O SR. ELI COHEN - É que eu pensei que eu estava aqui para ajudar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Eu estou fazendo uma pergunta objetiva: o senhor mente hoje ou no dia da entrevista?

O SR. ELI COHEN - Eu nunca menti, e, graças...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Então, o senhor tem que esclarecer ou a entrevista ou aqui.

O SR. ELI COHEN - E graças ao meu trabalho, nós estamos aqui hoje.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Graças ao trabalho da Polícia Federal, que investigou.

O SR. ELI COHEN - E, se eu sou mentiroso, então eu sou um mentiroso muito bom para os aposentados.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Estou perguntando, o senhor responda às perguntas.

O SR. ELI COHEN - Agora, se isso é relevante...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Senhor...

O SR. ELI COHEN - É relevante, se eu disse isso numa entrevista?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - É muito relevante. Nós queremos saber quais órgãos foram notificados.

O SR. ELI COHEN - Mas os órgãos foram notificados, mas através do *Metrópoles*.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Presidente, gostaria que ele respondesse às minhas perguntas.

O SR. ELI COHEN - Sim, mas eu estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Dr. Eli, Dr. Eli...

O SR. ELI COHEN - O senhor acha que é relevante a autoria?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Muito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ... a pergunta dele é clara e objetiva.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Eu estou fazendo a pergunta, o que eu acho relevante ou não é responsabilidade minha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Dr. Eli, a pergunta é: o senhor oficiou a quais órgãos?

Por gentileza, responda à pergunta.

O SR. ELI COHEN - Deputado, se eu falei, eu posso ter me enganado, enganado da autoria. Eu posso ter me enganado - perfeito? -, se eu falei; o senhor está me dizendo, e eu acredito.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Não, não sou eu que estou dizendo, é a entrevista.

O SR. ELI COHEN - O.k., o.k. Eu acho que não faz a menor diferença para os aposentados isso, mas, de qualquer forma, se eu falei... Não deixa eu falar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor tomou alguma providência objetiva em defesa da...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Por favor, silêncio. Silêncio.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - ... para preservar o direito e garantir o direito dos seus representados? O senhor disse aí que eram um senhor e também a Sra. Maria. O que o senhor fez? Em qual órgão que o senhor entrou com uma ação para resguardar o direito deles?

O SR. ELI COHEN - Na 3ª Delegacia do Deic.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Entrou com uma ação na Justiça para...

O SR. ELI COHEN - Crimes financeiros.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor foi ouvido nesse processo?

O SR. ELI COHEN - Como advogado?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - No inquérito, nesse inquérito da Polícia Civil de São Paulo, do Governador Tarcísio?

O SR. ELI COHEN - Como advogado?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Como denunciante.

O SR. ELI COHEN - Não, eu simplesmente registrei uma notícia-crime, e o teor dela está aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - E o senhor foi chamado, para dar um depoimento, pela Polícia Civil de São Paulo?

O SR. ELI COHEN - Eu!? Como advogado!?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Sim. O senhor entrou com uma denúncia, fez lá uma... Representou. Em algum momento, no andamento do inquérito, o senhor foi chamado para esclarecer mais informações?

O SR. ELI COHEN - A notícia-crime foi feita por mim, mas a autoria é da D. Maria Aparecida e, provavelmente, do outro Presidente.

Veja bem, eu sou advogado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - É que, em nenhum momento, o senhor falou que fez em nome dele, o senhor falou que fez em seu nome; o senhor nunca falou que fez em nome dele.

O SR. ELI COHEN - Eu disse que eu fiz em meu nome?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Sim. Deu a entender a todo momento, a todo momento.

O SR. ELI COHEN - Já que o senhor recorre a gravações, veja se eu falei isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - A todo momento. O senhor disse aqui hoje, em diversos momentos.

Mas, então, fazendo uma outra pergunta...

O SR. ELI COHEN - O.k., Deputado, gostaria que o senhor fizesse alguma que valesse para os aposentados.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor me respeite!

O SR. ELI COHEN - E o senhor também tem que me respeitar.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Só um instantinho, Dr. Eli.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Respeita o convidado, Deputado, respeita o convidado.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor me respeite. Estou fazendo perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Por favor, o senhor tem que responder às perguntas dele, por gentileza. Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, os comentários o senhor pode guardar, com toda tranquilidade. O senhor está como colaborador e estamos agradecidos, mas, por favor, responda às perguntas do Deputado.

O SR. ELI COHEN - É o que eu estou fazendo.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor, em algum momento, para resguardar o direito dos seus clientes, entrou na Justiça tentando reaver o dinheiro do prejuízo que eles tiveram da Ambec?

O SR. ELI COHEN - Não sei se o escritório entrou na Justiça, mas eu vou lhe dizer uma coisa: jamais faria isso para perder meu tempo, porque a Ambec não tem nada; a Ambec é um papel.

Agora, se o senhor quiser discutir sobre os procedimentos que eu uso e as estratégias que eu uso...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Não, não estou discutindo nada com o senhor; estou fazendo pergunta.

O SR. ELI COHEN - Então, eu já respondi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Eu estou fazendo pergunta.

O SR. ELI COHEN - Pela terceira vez, inclusive.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Não importa; o senhor responda à quarta - responda à quarta.

O senhor disse que esteve com Camisotti e que lá os senhores conversaram e estavam buscando uma solução. Em algum momento, o Camisotti te ofereceu dinheiro?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Em algum momento o representante do Careca lhe ofereceu dinheiro?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - E o representante de quem lhe ofereceu?

O SR. ELI COHEN - Eu já respondi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Eu estou te perguntando: o representante de quem?

O SR. ELI COHEN - Eu já respondi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Presidente...

O SR. ELI COHEN - Eu sou obrigado a responder?

Eu já respondi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O que o senhor respondeu?

O SR. ELI COHEN - Eu respondi que foram várias ofertas, mas ninguém vem com o nome, com isso... São pessoas que insinuam, mas não deixam os seus nomes, mesmo porque...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor não se lembra de ninguém que insinuou?

O SR. ELI COHEN - ... mesmo porque é impossível me comprar - é impossível -, e todos sabem disso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor disse ali que o Careca era responsável por pegar os dados e vender os dados para o Camisotti. De quem o Careca comprava esses dados?

O SR. ELI COHEN - De quem ele comprava?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - É.

O SR. ELI COHEN - Provavelmente, ele vai dizer quando ele for inquirido. Eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - É, porque o senhor sabe tudo em dez minutos. De repente, o senhor sabe isso também.

O SR. ELI COHEN - Bom, sei muito mais do que muita gente aqui, né?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O senhor está dizendo que sabe tudo em dez minutos e descobre pelo Google.

O SR. ELI COHEN - Eu estou aqui para quê?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - V. Exa. pode colaborar nesse sentido.

O SR. ELI COHEN - Esses dez minutos...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Você disse o seguinte: que o Careca vendia para o Camisotti. E o Careca comprava de quem?

O SR. ELI COHEN - Que diferença faz?

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Muita.

O SR. ELI COHEN - Eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Muita.

O SR. ELI COHEN - Eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Ué, se são dados que ele utilizou para cometer a fraude e praticar o crime, é lógico que é importante.

O SR. ELI COHEN - Deputado, eu não sei. Eu acho que isso é um trabalho...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Então responda que não sabe.

O SR. ELI COHEN - ... é um trabalho desta Comissão descobrir.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Então responda que não sabe.

O SR. ELI COHEN - É o trabalho dessa Comissão.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Então o senhor responda que não sabe.

O SR. ELI COHEN - Mas eu disse.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Então, ótimo!

O SR. ELI COHEN - Foi a primeira resposta.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Responda que não sabe.

O senhor disse na entrevista também que tomou conhecimento em 2021 - isso está em vídeo, gravado -; e, hoje, aqui, o senhor disse em 2022. Afinal...

O SR. ELI COHEN - Como é que é? Não entendi.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Na entrevista que o senhor deu, o senhor disse que tomou conhecimento em 2021; e, hoje, o senhor disse que foi em 2022.

O SR. ELI COHEN - Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Em qual dos anos, de fato, o senhor tomou conhecimento?

O SR. ELI COHEN - Em 2021 e eu nunca mudei. Foi dia 20 de dezembro, só que, na verdade, eu tomei as atitudes em 2022. É que o senhor não prestou atenção.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Então, o senhor tomou conhecimento do roubo em 2021?

O SR. ELI COHEN - Não, eu não tomei conhecimento; eu percebi que ali existia uma fraude. Veja bem, nós estamos falando em 20 de dezembro.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - De que ano?

O SR. ELI COHEN - De 2021.

Muito bem.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O.k.

O SR. ELI COHEN - Em 2021.

Em 2022, passamos a investigar, e foi exatamente o que aconteceu.

Veja, eu nunca mudei o meu discurso.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Se essas pessoas te procuraram em 2021, provavelmente isso já vinha ocorrendo há alguns anos. O senhor atentou para a partir de que ano elas falam que teria essa irregularidade? Porque, se elas o procuraram em 2021 lhe trazendo uma informação de que tinha irregularidades, o que depois se comprovou que era um roubo, a partir de que momento estavam ocorrendo essas irregularidades, objetivamente, na informação que elas lhe levaram?

O SR. ELI COHEN - Deputado, parece que o senhor escutou uma outra pessoa. Eu nunca disse que eles foram ao meu escritório para dizer de irregularidades. Eu disse que eles foram ao escritório porque eles não conseguiram comprar uma geladeira, e o nome deles estava sujo. Eu é que descobri as irregularidades.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - E ele já recebeu em 2021, de várias citações, que o nome estava sujo, é isso?

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN - Era a reclamação deles, de que eles recebiam, às vezes, um oficial de Justiça, ou então recebiam um...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - O.k., uma demanda judicial.

O SR. ELI COHEN - É, uma...

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Vou fazer uma pergunta: o que é que o senhor acha daqueles que tentaram acabar com o recadastramento dos beneficiados? O que é que você acha dessa conduta? É uma conduta criminosa, ou pelo menos a intenção?

O SR. ELI COHEN - Eu acho que, levando em consideração que o Departamento de Benefícios do INSS tinha corruptos, sim, foi ruim.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) - Então, só quero aqui, Senador Izalci, novamente, relembrá-lo da sua emenda, em que o senhor tentou excluir a obrigatoriedade de não ter recadastramento.

Então, não adianta vir aqui fazer discurso, sendo que tem a digital aqui de V. Exa. na MP 871. E, se o advogado fala a verdade, ele mesmo diz que aqui tem uma intenção criminosa por detrás.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

Eu concedo o direito de resposta ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Para explicação pessoal.) - Presidente, posso ler aqui as emendas do Zé Neto, do PT da Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Dois minutos, Senador. Dois minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Paulo Rocha, Patrus Ananias, Valmir Assunção, todas elas. São duas, são cópias: suprimir o §7º do art. 115, ou seja, tirar totalmente o cadastramento. E a outra emenda padrão, na hipótese prevista no inciso V, que seja revalidada a cada 60 meses. Então, a proposta do PT era retirar tudo isso, ou no máximo 60 meses.

Eu, como Presidente da Comissão, tenho a obrigação de tentar aprovar a medida provisória, porque o rombo era de mais de R$10 bilhões. E nós aprovamos com meio-termo: três anos. Foi só isso que aconteceu, as pessoas precisam entender isso. Fica essa narrativa, repetindo a mesma coisa de sempre.

Está aqui. Vou deixar com V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - ... para colocar nos *Anais*. As emendas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não. Obrigado, Senador.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Senadores.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) - Bom, Sr. Presidente, eu quero começar, Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Eli Cohen que, de minha parte, Doutor, o senhor vai ter o tratamento mais adequado e, mais do que adequado e respeitoso, tratamento elogioso, inclusive, por alguém que reconhece, na sua conduta como cidadão, a conduta admirável de quem quer buscar justiça, verdade e punição àqueles que roubaram o povo brasileiro.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, de minha parte, o senhor pode ter total tranquilidade, porque eu não estou aqui para fazer o que os petistas estão fazendo com o senhor, tentando desestabilizá-lo emocionalmente, o que o senhor não está, inclusive, permitindo que façam, pela categoria que tem. Até porque petista gosta mesmo é de defender bandido, tanto é que o maior deles está sentado no Palácio do Planalto aí como Presidente da República, graças à impunidade deste país.

Então, eu estou aqui para deixá-lo tranquilo, porque o que eu quero fazer é buscar a verdade, como o senhor também tem buscado desde o início dessa trajetória, sem esse tipo de constrangimento que estão tentando fazer com a testemunha. O que o PT está tentando fazer aqui com o senhor é coagir testemunha, é assediá-lo. Não vou permitir que isso aconteça e, por isso, conte com o melhor tratamento de minha parte.

Que era uma laranja de um desses sindicatos, mas que também defendeu lesados do INSS, não é certo isso?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso eu queria entender. Então, o pedido de indenização que foi feito para o advogado que o senhor citou antes foi para a D. Maria Aparecida?

O SR. ELI COHEN - E para o Sr. Luiz Carlos Santos, Presidente da Obasp.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para os dirigentes lesados.

O SR. ELI COHEN - É.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor poderia, por gentileza, dizer qual era o valor dessa indenização que havia sido proposta?

O SR. ELI COHEN - Para quem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para eles.

O SR. ELI COHEN - R$2 milhões.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para cada um deles, R$2 milhões?

O SR. ELI COHEN - R$1 milhão para cada um.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - R$1 milhão para cada um.

O SR. ELI COHEN - Eu acho que era o justo, tendo em vista que eles, na verdade, representavam a presidência dessa fraude. Vamos deixar claro: não era uma coisa simples, pessoal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E quem fez essa proposta?

O SR. ELI COHEN - Quem fez a proposta?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - De R$1 milhão de indenização para cada um?

O SR. ELI COHEN - Não. Eu pedi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para quem?

O SR. ELI COHEN - Maurício Camisotti e Rodrigo Rosolem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E qual foi a resposta deles ao pedido?

O SR. ELI COHEN - "É melhor a gente procurar o melhor advogado do Brasil".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas não dariam essa indenização de R$1 milhão para cada um?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas o senhor disse que também pediu a indenização para os mais de 400 lesados de que o senhor teve conhecimento que teriam sido lesados.

O SR. ELI COHEN - Não, não, não. Veja bem... Existe uma associação que se chama A Vida.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Certo.

O SR. ELI COHEN - Eu acredito que deve ter sido suspensa por conta dessa suspensão de ações contra o INSS. E essa associação está recadastrando todas essas vítimas. E não são 400. Vão ser, com certeza, 50 mil, 100 mil.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É que o senhor citou o número de 400, 500. Inicialmente me parece...

O SR. ELI COHEN - Não, não... Eram 400. Eram 400.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Certo, mas eles não aceitaram indenizar nem essas 400?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E nem as duas que o senhor defendia?

O SR. ELI COHEN - Não.

Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Certo.

Eu queria entender também de onde o senhor tirou o percentual de 27,5% que o senhor tem dito nas entrevistas. Seria o percentual que ficava com o Careca?

O SR. ELI COHEN - De um contrato que eles assinaram.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O que dizia esse contrato?

O SR. ELI COHEN - O contrato assina... É como se fosse um relacionamento de corbans. Esse nome corbans é muito importante, que é o que eles denominam de intermediadoras, aquelas que deveriam estar fazendo o contato com o aposentado, o *telemarketing*, perfeito? O Careca era dono de algumas, e o Márcio Alaor de outras. Junto com o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Herbert, que é o sócio... Mas são sócios. De qualquer forma, a pergunta do senhor foi... De onde eu tirei?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Os 27,5%.

O SR. ELI COHEN - Exatamente desses contratos, que eu posso disponibilizar aqui para a Presidência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor sabe que o Brasil teve imposto sindical que foi extinto com a reforma trabalhista.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor vê vinculação entre o fim do imposto sindical e o recolhimento desses recursos que poderiam irrigar, inclusive, sindicatos que antes recebiam dinheiro de outra fonte?

O SR. ELI COHEN - Veja bem... Claro, totalmente.

Veja bem... A criação dessa figura de fraude foi justamente para substituir a receita. Foi exatamente isso.

Na verdade, as associações, os sindicatos, nesse sentido, eram como escolas desse crime. As associações simplesmente apareceram depois se aproveitando daquilo que o sindicato poderia fazer. Eles também faziam... Entraram empresários desses, inescrupulosos, como o Maurício e outros, e todos esses que estão a.... Todos. Mas, sim, essa modalidade de fraude do aposentado, sim, foi por conta de uma necessidade de substituição de receita. Veja...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Que havia sido frustrada com o fim do imposto sindical, por exemplo.

O SR. ELI COHEN - Exato. Isso está claro. Veja, é só fazer um estudo da...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pois veja, Sr. Presidente, a defensora pública que esteve aqui na semana passada disse para dois Deputados - tanto para Deputada Adriana Ventura como para o Deputado Delegado Fabio Costa - que havia sido expedido ofício para que providências fossem tomadas por este Ministério que hoje não está mais nas mãos de Carlos Lupi, mas esteve sob a condução de Carlos Lupi, que inclusive caiu logo depois do escândalo.

Eu acho que esse fato é relevante, Sr. Presidente, porque foi tratado agora há pouco também do recadastramento, e havia um decreto, aliás, ainda há um decreto em vigor, o 10.410, de 2020, que estabelece que o Governo deve fazer a validação dessas assinaturas e não é feito de acordo com aquilo que está naquele decreto lá atrás.

Então, esse é um fato relevante e precisa ser chamada a atenção aqui de todos, até porque a gente vê uma grande teia de interesses: petistas tentando constranger aqui um depoente que está em busca da verdade e da justiça; um ex-Ministro da Previdência que caiu e que é justamente um dos maiores defensores de imposto sindical, e aí me refiro a Carlos Lupi; e agora nós vemos aqui claramente toda essa engrenagem funcionando, roubando dos idosos indefesos. É de uma sordidez tão grande que sinceramente dá asco, dá asco.

Eu quero congratular, sim, o Sr. Eli Cohen por ter feito esse trabalho...

O SR. ELI COHEN - Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... e estar trazendo.

Eu queria concluir aqui perguntando ao senhor, que disse numa entrevista ao Metrópoles o seguinte, para saber da participação não só dos presidentes que serão ouvidos, inclusive alguns laranjas, como o senhor mesmo defendeu uma delas, Maria Aparecida, mas não só os presidentes, como também dirigentes... O senhor disse na entrevista ao Metrópoles - que tanto está sendo aqui levantada e criticada pelo PT, uma entrevista transparente - em que o senhor diz, inclusive, que tudo começou, no seu caso pessoal, por volta de 2021, mas na mesma entrevista ele disse que tem roubalheira desde 2005! Mas isso não importa para o PT, não é isso que eles querem ouvir. Eles querem tentar incriminar uma parte da política, mas não olhar para o próprio Governo e a corrupção que só aumentou exponencialmente nesses últimos anos.

Eu queria lhe perguntar o que o senhor quis dizer aqui na entrevista do *Metrópoles* quando declarou literalmente, eu leio aqui a transcrição da sua entrevista. "Por exemplo", diz o senhor, "no sindicato do irmão do Lula, com o qual não tive relação direta, [imagino que se refira ao sindicato, não ao irmão do Lula, certo?] o simples fato de ele ser diretor já o envolve".

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu queria que o senhor comentasse sobre esse envolvimento do irmão do Lula como dirigente do sindicato. Na sua opinião, por que o simples fato dele ser dirigente já o envolve na corrupção e no esquema do INSS? Por que o irmão do Lula... Por que esse escândalo está dentro da família do Presidente Lula?

O SR. ELI COHEN - Por que implica ele? Porque a lei diz isso. Veja bem, essa é a responsabilidade de cada diretor, e, se ele não sabia, deveria saber. Veja, é muito fácil, então, você vai... "Eu sou só o diretor". Então, vai responsabilizar quem se não são os diretores? Os diretores são os donos, são os gestores. Veja, eu falei aqui que eu até acho que o irmão do Lula...

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN - Não tenho mais informação, eu até acho que ele é um laranja. Volto a falar, Deputado Marcel...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Laranja de quem? De quem ele seria o laranja? O irmão do Lula é laranja de quem?

O SR. ELI COHEN - É isso que vocês têm que investigar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Do Lula?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Será?

O SR. ELI COHEN - Do...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor tem certeza de que ele não é laranja do Lula?

O SR. ELI COHEN - Não, não, eu não tenho... Eu estou dizendo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor está afirmando sob juramento. O senhor tem certeza de que o irmão do Lula não é laranja do Lula?

O SR. ELI COHEN - Laranja do Lula?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor não sabe?

O SR. ELI COHEN - Não, eu não sei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não sabe.

O SR. ELI COHEN - Mas eu digo que provavelmente não, mas isso não quer dizer absolutamente nada, porque, veja, a responsabilidade do irmão dele é por lei, não é porque eu acho que ela deve ter, é a lei, a lei imputa a responsabilidade aos diretores.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o filho do Lula? O senhor tem algum conhecimento de algum envolvimento de ele ser laranja também eventualmente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Para encerrar, Sr. Eli.

O SR. ELI COHEN - Na época... Na época, não, há um tempo, quando eu retomei essa situação, até por conta que eu sabia que isso ia acontecer, nós começamos a ampliar um pouco a investigação, mas eu não posso, na verdade, incriminar, mas chegou a aparecer uma ligação entre o filho com uma lobista. Mas, veja, isso é tudo ainda suposição.

O fato, na verdade, Deputado Marcel, é que aqui só existe uma situação. Nós temos de certeza, primeiro, que o aposentado foi roubado. Segundo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Qual seria essa lobista?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, Excelência, o prazo já se esgotou para perguntas. Por favor, ele está encerrando a resposta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas é uma informação importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Mas ele está encerrando a resposta. O prazo já esgotou, por favor.

O SR. ELI COHEN - Segundo, se os governos têm responsabilidade nisso, em X ou em Y, isso pode ser determinado até com informações objetivas e números, mas, por exemplo, o PT não pode dizer que não sabia. Eu nem estou dizendo, fazendo juízos de valor de que o PT meteu a mão ou então o Ministro. Não. Eu estou dizendo o seguinte... Em uma reportagem de *O Antagonista* de 2016, está aqui: "Paulo Bernardo e PT roubaram velhinhos aposentados". Então, veja, eu não estou dizendo que ele roubou, mas, no mínimo, eles sabiam, afinal de contas, está aqui. Quer uma outra? Está aqui: "Ex-Ministro Paulo Bernardo recebeu mais de R$7 milhões em propina", "Fraude em crédito consignado desviou R$100 milhões". Isso aqui é o Pixuleco 2, pessoal. Não sou eu que... Olhe aqui: "Polícia Federal conclui inquérito que investiga Gleisi e Paulo Bernardo e envia relatório ao STF". Fraude...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E quem é a lobista?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Deputado Marcel, o prazo já se esgotou.

O SR. ELI COHEN - E aqui tem um pior...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Vou pedir ao Relator, então, que depois peça quem é a lobista...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Por gentileza...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... que teve contato com o filho do Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O prazo já se esgotou.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... dentro do escândalo do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O senhor tem mais alguma resposta a dar, Sr. Eli?

O SR. ELI COHEN - Só mais uma outra coisa: "Gleisi Hoffmann foi eleita em dinheiro desviado de aposentados pelo marido". Veja, não sou eu que estou falando. Agora, isso não prova que a Gleisi Hoffmann...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, só um instantinho. Deixem...

O SR. ELI COHEN - ... mas prova que o PT sabia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ... a testemunha terminar.

O SR. ELI COHEN - É só isto: o PT sabia. Agora, nem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Vamos dar sequência.

O SR. ELI COHEN - Não estou fazendo juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Vamos dar sequência. Obrigado. Obrigado, Marcel van Hattem.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Presidente, antes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - O Relator tem direito a pedir esclarecimento a qualquer tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Então, pois não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Eu achei uma pergunta que ficou sem resposta: quem é a lobista?

O SR. ELI COHEN - Sr. Relator, nós estamos ainda em caminho de investigações. Eu posso lhe dar isso na próxima semana com muito mais conteúdo. Eu não posso lhe dizer, porque eu não tenho nem a menor certeza de que isso realmente existe.

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) - Pronto. Então, a resposta está dada.

O SR. ELI COHEN - Mas eu lhe garanto que eu vou fazer questão - questão! - de lhe passar essa informação, porque eu mesmo não tenho nada o que fazer com ela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu fiz uma permuta com o Deputado Mário Heringer, então eu vou para o lugar dele, mas, antes eu gostaria de dizer... de pedir para que o senhor coloque na pauta, extrapauta, do Requerimento 01491, de 2025, para incluir o Sr. José Carlos Oliveira naquele rol de pedido de prisão, ou Ahmed Mohamad Oliveira Andrade, porque ele mudou de nome - estranho, mas, enfim. Já está protocolado.

Vou trocar com o Deputado. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Deputado Mário Heringer, com a palavra.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Para interpelar.) - Presidente... *(Fora do microfone.)*

Presidente, Sr. Relator, Sr. advogado, Sr. Eli Cohen...

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - O senhor aqui trouxe para a gente muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O microfone está ligado, Excelência?

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Está, mas está baixo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Está baixo.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - É, podiam aumentar se for possível. Alô, alô. Melhorou. Agora sim.

Então, o senhor trouxe muita coisa aqui, Dr. Eli, que realmente causa muito espanto. Desde o momento em que o senhor começou a colocar todas essas posições, eu fiquei aqui muito atento o tempo todo exatamente porque o nosso propósito aqui é escolher e enxergar a verdade - eu não tenho dúvida nenhuma.

O Relator, o nosso colega Deputado, e o nosso colega Presidente Carlos Viana deram ao senhor fé pública, porque, antes de o senhor apresentar as provas, só e simplesmente as suas palavras fizeram com que o Relator propusesse essa prisão. Votamos todos a favor, por uma razão única: nenhum de nós aqui está aqui com a intenção de proteger quem quer que seja.

O SR. ELI COHEN (*Fora do microfone*.) - Com certeza.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - E eu acho muito importante que o senhor tenha trazido vários nomes e acho que a gente tem mais nomes ainda para a gente avaliar.

Eu não presumiria a culpa, por exemplo, do Ministro Paulo Guedes, porque ele era o Ministro da Economia, que era, inclusive, o que presidia a Previdência na época... na ocasião em que o meu companheiro, o meu amigo pessoal, inclusive, o Senador Rogerio, era o Secretário da Previdência.

Eu não presumiria aqui que o Onyx Lorenzoni também tivesse feito isso e, muito menos, presumiria nada sobre qualquer um, mas, quando são citadas, as pessoas precisam e devem ter o benefício da dúvida, o benefício do contraditório. E, nesta Comissão, infelizmente, nessa atitude, apesar de eu ter votado a favor, eu achei que faltou isso. Faltou a discussão da matéria em tempo hábil, com tranquilidade, dando o tempo necessário para a discussão, e é uma crítica que eu quero fazer a toda esta Comissão.

O nosso país está precisando, sim, ser passado a limpo. O nosso país precisa muito, muito dessas atitudes. O nosso país precisa de coragem.

Eu fico imaginando aqueles funcionários do INSS que não têm nada a ver com isso e que hoje sofrem o estigma por serem do INSS, em que todo mundo passou a ser bandido no INSS, o que não é verdade. Coitados desses funcionários que têm que responder por isso. Coitados dos velhinhos que foram lesados, roubados. É por isso que nós entendemos que aqui nós não podemos proteger ninguém.

Não há o que se fazer para proteger ninguém, mas nós temos que tomar um cuidado muito grande, Dr. Eli, é com a responsabilidade do que nós, como membros desta CPI, estamos fazendo.

O SR. ELI COHEN - Concordo.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - E eu não tenho dúvida nenhuma de que... Ainda vou fazer algumas perguntas para o senhor, somente para repor algumas dúvidas que eu tenho, mas eu não tenho dúvida nenhuma quanto à vontade de resolver o problema que o senhor trouxe aqui. Eu não tenho dúvida nenhuma.

Me preocupa muito a maneira com que as pessoas querem escolher o culpado disso ou daquilo. Nós precisamos de trabalhar no método. Por que é que esse método ocorre? Como é que ele ocorreu? Quais foram as evoluções que aconteceram para que nós chegássemos a essa bandalheira toda, para que nós chegássemos a essa condição envergonhante para nós como políticos? Porque nós, aqui nesta reunião, foi citado o nome de políticos. E é muito ruim. É péssimo. Nós tivemos citado o nome de Senador, tivemos citado o nome de Deputados. E não cabe nenhuma desculpa neste momento de dizer que eu não sabia, porque a opinião pública já nos julga com antecipação.

O SR. ELI COHEN - É verdade.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Então a reputação das pessoas que estão passando por aqui, a gente precisa de ter, no mínimo, o cuidado com a reputação. Onde não há presunção de inocência, não há o mecanismo de defesa.

Mas eu, para não continuar só falando e fazendo discurso, eu queria fazer algumas perguntas para o senhor.

O senhor disse, no início da sua fala, que foi uma sorte que, no dia 20 de dezembro de 2021, a Sra. Aparecida, Maria Aparecida e um policial que estava numa cadeira de rodas chegaram no seu escritório, e por acaso, o senhor estava lá

naquele dia, as outras pessoas já não estavam, e o senhor resolveu atendê-los. E o senhor citou que o senhor resolveu atender, porque foi até uma raridade, porque o senhor não faz serviço *pro bono*. Isso ficou claro para todos que o senhor...

O SR. ELI COHEN - É exatamente isso.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Não faz serviço *pro bono*.

Eu tenho algumas perguntas: o senhor entrou, antes de chegar para tentar uma negociação com o Camisatti... É Camisatti, não é? Com o Maurício Camisatti.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Como é que é? Camisotti. Desculpa, é um erro meu, não é nenhuma ironia, não. Com o Camisotti.

O senhor tentou, entrou com algum processo, alguma proteção dessas duas pessoas que o senhor entendeu que eles estavam sendo usados como laranja? Entrou com algum processo na Justiça com o objetivo de proteger essas pessoas que estavam sendo usadas na má-fé das pessoas que estavam ganhando dinheiro?

O SR. ELI COHEN - Sim, tem um inquérito policial registrado também no Deic em relação à Maria Aparecida. Em relação a...

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Não, não, eu não pedi o inquérito. Se o senhor entrou com uma ação judicial profilática.

O SR. ELI COHEN - Essa é uma medida. Essa é uma medida. Essa é uma medida.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - O senhor entrou com essa medida. Tudo bem, então continuamos.

O senhor assinou um contrato *pro bono* com essa Sra. Maria Aparecida? Eu esqueci o nome do outro. O senhor assinou um contrato *pro bono*?

O SR. ELI COHEN - Luiz Carlos.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Luiz Carlos. O senhor assinou um contrato *pro bono*?

O SR. ELI COHEN - Isso não cabe a mim, ao escritório, mas provavelmente, sim, inclusive procuração e tudo mais.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Perfeito.

Qual era o valor do êxito nesse contrato?

O SR. ELI COHEN - Não faz diferença. Provavelmente o usual, 20%.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Vinte por cento?

O SR. ELI COHEN - É isso.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - E o senhor fez um pedido nesse de R$2 milhões?

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Tá.

O senhor pode apresentar esse contrato *pro bono* que o senhor fez, que não era mais tão *pro bono*? Uma vez que ele dá 20% do resultado da causa, ele não é *pro bono*, ele tem objetivo financeiro. O senhor pode apresentar cópia desse contrato, para que nós possamos fazer a avaliação?

O SR. ELI COHEN - Quando o senhor diz "pode" é porque eu tenho a opção?

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Eu estou perguntando só se o senhor pode.

O SR. ELI COHEN - É. É que eu tenho a opção de não mostrar, né? É claro que eu não vou mostrar. Isso é um direito do meu cliente. Eu não vou expor ele.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Bem, o senhor está aqui sob juramento, e o senhor está aqui para cumprir uma determinação desta CPI. O senhor não pode também se omitir. O senhor pode mentir e a gente descobrir. O senhor pode não mentir e o senhor pode ficar até quieto, mas, para ficar quieto, o senhor tem que obter uma permissão lá do Supremo, para o senhor ficar quieto. Então, eu não estou te pedindo nada...

O SR. ELI COHEN - Eu conheço a lei, Deputado.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Eu também conheço.

Eu não estou te pedindo nada, não quero te causar constrangimento, mas eu preciso esclarecer essa questão. Essa questão é fiduciária - é pecuniária, desculpe. Esse envolvimento, esse interesse...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Pode ser que o senhor esteja com muita raiva - o que eu também estaria, porque é um ladrão esse tal de Maurício Camisotti... Pode ser. Eu também estaria com muita raiva dele. Estou.

O SR. ELI COHEN - Tenho certeza disso.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Pode ser que essa raiva tenha sido deflagrada pela impossibilidade de o senhor obter os honorários?

Essa é a minha última pergunta, Presidente.

O SR. ELI COHEN - Não tenho raiva nenhuma do Maurício Camisotti. Eu não gosto é do que ele fez, não dele. Não tenho nada contra ele.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG) - Tudo bem. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Deputado Mário Heringer.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, lhe cumprimentando pelo belíssimo trabalho que tem feito, o Relator e o Vice-Presidente também da Comissão.

Cumprimento o Sr. Eli Cohen, também o Dr. Rafael Rodrigues, a equipe de advogados aqui.

Eu queria, antes de iniciar, pedir para passar um vídeo, à nossa Secretaria, por gentileza.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - Olha, nós estamos tratando aqui de pessoas. Isso não é um caso de direita, de esquerda, de Governo Bolsonaro, de Governo Lula. Esse é um caso de humanidade: milhões de brasileiros sendo lesados, pessoas menos favorecidas, que confiaram no sistema previdenciário no momento de maior dignidade, em que elas vão precisar para comprar um remédio...

De acordo com os seus relatos, Dr. Eli, a fraude teria começado em 2005, no segundo mandato do Presidente Lula. Quais fatores legais ou regulatórios possibilitaram que esse modelo de fraude se instalasse no crédito consignado, que é outra coisa de que a gente tem que puxar aí o fio da meada?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Essa é uma pergunta?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - É: quais fatores legais ou regulatórios possibilitaram que esse modelo de fraude se instalasse no crédito consignado?

O SR. ELI COHEN - Veja bem, eu, na verdade, tenho acesso a matérias jornalísticas da época. Eu não aprofundei as minhas investigações porque não era meu mérito me aprofundar em crédito consignado; os bancos não estavam envolvidos naquela situação da Ambec naquele momento. O fato é que, como eu disse, para que a gente possa ter certeza do que nós estamos fazendo, nós precisamos ter todo o genoma do crime. Veja: se o Governo daquela época tinha culpa ou não, eu não sei; mas que lá começou, sim, começou, e os próprios processos que tinha lá demonstram isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - E o curioso é que o senhor citou alguns nomes de bancos aqui, né? O BMG... E me parece que não é novidade o BMG. Desde a época do mensalão, do Marcos Valério, como o senhor bem colocou aqui, o BMG foi peça fundamental com relação a isso. O senhor colocou o PicPay, do grupo JBS. É uma relação próxima com este Governo - não é de hoje -, com o Governo Lula.

Eu fico preocupado, muito, com relação ao que está acontecendo de novo, parece que se voltou à cena do crime mesmo, como diz o Vice-Presidente.

Eu pergunto para o senhor: as provas levantadas pelo senhor através da investigação foram ou estão sendo utilizadas pelos órgãos de fiscalização, hoje, controle e apuração, como AGU, CGU, Polícia Federal, entre outros? Como está sendo a sua relação com essas instituições? Elas já o procuraram? O senhor já prestou depoimento a elas?

O SR. ELI COHEN - Excelente pergunta.

Não, ninguém me procurou, mas eu sei que eles estão usando, porque eles requisitaram todo o inquérito da 16ª DP, em que eu faço o manual de instrução do crime.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - Muito estranho, né? A essa altura do campeonato não procuraram o senhor ainda.

É verdade que o valor do pedágio para uma associação se credenciar no INSS chegava até o valor de R$5 milhões; se não pagasse, não se credenciava? Teve denúncias de associações que não conseguiram se credenciar? O senhor tem algum conhecimento disso? E, se sim, para quem ia esse valor de propina?

O SR. ELI COHEN - Eu não tenho conhecimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - Não tem conhecimento. Mas, na sua opinião, o Ministro da Previdência sabia?

O SR. ELI COHEN - Se não sabia, deveria saber; ele é o Ministro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - Muito bom. Importante.

Na sua visão, havia conivência ou omissão dos dirigentes do INSS e do Governo Federal para que esse esquema prosperasse por tanto tempo? Qual a participação do Dataprev nesse esquema aqui, nesse contexto de fraude?

O SR. ELI COHEN - Do Dataprev, veja bem, do INSS, Dataprev, Governo, o que nós temos que entender, na verdade, é que os fraudadores eram pontuais, né? Você tinha fraude, você tinha corruptos dentro do Dataprev, como tinha corruptos no Departamento de Benefícios. E eu digo isso porque, sem eles, isso não aconteceria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - Perfeito.

Houve algum tipo de pressão política ou interferência de Parlamentares ou partidos para manter os convênios suspeitos que possibilitaram a fraude?

O SR. ELI COHEN - Não que eu tenha conhecimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - O senhor pode afirmar que os recursos desviados, esses bilhões de reais, dos aposentados e pensionistas do Brasil, podem ter alimentado campanhas eleitorais ou projetos políticos? O senhor já ouviu isso de alguma forma?

O SR. ELI COHEN - Bom, eu acabei de ler aqui uma notícia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - Pode falar novamente?

O SR. ELI COHEN - Novamente?

Veja, especificamente sobre a possibilidade de esse dinheiro ter sido usado para uma campanha política, está aqui na revista *Veja*, certo? Matéria de 2016, dizendo: "Gleisi Hoffmann foi eleita com dinheiro desviado de aposentados, pelo marido, indicam planilhas".

Agora, veja, não sou eu que estou... Ah, não, isso aqui é de 2020, 2020. Aqui, ó...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - Perfeito. Perfeito. Antes disso...

O SR. ELI COHEN - Tem mais uma outra notícia que fala sobre isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - Por favor, por favor.

O SR. ELI COHEN - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Cobap.... É, do *site* da... Não sei por que, mas está aqui, oh: "Gleisi Hoffmann foi eleita com dinheiro desviado de aposentados, pelo marido, indicam planilhas". Ah, é a mesma, é repetição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - É, antes disso, em 2011, tem uma manchete aqui do consultor jurídico, acusação de improbidade, envolvendo o Ministério Público no Distrito Federal, dizendo que Lula e ex-ministros são acusados de favorecer bancos. Que banco é esse?

O SR. ELI COHEN - BMG.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - BMG...

O SR. ELI COHEN - Só o BMG.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - Exatamente, o BMG.

Sr. Presidente, eu quero reiterar uma sensibilidade do senhor aqui, do Relator, na última quinta-feira...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - ... já tarde, quando a gente terminou a audiência, uma senhora, a Sra. Euzimar, que hoje não vai poder ser ouvida, mas eu acho muito importante a gente ouvir as pessoas que estão sofrendo com isso.

Então, ela colocou coisas ali que realmente precisam que o brasileiro tome conhecimento da maldade, da crueldade que está sendo feita com esses brasileiros. Os números aqui são escandalosos, da Ambec. De três associados, em 2022, passou para 40 mil, em 2023; depois para 600 mil, em 2024.

A Cebap, a Unibras... São coisas assim que você fica... Com tanto dinheiro roubado assim, ao monte, como isso aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Sim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) - ...e ninguém percebeu durante esse tempo todo?

Parabéns pelo trabalho.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Senador Eduardo Girão.

O requerimento para que a D. Ezimar seja ouvida vai ser votado na próxima quinta-feira.

Com a palavra, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, Dr. Eli, em se comprovando a veracidade do seu depoimento, eu quero dizer ao senhor que as suas investigações pessoais serão uma das mais relevantes contribuições à nação brasileira no combate à maior covardia contra os maiores vulneráveis neste país, que são nossos idosos, aposentados e pensionistas, e que foram lesados, Dr. Eli, em bilhões de reais - "b" de bola, bilhões de reais -, por uma quadrilha instalada nas maiores posições de poder e expondo a conivência... conveniência, conivência e recebimento de dinheiro sujo e roubado de milhões de brasileiros.

Eu consultei a minha equipe e nós temos um problema de data. O senhor deu duas referências de data que o senhor precisa esclarecer.

O SR. ELI COHEN - O.k.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - No início do seu depoimento, em uma resposta ao nosso Relator, o senhor disse que descobriu a fraude em dezembro de 2022 e fez a queixa à Polícia Civil de São Paulo em março de 2023. Depois, o senhor respondeu ao Deputado Alencar...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - ... que o senhor fez a descoberta em 2021 e, em março de 22, o senhor fez a denúncia.

Qual data o senhor pode, por favor, confirmar? Qual a data que procede? A que o senhor respondeu ao Relator ou a que o senhor respondeu ao Deputado Alencar, de São Paulo?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Senador, eu posso ter me confundido em relação ao mês, porque como, na verdade, eu os atendi em 20 de dezembro de 2021, então, eu posso ter falado em algum momento 22, porque na verdade nós, praticamente, não fizemos nada em 21, começamos em 22. Então, pode ser que eu tenha me confundido só por conta disso.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - Então, só para deixar claro, o senhor descobriu a fraude, a partir do depoimento daquela senhora que lhe procurou, em dezembro de 2022...

O SR. ELI COHEN - Não, não. Não... É, em dezembro de 2022, exato.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - É isso: dezembro de 2022.

E fez a queixa na Polícia Civil de São Paulo em março de 23, é isso?

O SR. ELI COHEN - 06 de março de 2023.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - O.k, o.k., então. Obrigado pelo esclarecimento.

Então, eu quero parabenizar o senhor pelo trabalho, né? Pelo trabalho que o senhor faz.

Eu queria também declarar que este país tem um profeta, um profeta chamado Geraldo Alckmin. E eu tenho duas críticas a algumas de suas falas. Respeitosamente, eu vou contradizer o senhor, porque tem um profeta no Brasil chamado Geraldo

Alckmin, que, nas eleições presidenciais de 2018, quando era candidato, falou: "O PT quer voltar à cena do crime". E eu lhe digo porquê: o ex-Ministro Carlos Lupi, já em 2011, no Governo Dilma, já foi demitido, em dezembro de 2011, por fazer *lobby* para ONGs. Então, ele já tem as mãos sujas dentro do Governo Federal, o que agora se repete.

E, em segundo lugar, eu quero falar ao Brasil sobre um senhor chamado Frei Chico, e aproveito para esclarecer ao Brasil o seguinte: nós precisamos, Sr. Eli, expor a verdade dos fatos. Alguns canais de imprensa publicizaram que havia um acordo entre governistas e oposicionistas sobre a blindagem do irmão do Presidente Lula, o Sr. Frei Chico, Presidente de uma associação que descontou mais de R$300 milhões, segundo as investigações já trazidas à tona. Não foi 1 milhão, 2 milhões, foram R$300 milhões dos aposentados, em nome do Sindnap.

E quero afirmar ao Brasil, ao senhor e ao Brasil, porque pessoas da minha cidade, nesse final de semana inteiro, aonde eu ia, falavam: "Pô, vocês fizeram acordo para blindar irmão do Presidente Lula?" Então eu quero dizer aqui ao Brasil, Sr. Eli, aproveitando aqui o seu depoimento, que foi muito esclarecedor e vai ajudar muito esta Comissão, que não houve nenhum acordo com os governistas, a não ser investigações de 2015 para frente. Mais nenhum acordo nós poderíamos fazer com o Partido dos Trabalhadores. Ou o Brasil acha que Rogerio Marinho, Marcel Van Hattem, Jorge Seif, Marcos Rogério, Bia Kicis, Izalci Lucas, Tereza Cristina, e tantos outros que lutam diariamente pelo Brasil fariam qualquer acordo de blindar o irmão de Lula? Jamais faríamos isso e eu quero deixar isso aqui consignado.

Segunda coisa, eu quero lembrar ao Brasil quem é Frei Chico, irmão de Lula, que já tem um histórico, Sr. Presidente, de malfeitorias. O pessoal esquece, mas a internet está aí para lembrar. Esse cidadão figura na lista da Odebrecht e o codinome dele era Metralha. E ele foi acusado pelo Ministério Público Federal de receber propinas em 2019. Por isso eu discordo do senhor que ele é laranja. Ele já tem nome sujo desde 2019. Então ele não é laranja coisa nenhuma. Se é laranja é do irmão dele. Eu não tenho dúvida disso. E infelizmente a Justiça Federal, mais uma vez, inocentou mais um canalha, mais um ladrão, exatamente como fez com o atual Presidente da República.

Quero também, Sr. Presidente, lembrar ao senhor... E desafio aqui todos os Senadores e Deputados. É um desafio que eu faço, tá? Eu protocolei o Requerimento 1.492, que já está protocolado, Sr. Presidente, junto a esta CPMI, e peço que seja votado extrapauta ainda hoje, e que a Polícia Federal revele os nomes de Deputados e Senadores que receberam mesadas de associações que roubaram nossos aposentados, pelo simples motivo de que esta CPI pode estar contaminada. Se algum Deputado ou Senador, de direita ou de esquerda ou de centro, participa da CPMI e recebia mesada de roubos dos nossos aposentados, Sr. Presidente, nós temos que afastar, investigar e, se comprovados os ilícitos, caçar e expulsar do Parlamento. Sr. Presidente, isso é urgente para dar transparência e reiterar a confiança que o Brasil tem nesta CPMI.

Eu protocolei...

A Polícia Federal já disse, na reportagem da Record, na semana passada, que Parlamentares, Senadores e Deputados, recebiam mesadas. Nós não podemos ouvir essa informação, receber essa informação e fingir que nada aconteceu. Então, eu peço aos Senadores de direita e de esquerda, aos Deputados de direita e de esquerda: vamos agir com coragem. Quem tem as mãos limpas não tem medo dessa lista, e eu não tenho medo dessa lista.

Eu quero que seja aprovado e vou votar, em primeiro lugar, pela imediata publicação - ainda que seja secreta para o senhor, não precisa ser pública, mas tanto faz, que seja pública para dar transparência à população brasileira - dos nomes de Deputados e Senadores que, infelizmente, recebiam mesada com dinheiro sujo, dinheiro de sofrimento, dinheiro de roubo, dinheiro de canalhice de quem roubava velhinhos que mal sabem ler e escrever, como nós acabamos de ver aqui no vídeo.

Por último, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Excelência, se cair na minha mão, não vai ter nada secreto, não, vamos ler tudo aqui.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - Muito bem! Ótimo! Que seja assim.

Eu digo porque a Polícia Federal pode pedir algum tipo de sigilo, mas nós precisamos trazer isso a público.

Por último, Sr. Presidente, de acordo com as informações relevantes que o Sr. Eli Cohen trouxe hoje, eu recomendaria a esta Comissão, a todos os Senadores e Deputados que pedissem proteção policial...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - ... a ele e aos seus familiares, porque o que ele fez pelo Brasil, a coragem dele, *via crucis* para que ele fosse ouvido.

Então, Sr. Eli, muito obrigado.

Discordo do senhor de que o Frei Chico... E eu fui atrás deste nome também: Frei. Será que tem alguma ligação com a Igreja Católica? Não, era só um apelido, porque, se for Frei, só se for da igreja do capiroto, porque, para roubar R$300 milhões dos nossos velhinhos, não tem nada com Deus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Senador Jorge Seif.

Senhores...

Só recomendo a V. Exa. que o requerimento para essa lista de políticos, essa afirmação seja dirigida diretamente também ao Ministro André Mendonça, que hoje é o responsável por todos os inquéritos que estão em andamento sobre esse assunto.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Para interpelar.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Dr. Eli Cohen, o senhor disse que é advogado da Sra. Maria Aparecida e do Sr. Luiz Carlos. Certo?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - A Sra. Maria Aparecida, em tese, laranja da Ambec. E o Sr. Luiz Carlos, de qual associação?

O SR. ELI COHEN - Obasp.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Probasp.

O SR. ELI COHEN - Obasp.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Obasp. O.k.

Eu gostaria de saber qual foi a medida judicial que o senhor ajuizou em defesa dos seus clientes e contra quem?

O SR. ELI COHEN - Presidente, eu já respondi a essa pergunta dez vezes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) - Responda, objetivamente.

O SR. ELI COHEN - Pode me fazer a pergunta novamente?

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - O senhor pode devolver o meu tempo, porque o depoente estava ausente.

O SR. ELI COHEN - Cansado, não é ausente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Determino à Secretaria mais um minuto para a Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Dr. Eli Cohen, o senhor disse que advoga para a Sra. Maria Aparecida e para o Sr. Luiz Carlos.

Eu gostaria de saber qual foi a medida judicial que o senhor tomou para defender os seus clientes e contra quem.

O SR. ELI COHEN - Muito bem.

Em primeiro lugar, o nosso escritório evita medidas judiciais, porque são 110 milhões de processos para 14,4 mil juízes, e nós sabemos o caos que é. Então, nós trabalhamos com outras técnicas de solução de problemas. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, que eu já esclareci...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Qual foi a solução?

O SR. ELI COHEN - A solução foi, neste caso, uma solução prévia de uma notícia-crime na 3ª Delegacia do Estado de São Paulo, de crimes financeiros.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Na 3ª Delegacia...

O SR. ELI COHEN - Isso, eu tenho a notícia-crime aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - O.k. Ela já terminou, foi aceita? Houve inquérito?

O SR. ELI COHEN - Como eu disse...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - O senhor a está acompanhando?

O SR. ELI COHEN - Como eu disse, engavetaram, provavelmente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Qual é o resultado prático para os seus clientes? Porque, em tese, eles foram lesados. Na área cível, o senhor não tomou nenhuma medida? Reparação de danos, ressarcimento...

O SR. ELI COHEN - Contra a Ambec?

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Contra a Ambec, contra o INSS, por omissão...

O SR. ELI COHEN - Posso responder?

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Sim, por favor.

O SR. ELI COHEN - Provavelmente, se eles tivessem entrado em qualquer outro escritório do Brasil, sim, tomariam essa medida. Eu não tomo para não perder meu tempo e nem o dos meus clientes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - É curiosa essa forma de advogar.

O SR. ELI COHEN - Mas dá certo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - O.k. Na sua opinião.

O SR. ELI COHEN - Não, não é...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Mudando de assunto, Dr. Cohen, o senhor não trouxe um resultado prático para os seus clientes.

Em entrevista ao *site* do *Metrópoles*, no dia 13 de maio de 2025, o senhor afirmou - abro aspas... Eu não vou pedir para colocar o vídeo aí, porque vai tomar muito tempo nosso, mas o que o senhor disse foi o seguinte: "Antes do *Metrópoles*, eu peticionei para todos os órgãos, Polícia Federal, CGU, TCU, até para o Congresso, para a Polícia Civil, e ficavam todos eles ali aguardando sei lá o quê, sentados em cima. Foi quando o Metrópoles começou realmente a divulgar a farra do INSS, e todos se mexeram. A real é essa".

Pergunto, Dr. Eli Cohen: o senhor pode nos informar qual foi a data em que fez a denúncia à Controladoria-Geral da União?

O SR. ELI COHEN - Bom, eu já respondi, mas, de qualquer forma, eu vou responder novamente.

A denúncia no TCU foi feita por intermédio do Luiz Vassallo, como também eu tive que fazer para que as minhas investigações tomassem essa amplitude que tomaram.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - O senhor pode nos informar, por favor, depois, o protocolo dessa denúncia? Disponibilizar?

O SR. ELI COHEN - Claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - E aí o senhor também nos informa qual foi a data em que fez a denúncia à Polícia Federal e ao INSS? O senhor pode nos informar?

O SR. ELI COHEN - A resposta é a mesma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - O.k. Vamos lá.

Eu só quero registrar, Sr. Presidente, que eu consultei os dois órgãos federais mencionados pelo depoente e que não possuem registro algum da sua suposta denúncia - nem a CGU, nem a Polícia Federal. E mais: eu consultei também o Ministério da Previdência Social, o INSS, a AGU e a Dataprev, e nenhum desses órgãos registrou qualquer denúncia do depoente. Então está comprovado aqui, infelizmente, possível notória ofensa ao 342 do Código Penal. Mas vamos lá.

O senhor sentou aqui e falou de algumas autoridades... Primeiro, o senhor chegou dizendo que era um dos maiores *experts* no assunto, deste assunto.

O SR. ELI COHEN - Eu nunca disse isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Disse isso na hora...

O SR. ELI COHEN - Eu nunca disse isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - Bom, enfim...

Por favor, eu vou terminar, eu estou com a palavra.

O senhor sentou aqui e falou de algumas autoridades escolhidas, se esqueceu de outras que claramente estavam envolvidas no mesmo período, como o próprio Sr. José Carlos Oliveira, ou, para quem preferir, vulgo Ahmed Mohamad Oliveira Andrade.

O senhor falou também de várias entidades também escolhidas, mas se esqueceu de outras como o caso da Conafer. O senhor sabe que a Conafer, porque o senhor é um *expert*... O senhor sabe que a Conafer é apontada no inquérito da Polícia Federal como uma das associações que mais lucraram nesse esquema, e o lucro pode chegar a R$4 bilhões? E que houve investigação dentro do INSS contra a Conafer, que, em agosto de 2021 - agosto de 2021 -, o novo Diretor de Benefícios do INSS, mais uma vez, José Carlos Oliveira, ou vulgo Ahmed Mohamad Oliveira Andrade, esse novo diretor, deu um fim nas investigações internas. O seu depoimento é bastante seletivo. Então, o senhor esquece que peticionou em vários órgãos, que acusou... O senhor está igual o mussum ensaboado.

E aí, além de tudo, também há narrativas do senhor que primeiro diz que tudo começou em 2008, depois voltou para 2005; na entrevista, 2021. Aí disse várias vezes que tudo começou em dezembro de 2022, quando o senhor foi procurado por Maria Aparecida e Luiz Carlos.

Pergunto para o senhor... Gostaria de saber - como o senhor se esqueceu da Conafer, vamos tratar da Conafer -: o senhor conhece a Conafer?

O SR. ELI COHEN - É uma pergunta, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - É, sim ou não, por favor.

O SR. ELI COHEN - Conheço... conheço ela, porque está na relação das entidades.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - O.k.

O senhor disse ao Relator também que a entidade Amar Brasil é uma das grandes envolvidas na corrupção, certo? Então, certamente, o senhor sabe, com certeza, que José Carlos Oliveira, o vulgo Ahmed Mohamad Oliveira Andrade - mudou de nome, não sei por quê -, era Ministro do Governo Bolsonaro quando foi assinado o ACT da entidade Amar Brasil. O Ministro da Previdência do Governo de Bolsonaro fez parte do quadro societário da empresa Fayard Organização e Serviços Empresariais.

José Laudenor da Silva, citado diversas vezes no inquérito da Polícia Federal, tinha procuração para atuar em nome dessa empresa. O senhor sabia disso? Sim ou não, por favor.

O SR. ELI COHEN - Não. Não fazia parte.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - E aqui, por fim, isso para informar os nossos colegas. Por quê? Ouvi dizer aqui que o Sr. José Carlos Oliveira pode ter sido até citado no inquérito, mas não é investigado. Eu quero passar para os senhores também aqui, ó, do inquérito: p. 86... Podem anotar: pp. 875 e 1.202; pp. 873 e 874, 870. São as páginas que evidenciam...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - ... que o antigo Presidente do INSS, depois Ministro e também sempre trabalhou durante todo o Governo Bolsonaro, José Carlos Oliveira, o Ahmed Mohamad Oliveira Andrade - esquisitíssimo mudar o nome desse jeito, algo assim que não tem explicação, parece piada... Então, o senhor foi muito seletivo. Lamento e vamos ver se alguém tem a coragem aí. Eu gostaria até de estar neste momento absolutamente correta em relação a V. Exa., mas vou ainda lhe dar o benefício da dúvida e aguardar as demais falas dos Senadores para a gente ter certeza de se o senhor realmente está ofendendo o art. 342 do Código Penal. O senhor, que é um penalista, só tratou da parte criminal, deve conhecer muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) - ... as consequências.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. Para interpelar.) - Obrigada, Presidente Carlos Viana.

Dr. Eli, o senhor testemunhou aqui que foi contratado - mais uma vez, vou voltar a essa temática -, que foi contratado em dezembro de 2022 e protocolou a primeira notícia-crime em março de 2023. Porém, trouxe aqui dados de associações

referentes aos anos de 23 e 24. Eu, inclusive, notei semelhanças e um pouco de incongruência em relação aos dados constantes da tabela do Acórdão 1.115, de 2024, do TCU.

Eu pergunto se os dados citados por V. Sa., em relação ao quantitativo de associados e aos valores repassados às associações e sindicatos, foram obtidos junto a esse acórdão do TCU, o 1.115, de 2024, ou são oriundos da sua investigação?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Da minha investigação?

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - É, se são oriundos...

O SR. ELI COHEN - Absolutamente. Não, claro que não!

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Foram do acórdão? Foi aquele...? Foram os números que estão no acórdão do TCU que...?

O SR. ELI COHEN - Eu não entendi a pergunta, Senadora, desculpe.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Você não entendeu a pergunta?

O SR. ELI COHEN - É, foi o que eu disse.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - É do acórdão ou da sua investigação?

O SR. ELI COHEN - De novo, eu não entendi a sua pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Vou repetir. O senhor protocolou a primeira notícia-crime em 2023. Porém, trouxe aqui dados de associações referentes a 2023 e 24. Eu, inclusive, notei semelhanças e incongruências em relação aos dados constantes da tabela do Acórdão 1.115, de 2024, do TCU.

Eu pergunto... Tem esses dados do Acórdão 1.115, do TCU. Eu pergunto, se esses dados - porque são os dados do TCU, de associados e os valores que...

O SR. ELI COHEN - Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - ... essas instituições receberam, essas associações receberam. Eu pergunto se os dados que o senhor trouxe são da sua investigação, são oriundos puramente da sua investigação, ou o senhor obteve esses dados através do acórdão?

O SR. ELI COHEN - Veja bem, todos os dados, em relação a Ambec, Unsbras e Cebap, sim, da minha investigação; o resto é público.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - Está no portal de transparência do INSS.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Considerando as suas investigações, o senhor identifica alguma medida administrativa ou legislativa que facilitou o esquema das fraudes? Por exemplo, qual foi o impacto da alteração de um ano para três anos no prazo para a revalidação dos associados em 2019? O senhor entende que houve um impacto?

O SR. ELI COHEN - Claro.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Né? E qual foi o impacto do fim dessa revalidação em 2022? O senhor tem estudo sobre isso na sua...?

O SR. ELI COHEN - Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Tem? O senhor poderia passar para nós?

O SR. ELI COHEN - Claro. Veja, o impacto... Enquanto a medida provisória surtiu seus efeitos...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Isso.

O SR. ELI COHEN - Tivemos um decréscimo de 90 mil aposentados, 90 mil... É aqui, né?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Isso, 90 mil aposentados. Em seguida às emendas...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - À MP?

O SR. ELI COHEN - Não, à lei especial da qual derivou... A derivada dessa medida provisória. Aí novamente começou a subida.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Certo.

O SR. ELI COHEN - Perfeito? E essa subida, na verdade, foi razoavelmente.... Ela passou de... 1,060 milhão em 2020, depois 1,120 em 2021, em 2022 subiu um pouquinho mais, e aí explodiu em 2023, dobrou, e em 2024 quadruplicou.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Então, o senhor acha que houve um impacto de fato com essa alteração de revalidação de um ano para três anos?

O SR. ELI COHEN - Como eu disse, eu trabalho com números, com estatísticas...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Perfeito. Então, o senhor concorda.

O senhor destacou em suas denúncias o uso indevido de dados sigilosos. O que pode nos dizer ou apontar sobre as fragilidades encontradas pelos criminosos para atuar contra os aposentados? E se há alguma ação ou omissão legal ou administrativa que tenha permitido o crescimento dessas fraudes? O senhor percebeu, nas suas investigações, na sua investigação, isso?

O SR. ELI COHEN - É, eu percebi na análise, na análise, mas essa compra de dados e essa facilitação, como eu disse - e eu não confundi as datas, mas o.k... -, vêm desde 2005. Veja que se utilizam dados de aposentados. Essa é uma realidade. Não sou eu que estou dizendo. São os números que estão dizendo, são os processos. Veja, não sou eu. Veja, o que eu precisei adentrar a essa situação histórica é porque eu preciso, eu faço questão que a equipe entenda o genoma da situação, até para que a gente não cometa injustiça. É só isso. Eu entendo que a maioria entende que: "Ah, mas veja bem, você só está seletivamente falando sobre o Governo isso...". Veja, os números estão dizendo isso, não sou eu.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Não, eu entendi, Dr. Eli. Eu só estou querendo saber o seguinte...

O SR. ELI COHEN - Não, eu entendo...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - O senhor, na sua investigação, detectou alguma ação ou omissão legal ou administrativa que tenha permitido esse crescimento?

O SR. ELI COHEN - Novamente, os números sugerem que houve...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Uma omissão.

O SR. ELI COHEN - Omissão não, conluio...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Uma conivência.

O SR. ELI COHEN - Conivência e corrupção, claro, claro.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Perfeito.

Por fim, uma pergunta de grande interesse, inclusive da população aqui do DF. O senhor trouxe informações assustadoras sobre as fraudes de consignados de aposentados, mais especificamente sobre o Banco Master. O senhor falou BMG, falou do Master. Ocorre que, neste exato momento, o Banco Regional de Brasília, que é um banco público, já adquiriu parte da carteira do Master e busca adquirir o controle da instituição. Muito tem sido dito que boa parte do Banco Master é exatamente a carteira de consignados.

O senhor poderia elaborar mais sobre o esquema supostamente fraudulento do Banco Master em operações de consignados para os aposentados, já que o senhor citou esses três bancos?

O SR. ELI COHEN - Não era mérito do meu aprofundamento, mas eu posso lhe dizer que existiam vários métodos, como, por exemplo, reaproveitamento de contratos sem o aposentado autorizar, falsificação às vezes de assinatura, depósito a menor, n... Veja, na verdade...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Isso no banco, pelo banco?

O SR. ELI COHEN - É, a maioria dos bancos que trabalham com consignados. Esse, em especial, eu digo, porque quem montou o departamento de benefício... o departamento de consignados é o Marcelo Alaor, o Papa dos Consignados.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - É um outro careca.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Obrigada. *(Fora do microfone.)*

Obrigada, Sr. Presidente; obrigada, Dr. Eli.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Senadora Leila Barros.

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo. *(Pausa.)*

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) - Doutor, Doutor! Aqui, aqui, Excelência. Aqui.

Primeiro, eu quero agradecer pelo senhor. O Estado de Rondônia agradece a sua vinda, a sua disponibilidade e as suas verdades. O Estado de Rondônia, que quer justiça para os nossos velhinhos, agradece. Muito obrigado.

Eu estou vendo que o senhor está cansado. Todo mundo está cansado aqui.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Não, não, mas estou bem. Estou aqui para colaborar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - O.k., mas eu queria fazer um pedido para o senhor: eu queria que o senhor tirasse todas as suas "vestes", entre aspas, todas as cores partidárias e pensasse no nosso povo, nos nossos idosos que estão sofrendo.

Vou apresentar as minhas perguntas ao senhor.

O atual Presidente, ex-presidiário, é o maior sindicalista de todos os tempos, e os roubos não param aos aposentados.

Doutor, de acordo com sua investigação, os membros do PT sabiam desses roubos?

O SR. ELI COHEN - De acordo com as minhas investigações, sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Ah, a turma do PT sabia. Ótimo! Está vendo, né, Rondônia! Está vendo!

Sr. Doutor, outra pergunta.

A narrativa do Presidente Lula é que a fraude começou no Governo Bolsonaro e foi ele que descobriu. Segundo esse gráfico aqui... O senhor sabe desse gráfico aqui, né?

O SR. ELI COHEN - Provavelmente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Segundo esse gráfico, suas investigações comprovam essa fala do Lula? É verdade essa narrativa?

O SR. ELI COHEN - Não. Sinceramente, com todo o respeito, isso parece uma piada de mau gosto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Pronto, Excelência, está respondido: piada de mau gosto do Lula! O roubo é dele! De 2022 para 2024 - 2024 -, cresceu quatro vezes mais, Brasil! É essa a verdade! Então, os lulistas que apoiam o roubo e são ladrões estão mentindo, Brasil! Eles sabiam de tudo!

Por falar nisso, o Lupi, numa pergunta que fiz numa Comissão, lá na Câmara dos Deputados, o Lupi disse, relatou: "Eu sabia do roubo". Ele merece também ser preso. Ele declarou, na Câmara dos Deputados, que sabia do roubo, Presidente. As coisas estão claras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) - Doutor, por favor, você identificou algum padrão geográfico nesse roubo ou demográfico nas fraudes, como a concentração em populações vulneráveis, indígenas, como eu, quilombolas, como eu, e ribeirinhos, como eu?

O SR. ELI COHEN - Não, eu, na verdade, não fui por esse lado, mas provavelmente eles usaram pessoas que tinham dificuldades de questionar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Sim, senhor, obrigado.

Agora, eu queria fazer um pedido para o senhor. Faça igual o Palocci fez, o Ministro Palocci, em 2019, na CPI do BNDES. Os petistas estavam lá comigo, e eu perguntei para ele: "Palocci, Lula roubou?". Ele disse: "Muito, mas não foi só isso que vocês estão falando, não. Roubou muito mais". Aí eu perguntei para ele - quem perguntou fui eu -: "Palocci, onde está esse dinheiro?". Ele disse: "Nos paraísos fiscais". Eles sabem, quem ele estava comigo lá. E eu perguntei: "Que paraísos fiscais?". Ele disse: "Essa parte eu não posso falar".

Então, eu faço agora uma pergunta para o senhor, doutor: o senhor identificou alguma saída desse dinheiro sujo para paraísos fiscais?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Está respondido.

O SR. ELI COHEN - Mas, só complementando a pergunta passada, que o senhor fez, rapidamente...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Sim, senhor.

O SR. ELI COHEN - Veja, o absurdo é tão grande... E eu não estou isso imputando a um Governo ou outro...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Não.

O SR. ELI COHEN - ... estou dizendo só em relação à fraude, perfeito? Porque dados... Foi muito interessante a pergunta do senhor. Dados, por exemplo, de indígenas, são mais caros, na hora da venda, do que dados... outros dados de regiões como São Paulo. Por quê? Por conta que os, por exemplo, 50 mil dados de uma região muito... com muita dificuldade de comunicação, valem mais.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone*.) - É uma região remota.

O SR. ELI COHEN - Exatamente. Valem mais, porque a chance de eles questionarem é menor. Olha que absurdo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Você vê, né? É horrível, a coisa é feia.

Doutor, há evidências de que o esquema continua ativo ou evoluiu para outras formas de fraude após o início das investigações?

O SR. ELI COHEN - Não, graças aos senhores, aqui, o esquema acabou. Esse acabou. Não existe, hoje não há nenhum repasse, nem repasse de... Porque eu também monitoro, no Portal da Transparência, por uma questão pessoal, que não faz nem parte do nosso trabalho, mas hoje não existe nenhuma associação que recebe qualquer transferência do INSS referente a débito consignado. E, volto a dizer, não existe nenhuma ação e nenhuma reclamação de nenhum suposto beneficiário reclamando que quer, por exemplo, sei lá, passear num hotel, ou então obturar um dente - não existe nenhuma reclamação. É como se cancelassem todos os planos na Amil de uma hora para outra, e não houvesse ações judiciais do beneficiário dizendo: "Não, mas eu quero utilizar". Não, não existe.

Então, isso leva a crer - e nós trabalhamos com esse tipo de situação - que os planos, na verdade, até poderiam existir, mas o aposentado não sabia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Sim, senhor.

O senhor afirma que o *modus operandi* dos golpes e roubos iniciaram em 2005...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Silêncio, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - ... e nunca mais parou. Esses golpistas, que são especialistas em roubo e que se escondem nos sindicatos e associações, foram combatidos ou incentivados nos governos de 2005 até 2025?

O SR. ELI COHEN - Incentivados eu não posso dizer, mas, combatidos, nunca. Eu mesmo tive uma dificuldade enorme para estar aqui agora, veja, para a gente chegar até aqui. Hoje eu estou sendo, de repente, colocado como se eu fosse, se eu estivesse mentindo sobre uma situação ou outra que eu posso ter até me confundido. Isso é uma coisa...

Veja, nós temos vários casos no escritório, e, às vezes, um jornalista fala alguma coisa, e eu pego e respondo àquilo que ele quer ouvir, assim, rapidamente, mas sem, sem distorcer os fatos. Mas neste caso, por exemplo, em que ficam questionando todo tempo, como se isso fosse resolver o problema do aposentado, nesse caso, provavelmente, foram notificações feitas pelo Luiz Vassallo com os nossos documentos, e o TCU só se viu obrigado a se mexer - e depois eles acionaram o CGU - por conta das ampliações das nossas investigações no Metrópoles, porque todos sabiam o que estava acontecendo. Por anos - por anos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Sim, senhor.

Sr. Presidente, eu tenho um requerimento aí, com o senhor. Já está protocolado. Dois requerimentos, para bloqueio de bens da Ambec e do Sindnapi. Eu gostaria que o senhor tornasse público, assim que for possível.

O SR. ELI COHEN - Coronel, eles não têm nada.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Eles não têm nada?

O SR. ELI COHEN - Tem papel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Só papel?

O SR. ELI COHEN - Não existe. Não existe.

Eu já fiz esse trabalho de responsabilizar realmente quem são os beneficiários dessa fraude. Então...

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN - ... quer responsabilizar a Ambec? Responsabilize a THG, Maurício Camisotti. Vai responder a quem? À minha cliente, que mora na periferia de São Paulo? Ela não tem nada!

Esse é um golpe bem armado - bem armado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Sim, senhor.

A gente fala que foram roubados pobrezinhos. Lá em Rondônia, uma advogada me procurou, que estava sendo roubada também; um empresário me procurou, que estava sendo roubado - aposentado, né? -; um Prefeito me procurou, que estava sendo roubado.

Não foram só os pobrezinhos, Doutor. Os brasileiros todos - mais de 9,6 milhões, conforme os senhores falaram - estão sendo roubados.

Chega! Prisão e cadeia para esses ladrões!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Deputado Coronel Chrisóstomo.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Para interpelar.) - Obrigado, Presidente. Meus cumprimentos ao senhor e ao Relator.

Sr. Eli, recuperando um tema que já foi batido aqui em alguns momentos, o senhor pode, mais uma vez, só destacar a data de sua denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senador Randolfe, só um instantinho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - A testemunha está pedindo dez minutos para ir ao banheiro. Se V. Exa. se importar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - V. Exa. se importa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, claro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Então, eu suspendo a reunião por dez minutos, por favor.

O SR. ELI COHEN - Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Necessidade fisiológica é sempre urgente, necessária e atendida.

(Suspensa às 23 horas e 20 minutos, a reunião é reaberta às 23 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Com a palavra, retomando a sessão, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Para interpelar.) - Obrigado, Presidente.

Sr. Eli, recuperando um tema que já foi abordado aqui várias vezes, recuperando o debate sobre a linha do tempo, a primeira denúncia o senhor recebe quando?

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Como é que é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - A primeira denúncia quando o senhor recebe? Sobre o esquema.

O SR. ELI COHEN - A primeira denúncia... quando eu o quê, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Quando o senhor recebeu a primeira denúncia sobre o esquema?

O SR. ELI COHEN - A primeira denúncia? A primeira denúncia foi feita pela *Veja*, através das minhas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, quando o senhor tem contato com as informações sobre o esquema? Quando é?

O SR. ELI COHEN - Foi entre dezembro... final de dezembro de 2021 e começo de... até janeiro de... De 2022, né? De 2022 e janeiro de 2023.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - E essa denúncia é formulada à Polícia Civil de São Paulo quando?

O SR. ELI COHEN - 16... Não, não, não. Aqui ó. Ah, a denúncia? 6 de março de 2023.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - O senhor sabe me precisar o porquê desse intervalo? O senhor recebe a denúncia, o senhor tem uma denúncia sob o seu conhecimento em 2021, o senhor só entrega à Polícia Civil em 2023.

O SR. ELI COHEN - Sim, é responsabilidade de um advogado, primeiro, levantar os dados, né? Veja bem, com todo o respeito, eu, em 10 ou 15 ou 20 dias, ou melhor, 30 dias, ou 3 dias, 30 dias, eu fiz, eu fiz mais do que, por exemplo, o INSS...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - É, mas nós não estamos falando de 30 dias; estamos falando de um ano, né?

O SR. ELI COHEN - Não... Como de um ano? De... O senhor está confundindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Vamos lá! O senhor recebe a denúncia quando?

O SR. ELI COHEN - Veja bem, eu tenho conhecimento dos fatos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Isso.

O SR. ELI COHEN - ... em dezembro de 22, perfeito?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não é 21; é 22.

O SR. ELI COHEN - 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - É porque o senhor falou, ainda há pouco, 21.

O SR. ELI COHEN - E corrigi imediatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Tá. Então foi em 22...

O SR. ELI COHEN - Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - ... que o senhor tem conhecimento dos fatos.

O SR. ELI COHEN - Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Quando de 22?

O SR. ELI COHEN - Final de dezembro de 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - De 22, perfeito.

O SR. ELI COHEN - Bem, bem final, depois do dia 20.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - Acredito até que seja o dia 20.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - E dizia respeito a qual entidade?

O SR. ELI COHEN - À Ambec.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - À Ambec.

O senhor falou, salvo melhor juízo, no começo do seu depoimento, que teve um crescimento exponencial do número de associados e, por conseguinte, da arrecadação da Ambec. O senhor sabe dizer quando foi que iniciou aquele salto de três associados para 40 mil? Em qual intervalo de tempo foi?

O SR. ELI COHEN - Sei. Em seis meses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, sei... Mas em que ano foi?

O SR. ELI COHEN - Senador, desculpe, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, mas é porque o senhor disse ainda há pouco, na resposta anterior, que o senhor monitora todos os dados no Portal da Transparência. Em 21, 22 e 23, o Portal da Transparência existia.

O SR. ELI COHEN - Mas eu não monitoro aquilo de 2000... Eu monitoro hoje para saber se as associações e os sindicatos estão recebendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, tudo bem. Mas, quando o senhor recebeu uma denúncia, o senhor não foi ao Portal da Transparência para monitorar o que de fato ocorria? Como o senhor constatou para fazê-lo?

O SR. ELI COHEN - Também fiz. Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Então, o senhor sabe me dizer quando foi esse crescimento, porque o senhor falou isso no começo aqui.

O SR. ELI COHEN - De três para 45 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Eu sei, mas qual foi o período?

O SR. ELI COHEN - Se o senhor esperar, eu posso lhe dar o número exato. O senhor quer o número?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, o número eu sei. Eu queria saber: se o senhor monitora o Portal da Transparência, quando foi o período?

O SR. ELI COHEN - De novo, eu monitoro o Portal da Transparência hoje para saber se os sindicatos e as associações continuam roubando. É só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, então o senhor não monitorava antes para constatar o que ocorreu?

O SR. ELI COHEN - Sim, mas eu tenho mais o que fazer, Senador. Desculpa, eu tenho 500 clientes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Eu sei, mas o senhor mesmo... A razão pela qual o senhor veio para cá para essa CPI foi porque o senhor mesmo se autodenominou aqui como especialista nesse tema e o senhor desmantelou esse esquema. Eu estou lhe fazendo uma pergunta básica sobre a principal entidade denunciada pelo senhor, a Ambec, a do Careca: qual foi o período em que houve esse crescimento da entidade?

O SR. ELI COHEN - Mais uma vez, teria que recorrer a registros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Está bom. Então vou ajudá-lo, já que o senhor não consegue.

O SR. ELI COHEN - Mas essa resposta... O senhor mesmo conhece o Portal da Transparência e o senhor vai tê-la.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Pois é, mas, Doutor, quem começou falando nesse local...

O SR. ELI COHEN - Eu não disse que eu sou... Eu não disse que eu sou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Deixe-me lhe responder. Quem começou falando de Portal da Transparência aqui não fui eu. Foi o senhor na pergunta anterior.

O SR. ELI COHEN - Sim!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Foi o senhor que falou que monitora o Portal da Transparência.

O SR. ELI COHEN - Mas eu estou falando hoje...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Com base no seu monitoramento, essa é uma pergunta básica que eu imaginava que o senhor já soubesse. Mas tudo bem.

Então, só para lhe dizer: em 31 de agosto de 2021, em ACT assinado nessa data... O senhor está lembrado agora? Em 31 de agosto de 2021, em ACT assinado nessa data, 31 de agosto de 2021, era Diretor de Benefícios do INSS o Sr. José Carlos Oliveira, foi credenciada a Ambec. Os três associados da Ambec são dessa data, 31 de agosto de 2021. Aquela receita da Ambec de que o senhor falou aqui que não está lembrando a data é dessa data aqui.

O SR. ELI COHEN - Não, eu estou lembrando a data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Então o senhor confirma que é 31 de agosto?

O SR. ELI COHEN - Eu estou, eu estou lhe dizendo que entre... Qual a data que eu tenho? Qual foi o dia da ata fraudulenta? Então está aqui, ó.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, deixa eu te responder, deixa eu te ajudar. Em 31 de agosto de 2021, é assinado. O senhor está tendo dificuldade em encontrar, deixa eu te responder aqui, está bom? Em 31 de agosto de 2021, é assinado o ACT da Ambec. Aqueles três associados que o senhor não lembra de quando constava, qual era a data, é dessa data. Os R$135 de arrecadação são dessa data, 31 de agosto de 2021, que o senhor não deve estar lembrando agora, mas estava no famoso Portal da Transparência - e não fui eu que falei, foi o senhor. O salto que o senhor falou, mas o senhor não está lembrando a data, é em 2022, de três associados para 40 mil associados, na Ambec.

O SR. ELI COHEN - Isso, isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Que bom que o senhor está lembrando agora!

O SR. ELI COHEN - Eu lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Então, um salto em 2022: a arrecadação pula de R$135 para R$16 milhões de 2021 a 2022. Só para ficar bem claro, porque o senhor faz uma linha do tempo a partir de 2022, 23. Então, só para trazer os dados do Portal da Transparência que o senhor mesmo relatou ainda há pouco.

Encerrando, só para falar isso em relação à Ambec, já pulando no tempo que resta, sobre uma outra circunstância que eu gostaria de lhe perguntar. O senhor falou, respondendo ainda há pouco, e aí foi o senhor que falou, respondendo à Senadora Leila sobre o Banco Master, o senhor falou em reaproveitamento de contratos sem o aposentado autorizar. O senhor lembra? Isso o senhor respondeu ainda há pouco.

O SR. ELI COHEN - Eu disse que eram modalidades utilizadas pelos... pelas instituições financeiras...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Perfeito.

O SR. ELI COHEN - ... principalmente aquelas que têm como... no departamento de consignados, o Sr. Márcio Alaor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Perfeito, perfeito. Esse é o tipo de prática...

O SR. ELI COHEN - Senador, o senhor é que tem que, na verdade, agora colocar em...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Eu sei, eu sei, mas deixe só eu lhe fazer a pergunta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) - Sr. Presidente, só querendo ajudar, ele não está na condição de investigado aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senador Magno, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Só lhe perguntar... Mas é na condição de testemunha que eu estou perguntando.

O SR. ELI COHEN - Não, não, mas pode... Está tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - O Magno está socorrendo o depoente por quê?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Mas não é... Mas é testemunha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Mas é de testemunha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Mas é de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senador Randolfe, dê sequência ao questionamento, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Eu estou querendo dar. O senhor pode recuperar o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Um minuto para o Senador Randolfe, determino à Secretaria, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Obrigado.

É porque, via de regra, o Senador Magno gosta de interromper as nossas inquirições, mas voltando então à pergunta ao Sr. Eli.

O senhor fez uma resposta, o senhor respondeu à Senadora Leila se referindo ao Banco Master. O que eu quero lhe perguntar é o seguinte: o que leva a esse tipo de reaproveitamento de dados por parte do banco? O senhor... Dos bancos, perdão. O senhor acredita que o aumento do limite consignável, presente em lei, que foi aprovado por lei, levou a esse aumento do reaproveitamento, a esse reaproveitamento de contratos por parte de instituições financeiras, como é o caso do Banco Master?

O SR. ELI COHEN - Não, eu não posso, na verdade, comentar sobre a questão de leis e tudo. O que eu posso dizer é que esse reaproveitamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, mas não é de lei.

O SR. ELI COHEN - O.k. Esse reaproveitamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - O aumento da margem consignável...

O SR. ELI COHEN - Hum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - O aumento da margem consignável tem uma decorrência direta a isso, o aumento, o reaproveitamento de contratos?

O SR. ELI COHEN - Não, não. Não, eu, como disse desde o início, acho que o empréstimo consignado tem um fim, uma função social importante para o aposentado, que tem uma dificuldade enorme de conseguir empréstimo em bancos que não tenham esse tipo de possibilidade. Veja, a intenção é boa, o problema é que, na verdade, fizeram disso uma roubalheira. Essa que é a grande realidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Perfeito.

E, para concluir, no tempo que me resta, Sr. Eli: o Sr. Camisotti, o Sr. Maurício Camisotti, qual o papel que o senhor atribui a ele? E o senhor saberia dizer se tem elementos, o senhor pode trazer a essa CPI elementos sobre o envolvimento dele com políticos...

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - ... e que tipo de envolvimento?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Mas qual o papel que o senhor atribui a ele, o Sr. Maurício?

O SR. ELI COHEN - Não, nós sabemos que existe. Veja bem, nós sabemos que existe, mesmo porque ele não...

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN - ... roubaria tanto se ele não tivesse uma blindagem. Veja, eu sei que, na verdade, aqui existem n interesses, eu estou falando dos fatos. Veja, sem uma blindagem, ele jamais conseguiria. Agora, eu não posso dar nome de nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Não, o senhor não precisa dar nome, mas, nas informações e no que o senhor apurou...

O SR. ELI COHEN - Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - ... o senhor tem dados que indicam que ele teve envolvimento, teve participação, teve cobertura de políticos?

O SR. ELI COHEN - Eu adoraria saber. Seria leviano da minha parte colocar ou indicar qualquer nome, mesmo que eu tivesse só, simplesmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - E em relação ao esquema? O senhor diria que ele é uma peça central?

O SR. ELI COHEN - Não. Ele é uma peça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Quais... Agora falando para concluir.

O SR. ELI COHEN - Eu até acho que isso é muito injusto, o que estão fazendo, porque ele não é sozinho, ele tem... A foto, na foto tem que vir mais gente. Tem muita... Veja bem, devem ter pelo menos uns 50 maurícios camisottis e uns outros 50 carecas do INSS.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - E, por último, o senhor acha que seria possível...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Para encerrar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Concluindo, de fato. O senhor acha que seria possível, tanto nesse caso da Ambec como em outros casos, as entidades, as associações terem sido beneficiadas se não tivessem algum tipo de cumpliciamento com a diretoria de benefícios do INSS de qualquer Governo, de qualquer gestão?

O SR. ELI COHEN - É impossível. É impossível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) - Pois não, Presidente.

Eu começaria pela questão do crédito consignado. O Dr. Eli trouxe para cá também a questão do crédito consignado. O crédito consignado é antigo no Brasil. Na verdade, desde a década de 90, por exemplo, o BMG, que é lá de Minas Gerais - eu conheço a história desse banco... Desde 1990, a década de 90, já havia crédito consignado. E crédito consignado, eu concordo com o Dr. Eli, não é um mal em si. Crédito consignado é bom, desde que seja algo feito honestamente, porque ele não vai cobrar juros, vai cobrar menos etc.

Em 2003, o Presidente Lula, então, fez uma portaria ampliando a possibilidade de crédito consignado, que já existe e já existia, inclusive para bancos. O próprio BMG já o fazia desde a década de 90. Então, esses créditos consignados vinham tendo um aumento grande e chegaram a questões, por exemplo, que eram muito polêmicas em 2022, o que aqui ninguém quis lembrar até agora, quando o Presidente Jair Bolsonaro, em véspera de eleição, estendeu o crédito consignado para Bolsa Família e BPC, aí sim, um verdadeiro absurdo.

Não sei se o senhor concorda comigo que é um absurdo, para Bolsa Família e BPC, que são serviços prestados dessa forma, o crédito consignado. É uma pergunta que eu gostaria que o senhor respondesse: o que o senhor acha de crédito consignado para BPC e Bolsa Família?

O SR. ELI COHEN (Para expor.) - Eu não posso, não posso responder a essa pergunta, eu não tenho absolutamente nenhum tempo para estudar isso, não tenho como responder isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Sim, mas foi feito - viu? - esse crédito consignado, em véspera de eleição, para BPC e Bolsa Família. Eu achei que o senhor iria ficar indignado, porque são pessoas pobres - as de BPC, então! - as pessoas roubadas, que são os mais simples, mais pobres do Brasil. Isso foi feito em véspera de eleição. Acho que é de indignar qualquer um pegar essas pessoas tão pobres e fazer isso. Foi feito no Governo Bolsonaro o crédito consignado.

Quando o Presidente Lula fez, em 2003, não havia mal nenhum em expandir o crédito consignado a não ser que os bancos, como o BMG e outros, começassem a fazer na marra e a roubar. Aí é outra história, é aonde a gente quer chegar.

Mas vamos passar para as entidades, porque aí há uma confusão de datas. As entidades, elas tiveram um grande crescimento a partir de 2018, 2019. Antes disso, tinha mais ou menos dez entidades que prestavam serviço, que eram as credenciadas. Depois dessa data, 2018 e 2019, é que nós tivemos uma ampliação grande. E aí entra uma figura que eu também estranhei o senhor não saber dela, que é o José Carlos Oliveira. Quando ele foi da Diretoria de Benefícios, ele assinou três ACTs. Assinar ACT não é problema nenhum, mas foram três entidades picaretas. Basta o senhor ver...

O SR. ELI COHEN - Todas são picaretas, Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Todas são picaretas. As entidades todas são picaretas, principalmente as que vieram nessa data - todas.

Ele assinou três picaretas. Quando ele foi Presidente, ele assinou mais 17 picaretas. Então, só o Sr. José Carlos Oliveira fez ACTs de 20 entidades picaretas - só ele. Foram milhões de aposentados que aí se deram mal. E esse José Carlos Oliveira colocava isso para dois operadores: um deles, Antônio Carlos Careca, que nós conhecemos hoje - provavelmente tem muitos outros -; e o outro, que aí já era uma associação mais robusta, era o Camisotti, que fez essa festa, esse festão de que o senhor falou, que teve até Senador lá. Foi lá também na festa do Camisotti. Teve políticos que talvez estejam com

medo aí, querendo tanto saber os nomes, talvez para se sentirem mais aliviados, quem sabe não aparecem na lista. Mas o Camisotti, então, ganhou todo esse recurso.

Eu não sei se o senhor sabia que essa data, essa quadrilha formada, portanto, não surgiu com o senhor sabendo das coisas.

O SR. ELI COHEN - Claro que não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu acho que o senhor tem uma data...

O SR. ELI COHEN - Claro que não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - ... a partir do senhor e antes. O que veio depois do senhor é uma coisa e antes é outra. Não é assim, não. O senhor não é tão bom assim, não.

O SR. ELI COHEN - Não, isso é que é o pior, Senador, porque, na verdade, já tiveram outras oportunidades e não fizeram nada.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Isso, exatamente. Isso é o que eu ia falar.

O senhor acha que o Bolsonaro sabia disso? Porque o senhor disse que o PT...

O SR. ELI COHEN - Eu não acho.... Eu não acho...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - O senhor falou que o PT...

O SR. ELI COHEN - Como é que eu vou achar?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - ... não podia deixar de saber.

O senhor acha que o Bolsonaro devia deixar de saber?

O SR. ELI COHEN - Senador, eu não trabalho com achismo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Ah, mas com o PT o senhor trabalha. O senhor disse que o PT não pode alegar que não sabia.

O SR. ELI COHEN - Ué, mas o que é que eu...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - E o senhor acha que o Bolsonaro pode alegar que não sabia?

O SR. ELI COHEN - É a *Veja* que está dizendo isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu sei como é que o senhor é.

O SR. ELI COHEN - Senador...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Está bom, eu sei que o senhor tem lado.

O SR. ELI COHEN - Senador...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - É evidente que o senhor veio aqui defender um lado. Eu não quero nem fazer pergunta. Se eu perguntar em que o senhor votou...

O SR. ELI COHEN - O senhor tem uma dúvida de que eu tenho lado?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - ... e o senhor não disser que não é no Bolsonaro, é claro que eu tenho.

O SR. ELI COHEN - O senhor tem uma dúvida? O meu lado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Não, o lado político. Não venha fazer demagogia, não.

O SR. ELI COHEN - O meu lado é o do aposentado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Do aposentado sou eu. Estou falando do lado político. O senhor votou em quem?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Se eu perguntar para o senhor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Excelência.... O voto é secreto, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Não, eu estou perguntando, ele responde se quiser ou não.

Eu não escutei todo mundo falar? Eu não fui interrompido nem pelo Presidente, ninguém interrompeu ninguém. Ninguém interrompeu. Então, é óbvio que a pergunta é muito simples.

O SR. ELI COHEN - Eu acho que eu vou responder para o senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - O Sr. Jair Bolsonaro... O senhor acha que, assim como o senhor falou do PT, que não podia alegar que não sabia... O senhor já viu aí que o Senador Izalci, por exemplo, disse que entregou isso tudo para ele, e o senhor sabe disso, o senhor tem acompanhado essa história. O Senador Izalci entregou para ele ainda na transição, junto com auditores-fiscais. O Senador Izalci falou isso. O senhor acha que o Bolsonaro pode alegar que não sabia? É a pergunta que eu faço.

O SR. ELI COHEN - Como é que eu acho?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Mas o senhor acha que o PT pode alegar que não sabia?

O SR. ELI COHEN - Deputado Rogério, uma coisa que eu posso lhe dizer é o seguinte: primeiro, com a sua primeira pergunta, é que eu não gostaria de ser roubado nem com a mão esquerda, nem com a mão direita.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Então, o senhor não gostaria de que o aposentado fosse roubado no Governo Bolsonaro.

O SR. ELI COHEN - Não faz a menor... Não faz a menor diferença.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - O senhor acha... Então, faço outra pergunta: essa quadrilha atuou no Governo Bolsonaro ou não?

O SR. ELI COHEN - Claro que não, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Não?

O SR. ELI COHEN - Claro que não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - A quadrilha não atuou no Governo Bolsonaro? Essa quadrilha?

O SR. ELI COHEN - O quê? A quadrilha? Claro que atuou. Claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Ah! Pois é.

Olha o José Carlos Oliveira.

O SR. ELI COHEN - Eu sempre disse para o senhor que aqui nesta Comissão...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Você teve até um ato falho aí, hein? Deu até um ato falho.

O SR. ELI COHEN - Veja bem, eu sempre disse, nesta Comissão, que todas as associações e todos os sindicatos, não todos assim, mas que trabalham com esse, com essa, essa suposta... benefícios para... esses supostos benefícios para aposentados, todos, todos, todos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu também acho, eu concordo.

O SR. ELI COHEN - Todos precisam lançar mão dessa fraude.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu concordo. Então, veja bem, essa quadrilha é antiga.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - E durante o Governo Bolsonaro, ela funcionou muito.

O SR. ELI COHEN - É, mas o que não justifica...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Só do Zé Carlos Oliveira, eu vou, vou chegar lá. Só do Zé Carlos Oliveira foram 20; Vinte entidades picaretas do Zé Carlos Oliveira. Vinte.

O SR. ELI COHEN - É possível.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Ele foi superintendente do Mato Grosso, depois ele virou, em São Paulo, depois ele foi para a diretoria de uns benefícios, depois ele foi para Presidente do INSS, depois ele virou Ministro. Em

todos esses ele deixou lastros. E ali ele fomentou essa quadrilha que vinha ali, me parece óbvio. Basta o senhor dar um Google que o senhor vai ver isso. Agora...

O SR. ELI COHEN - Óbvio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Agora, é óbvio. Então, Zé Carlos Oliveira, nós temos que prestar bastante atenção na quadrilha que ele formou.

Agora, isso ocorreu durante todo esse período. E o pessoal fala: "Olha, demorou demais!". Eu também acho. Agora veio um Despacho 65. Esse Despacho 65 o senhor sabe de quem que foi?

O SR. ELI COHEN - Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Esse Despacho 65 é que acabou com qualquer possibilidade, como o senhor sabe, de desconto de todas as entidades picaretas. Esse despacho foi feito no Governo do Presidente Lula agora. O senhor sabe que 2 milhões já aderiram ao acordo de ressarcimento e 99,5 vão receber até segunda-feira? Ou seja, o Presidente Lula soube.

O SR. ELI COHEN - Foi o CGU, né?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Ah, mas é Governo do Presidente Lula que fez a medida. A medida...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Ô, Deputado, por favor. Por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Não me deixam falar, não. É assim. Não têm a menor educação.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Por favor. Quando V. Exa. for falar, V. Exa não vai querer ser interrompido. Determino mais um minuto ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Obrigado. Obrigado, Presidente.

Eu já vou terminando, para angústia dos bolsonaristas. É óbvio que durante o Governo Bolsonaro, ele poderia também fazer uma medida como o Governo do Presidente Lula fez. Ele poderia ter acionado a Controladoria-Geral da União, ele não fez. O senhor sabia que ele não fez. Ele também não acionou a Polícia Federal. Aliás, tinham dois... Antes do senhor, dois funcionários do INSS, em 2021, fizeram essa denúncia. Foram perseguidos, tiveram ameaça dentro do INSS. O senhor já leu isso.

O SR. ELI COHEN - Eu fiquei, eu fiquei sabendo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - O senhor não foi o primeiro.

O SR. ELI COHEN - É uma senhora, por sinal.

Não, mas eu nunca disse que eu fui o primeiro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Pois é.

O SR. ELI COHEN - Eu fui o primeiro que consegui chegar até aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Pois é. Os outros foram muito ameaçados durante o Governo Bolsonaro. E aí eles continuaram, continuaram e continuaram. Agora a coisa acabou. Terminou. As pessoas estão recebendo. É no Governo do Presidente Lula, é claro, graças à CGU, à Polícia Federal.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Mas foi uma ação do Governo. Essa medida foi criada...

O SR. ELI COHEN - Deputado, graças ao meu trabalho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Graças ao trabalho do senhor. Está bom.

O SR. ELI COHEN - A Polícia Federal já sabia disso há muito tempo, o Ministério Público sabia, em cada ação de indenização...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Mas o senhor sabe que se o senhor estivesse no Governo do Bolsonaro, o senhor não teria conseguido isso? Porque ele não ia fazer essa medida, ele não fez.

O SR. ELI COHEN - Bom, aí...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Até o Izalci avisou a ele, no início do Governo, e ele preferiu não fazer. Então, foi graças ao Presidente Lula, porque o senhor podia ter descoberto isso tudo e não ter sido feito nada. Então, o senhor é muito, mas o senhor não é tudo, não.

O SR. ELI COHEN - Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu queria dizer um pouco isso.

O SR. ELI COHEN - Obrigado. Vou tomar como um elogio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Não adianta o senhor tentar inventar uma data em que existe o senhor, o que vem depois e antes. Não. Houve uma medida de um Governo que determinou que tudo acabasse e devolvesse o recurso, como está devolvendo.

Amanhã, o pessoal do Bolsonaro está meio nervoso, mas amanhã começa o julgamento por outros crimes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Para encerrar, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Bem, como último inscrito...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Eu fui citado duas vezes por esse Senador, deixa eu dizer a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Eu acabei de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senador Izalci, o art. 14 só pode ser citado duas vezes durante as sessões.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Pois é, essa é a segunda vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não... Já fizemos outras vezes aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Minha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não, Excelência, duas vezes no genérico. Então, eu peço paciência a V. Exa., mas dessa vez eu não vou acatar o pedido de V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Tá. Eu vou perdoar, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - O último inscrito dos titulares é o Deputado Sidney Leite, que não está presente.

Iniciamos a lista dos suplentes.

O Deputado Zé Trovão com a palavra.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para interpelar.) - Sr. Presidente...

Alô? Ei, ei. Ei.

Sr. Presidente, eu vou começar a minha fala rebatendo a fala do Deputado que me antecedeu, e eu não citarei o nome dele, para ele não ter direito de resposta, senão a gente vai ficar até as 2h da manhã. Ele é mentiroso quando ele diz que o Bolsonaro não fez nada.

Senador "Ezalci", não citei o nome de ninguém aqui, tá? Senador "Ezalci"... Izalci, quando entregou, no Governo de transição, as denúncias que tinha sobre o INSS, foi aí que surgiu a MP 871, que bloqueava imediatamente qualquer tipo de desconto.

Lembrando a esta Casa, mais uma vez, tem que ser repetitivo porque eles têm memória curta: o responsável pela derrubada desta MP foi o Congresso Nacional, com o voto da esquerda.

Agora vamos falar do que verdadeiramente interessa. A gente não veio aqui para ficar fazendo palco político para elogiar o Lula.

A auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), com 37 páginas de conteúdo técnico e objetivo, e clara ao apontar os desvios de 6,3 bilhões relacionados a entidades que operam em convênios com o INSS, e com um documento de leitura acessível, que qualquer cidadão atento compreende em poucos minutos, tamanha a sua didática e gravidade, no entanto, a chamada...

Atenção que, em ação movida pela AGU, foi solicitado o bloqueio de bens no valor de 2,5 bilhões, envolvendo 12 entidades e seus dirigentes. Restam, portanto, 3,8 bilhões, que sequer foram incluídos pelo pedido da AGU, confirmado pela possível omissão grave. Por que eu estou falando isso aqui novamente? Nós precisamos colocar em votação um requerimento meu que está aqui de imediato afastamento de Sr. Messias, que simplesmente prevaricou ao deixar R$3,8 bilhões sem terem sido bloqueados. No meu requerimento, eu ainda reafirmo que não só ele tem que ser indiciado, tem que vir a esta Casa, como ele tem que ser afastado imediatamente do seu cargo até que seja apurado.

Mas a gente vai mais além, Sr. Eli Cohen, a quem eu quero agora falar da sua coragem, agradecer a sua paciência, porque eu sei que não é fácil ficar ouvindo bobagem de esquerdista que defende ladrão, porque o que o Lula é é ladrão. Roubou, foi condenado, e eles defendem esse tipo de gente.

E aqui querem passar o paninho para dizer que eles são a favor de idoso. Eles são a favor de ninguém. Eles são a favor apenas de um idoso, um acéfalo que está sentado lá na cadeira de Presidente.

Eu quero parabenizar o senhor porque o senhor veio aqui de bom grado...

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Muito obrigado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - ... e o senhor fez um brilhante trabalho. E isso nós temos que valorizar.

Com muitas coisas que o senhor fala, talvez, até eu não concorde. É natural. Vivemos numa democracia, mas é muito gratificante ver uma pessoa que determinou a sua vida a estudar algo e sequer está sendo pago para isso.

Então, a gente tem que ter muita gratidão por esse tipo de atitude que nos faz entender que ainda vale a pena acreditar em muitas pessoas.

O SR. ELI COHEN - Obrigado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Então, Presidente, o tempo é escasso, dez minutos voam, mas eu quero deixar aqui que não existe explicação jurídica para quatro entidades, bem como seus diretores, que não tiveram os seus bens bloqueados. Não existe.

Eu não quero nem fazer pergunta ao senhor, mas quero ressaltar uma coisa: que nós temos também, Presidente, ONGs, entidades no exterior, as quais, muito provavelmente, se a gente buscar, nós vamos encontrar muitos paraísos fiscais.

Olhem só, há um esforço por parte de alguns envolvidos em concentrar o debate nas datas em que as fraudes começaram, na velocidade em que elas se deram ou no período político em que elas se originaram, mas nós temos que saber que existem pessoas cujo nome eu posso até citar: Sr. Marcos Vinicius Dias Nunes, Vice-Presidente e Secretário de Relações Exteriores. Qual é o sentido de nós termos ligação no exterior no caso do INSS, se o INSS trata apenas - apenas - do quesito nacional dos aposentados brasileiros?

Então, existem muitas coisas aqui que precisam ser investigadas e que precisam ser passadas por um crivo muito importante. E nós só vamos alcançar o resultado final se houver o que houve aqui hoje.

E quero parabenizar todos que votaram favoravelmente pelo pedido, pela indicação da prisão de 21 pessoas que já deveriam estar presas, porque, aqui no Brasil, é assim: quem não deve já está em prisão domiciliar e, muito provavelmente, amanhã e nos próximos dias, será jogado numa cela; mas quem deve estar lá na Barra da Tijuca, está lá no Rio de Janeiro sendo *coach*, através de uma cobertura, mesmo depois de ter sido condenado a 400 anos de prisão, mais alguém que a esquerda defende.

Agora, eu vou fazer duas perguntas ao senhor para que a gente encerre aqui, porque o senhor foi muito esclarecedor hoje.

O senhor disse que, após sair a denúncia sobre o irmão do Lula, o senhor afirma que recebeu uma ligação a 1h da manhã com ameaças. Pergunto: o senhor acha que essas ameaças aconteceram para que eles protegessem o irmão do Lula?

Segunda pergunta: o senhor também falou sobre uma lobista que tem ligação direto com o filho do Lula, mas o Lula tem vários filhos. O senhor poderia indicar a qual filho do Lula o senhor estava se referindo?

O SR. ELI COHEN - É a pergunta? Eu estou um pouco cansado, mas...

A primeira pergunta qual foi?

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - A primeira pergunta é se o senhor acha que, após saírem as matérias de que o irmão do Lula estava envolvido com a corrupção do INSS, o senhor recebeu essas ligações com ameaça, 1h da manhã. O senhor acha que tem ligação?

O SR. ELI COHEN - Não, claro que não. Eu não posso dizer nada sobre isso. Eu só sei que, na verdade, foi uma coincidência, mas eu recebo ameaças. Em cada caso em que eu trabalho, no final, eu vou colecionando inimigos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - São muitas coincidências, né? O senhor recebeu uma ligação logo depois...

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - ... de uma denúncia que partiu do senhor, e apareceu a cara do abençoado do tal do frei, que de frei não tem nada, né?

Agora, a segunda pergunta que eu lhe fiz é: qual é o nome do filho do Lula que o senhor cita que tem uma relação com essa lobista?

O SR. ELI COHEN - Como eu disse, Deputado, eu trabalho com informantes. Esses informantes... Um deles, agora, nessa semana passada, ventilou essa situação, mas eu estava tão preocupado em me preparar aqui para poder colaborar com vocês que, na verdade, nem dei muita atenção e deixei isso para um segundo momento para fazer uma investigação em relação a essa situação. É alguém de que eu não me lembro o nome que é ligada ao Careca do INSS. Então... É uma senhora, cujo nome eu não tenho agora - mas eu vou fazer questão de avançar nessas investigações -, que é sócia do Careca; é sócia do Careca em alguma empresa ou qualquer coisa desse tipo e que tem uma ligação... Mas eu acho isso muito ainda circunstancial e acho apelativo isso aí nesse momento.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Nada é relativo quando se trata de uma investigação tão importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Deputado Zé Trovão.

Deputada Bia Kicis, com a palavra.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu começo cumprimentando V. Exa. pela condução impecável desta CPMI, e o Relator também.

Dr. Eli Cohen, parabéns por estar aqui, pela sua coragem, e colaborando tanto para elucidar hoje um dos maiores escândalos do nosso país - e olha que não são poucos.

Eu quero também lamentar que a grande mídia tenha abandonado a cobertura da CPMI, tão logo a oposição conseguiu retirar os governistas à mesa, para alívio dos aposentados. Mas vamos em frente.

Eu quero dizer, sobre a ilação de que o Congresso não fez nada... Eu fui Presidente da CFFC (Comissão de Fiscalização Financeira e Controle) em 2023. Por iniciativa deste Deputado ao meu lado, Deputado Evair de Melo, nós convocamos o Ministro da Previdência, Carlos Lupi, exatamente para tratar desse assunto. Estou aqui com a lista de perguntas feitas a ele. Então... "Quantas eram as entidades que tinham os ACTs?". Ele respondeu que eram 23. Perguntamos sobre os benefícios: como que esses benefícios eram feitos esses descontos... Ele disse que havia o bloqueio, que os benefícios eram totalmente bloqueados, e só por iniciativa do beneficiário é que eles seriam desbloqueados. Mas isso não aconteceu, não foi realidade.

A gente sabe que, pela norma que foi editada no Governo Bolsonaro, os benefícios de fato nasciam bloqueados e só mediante o pedido da parte beneficiária que eles eram desbloqueados. Mas, em 2023, houve esse desbloqueio total dos benefícios, em afronta, inclusive, à legislação, e isso no ano de 2023. Fizemos várias perguntas sobre se havia registro de acusações de descontos desautorizados em favorecimento de entidades sindicais e associações; em caso positivo, qual a monta de cada dedução, quantos beneficiários foram lesados; quanto aos descontos autorizados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, menos, menos barulho, por favor, silêncio.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - ... quais foram as diligências realizadas. Então, desde 2023 que a gente vem tentando trazer à luz esse problema e resolver esse roubo dos aposentados, mas nada teve sucesso, a não ser agora essa CPMI, na qual eu realmente coloco as esperanças, não só minhas, como sei que o povo brasileiro está de olho também nessa CPMI. E eu tenho certeza de que essa não vai terminar em pizza, dada a qualidade da Presidência, do Relator e a vontade dos membros, dos integrantes para que seja realmente elucidado, e graças a pessoas como o senhor que está aqui para nos ajudar.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Obrigado.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Eu quero perguntar... quero dizer o seguinte: no dia 6 de março de 2023, foi o dia da sua denúncia no Deic. E o dia 7 de março foi o dia que nós oficiamos, inclusive, o TCU, mas o TCU até hoje não respondeu o nosso ofício, não deu uma resposta.

Eu gostaria de saber do senhor, se for possível nos responder, se o senhor encontrou sinais de conivência ou até mesmo de beneficiamento de servidores públicos por parte dos fraudadores. Estamos falando apenas de omissão ou houve também participação ativa no esquema por parte de servidores públicos?

O SR. ELI COHEN - Cem por cento participação ativa. Não há a menor chance de essa fraude ter sucesso se não tem a participação, no mínimo - no mínimo -, do departamento de benefícios.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Obrigada.

O SR. ELI COHEN - E mais uma outra coisa, quando perguntaram para o Ministro Carlos Lupi, ele tinha todos, mês a mês, os dados dos pedidos de cancelamento. Isso já deveria ter indicado um alerta. Eram 60 mil pedidos de cancelamento. Isso não é normal. Não é normal.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Eu tenho aqui um dado de que seriam cerca de 400 mil pedidos de cancelamento por mês.

O SR. ELI COHEN - Não, chegou a... Exato. Chegou a 400 mil.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - E, convenhamos, isso é um tsunami estatístico.

O SR. ELI COHEN - Sim.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Como é possível que o INSS, sob comando dessas autoridades, não tenha detectado algo tão gritante?

O SR. ELI COHEN - E Deputado... Deputada, desculpa. Deputada Bia, quer dizer, bem, a senhora está me falando em 400 mil pedidos de cancelamentos direto no *site* do INSS, fora 500 mil ações judiciais, fora 300 ou 400 mil reclamações no Reclame Aqui. Veja, não há... É, não há explicação. Veja, no mínimo, se não há... se não há dolo, há negligência, no mínimo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - O senhor declarou que só depois das reportagens do portal *Metrópoles* é que as autoridades se mexeram. E aqui eu estou, já deixei bem claro que o Congresso se mexeu antes, tá? Tem aqui dois Deputados e todos que integravam a CFFC, que atuamos como pudemos, dentro da nossa alçada.

O SR. ELI COHEN - Eu me lembro.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - O senhor declarou, então, só depois da reportagem. Me diga uma coisa, na sua opinião, isso significa, no seu entendimento, isso significa que, sem pressão da imprensa, o Governo atual continua fingindo que não havia problema algum?

O SR. ELI COHEN - Mas não tenha dúvida, claro! Eu só lancei mão do jornalismo investigativo, porque o Estado não agia. Isso já aconteceu também na Operação Encilhamento, como eu disse aqui, isso está claro, isso está nos registros - veja bem -, exatamente a mesma coisa, exatamente! Eu tive que passar todo o material para a imprensa, e depois, aí, sim, houve uma atitude nessa... Veja bem, a Operação Encilhamento, que se referia a esse cidadão - né? -, só isso, que estava morando nos Estados Unidos, morando em uma *penthouse* e tudo mais.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - O senhor identificou...

Durante a gestão - eu ia fazer uma pergunta, mas o senhor já respondeu -, durante a gestão de Carlos Lupi, houve alguma mudança no tratamento dado às suas denúncias? Como o senhor interpreta a súbita saída do Ministro logo após a revelação do escândalo, coincidência ou fuga de responsabilidade?

O SR. ELI COHEN - Não, com certeza. Na verdade, o Governo não teve outra... senão afastar ele, porque, veja, novamente eu falo: os números, eu só me atenho aos números, só me atenho... O fato de isso beneficiar a direita ou a esquerda é outra história. Eu sei exatamente o que acontece. Eu teria vergonha de vir aqui para beneficiar a direita, e ficar brincando, e ficar deixando de lado os números. Os números falam por si sós, por si sós! Não há necessidade de equipamentos de investigação, nem nada. É simplesmente analisar os números.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Assim como o senhor examina os números e gosta de fatos, eu também gosto de fatos. Eu estou ouvindo muita história aqui de que: "Ah, é o Lula que está investigando. O Lula...", mas me chama atenção

uma coisa, a esquerda não assinou a CPMI, não assinou! É muito simples. Os fatos estão aí na cara para quem quiser ver. Narrativa? É fácil criar narrativa. Agora, olhar os fatos e deixar que os fatos falem mais alto, que os fatos sejam reveladores e se deixar convencer pelos fatos tem gente que não quer.

Mas eu falo ao povo brasileiro, eu falo a todos aqui presentes, todos que nos assistem: a esquerda fez de tudo para impedir esta CPMI. Foi a Oposição que lutou bravamente. Parabéns, Coronel Chrisóstomo! Parabéns, Coronel Fernanda! Parabéns, Dr. Frederico também, Deputado Dr. Frederico, que iniciou uma coleta de assinaturas, antes mesmo do escândalo, ele já estava também buscando uma CPI! Parabéns a todos que assinamos e lutamos por esta CPI, e estamos aqui, e não vamos desistir! Nós estamos lutando pelos aposentados...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - ... pelos idosos, pelos velhinhos, pelos vulneráveis.

A esquerda não só fez de tudo para que esta CPI não ocorresse, mas também, quando conseguimos o número necessário, fez de tudo para tomar de assalto esta CPMI, para que ela terminasse em pizza. Não fosse a estratégia, não fosse o trabalho árduo da Oposição - e aqui eu quero enaltecer o trabalho do Líder Sóstenes, do nosso Líder Rogerio Marinho e de tantos outros, do Zé Trovão, do Senador Girão, que abriu mão da sua candidatura para viabilizar que hoje V. Exa. estivesse sentado nessa mesa e conduzindo dessa forma firme, correta -, talvez terminasse em pizza. Mas não vai terminar: para alívio dos aposentados do Brasil e pensionistas, nós estamos aqui. E pessoas como o senhor engrandecem esta nação.

Muito obrigada.

O SR. ELI COHEN - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Deputada Bia Kicis.

Nosso penúltimo orador da noite e inquiridor, Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) - Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Obrigado, Presidente Alfredo Gaspar.

Obrigado, Dr. Eli Cohen. O senhor... Eu tenho observado o senhor desde o início aqui, desde a apresentação. O senhor me passa muita sinceridade e me passa muita paixão pelo que o senhor acredita. É muito nítido isso.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Obrigado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - É um jeito um pouquinho diferente, mas eu acredito que no final vai dar certo.

E agradeço ao seu advogado Rafael.

Dr. Eli, na quinta-feira, estava eu e poucos Deputados aqui ouvindo um Delegado da Polícia Federal, o Sr. Bruno - foi fechado, não foi transmitido. É o meu sétimo ano como Deputado Federal. Aquele momento, ouvindo o Delegado Bruno, foi um dos momentos em que eu tive mais descrença do nosso país, porque nitidamente ele estava sendo intimidado. E, quando o Relator Alfredo Gaspar perguntou se ele estava sendo orientado para não responder a algumas perguntas que ele já havia apontado na investigação dele de forma muito clara, ele apontou para o lado, que era um outro rapaz da Polícia Federal e que foi convidado a se retirar, juntamente com outro.

Nós observamos que o senhor foi muito feliz quando falou que quem é o *capo* está fora desse esquema, que são aqui os sindicatos de fachada, os operadores financeiros e os recebedores de propina. É claro que o chefe não está aqui, é muito nítido.

E eu estou numa encruzilhada aqui, porque eu acabei de receber o telefonema de um eleitor de Rio das Ostras, no Rio de Janeiro, o Sr. Benedito, de 74 anos, que imprimiu aqui - nós imprimimos -, e ele agradece muito ao senhor. Um eleitor também chamado Roberto Rodrigues, do Rio de Janeiro, também com seus 70 anos... De Copacabana esse Roberto. O Sr. Benedito é descontado desde agosto de 23 até março de 25 pela Ambec (Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos), situada na Vila Olímpia, em São Paulo, na cidade de São Paulo. E o Sr. Benedito mora em Rio das Ostras. Ele nunca teve conhecimento, ele só foi perceber depois que o escândalo veio à tona e, por isso, ele agradece ao senhor. Quarenta e cinco reais. Sabe quanto o Sr. Benedito recebe de aposentadoria? Um salário mínimo...

O SR. ELI COHEN - Exatamente.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - E sabe quem está defendendo a Ambec? Quando o Deputado Rogério Correia perguntou aqui se o Bolsonaro sabia, o Lula sabe que é o filho do Ministro da Justiça, o Sr. Ricardo Lewandowski, o Sr. Enrique Lewandowski que defende a Ambec.

O SR. ELI COHEN - Essa informação é minha também.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - O senhor quer falar como um filho de um Ministro da Justiça, ex-Ministro do STF, o Sr. Enrique, que foi contratado aqui ó paralelamente...? Conflitos de interesse são evidentes. O filho do Ministro da Justiça do Brasil... Aí se o Lula não sabe, é brincadeira! Eu, se eu fosse Presidente, demitiria na hora o Ministro da Justiça. Eu, se eu fosse pai desse rapaz, jamais permitiria que ele defendesse essa organização criminosa. Imagine um Delegado da Polícia Federal tendo um filho de 25 anos fazendo segurança de bicheiro no Rio de Janeiro. Que vergonha! Isso...

E aí eu começo a entender por que o Delegado da Polícia Federal está sendo intimidado; por que a Sra. Patrícia, uma Defensora Pública, fica acuada e não consegue responder com sinceridade, se ela no contracheque é paga para justamente ela fazer os apontamentos negativos de tudo que está acontecendo.

E aí eu queria apenas compartilhar com você, porque o senhor já respondeu muita coisa. O filho do Ministro da Justiça do Brasil, o Sr. Ricardo Lewandowski, atua como advogado para entidades como Cebap e Ambec, ambas vinculadas a Maurício Camisotti, sendo que a Ambec o contratou um mês e meio antes da Operação Sem Desconto, o que suscita dúvidas sobre a imparcialidade e a seletividade na fiscalização.

Dr. Eli, eu anotei o que o senhor falou aqui, e que para mim é autoexplicativo, e que valeu toda esta reunião: "Não há como esse tipo de negócio ter sucesso se as pessoas não roubarem".

E o senhor falou... Outra: quando o senhor apontou aqueles advogados aqui no quadro que o senhor mostrou, o senhor me falou uma coisa que eu não vou mais esquecer. Eu só fiz um período de Direito, eu tive que trancar para ir para duas Olimpíadas, depois eu me formei em Educação Física, mas eu achei muito bonito. "O advogado ou defende o criminoso, ou defende o crime", tá? O advogado pode defender o criminoso, mas ele...

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - É a lealdade dele, é a lealdade dele...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - Ele não pode defender o crime, mas ele pode, se ele quiser.

O SR. ELI COHEN - Ele pode defender o criminoso, mas não o crime.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - É isso, a escolha é dele.

O filho do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, na sua opinião, ele defende o criminoso ou defende o crime?

O SR. ELI COHEN - Veja bem, isso também é um fato objetivo, eu posso comentar sobre isso, infelizmente, né? É um colega, mas infelizmente é a situação.

Veja, essa informação foi também passada ao *Metrópoles* por mim, inclusive cópia da ata de reunião no INSS, onde eles estiveram. Agora, o fato é o seguinte. Poderia ser que ele não soubesse - poderia ser -, mas veja bem: três meses antes - antes -, a Ambec, a Ambec... o Cebap, a Ambec, todos eles já tiveram, já foram alvo de busca e apreensão do Deic, veja bem... do Gaeco, ou seja, eles foram até o departamento de benefícios do INSS para reforçar as relações da entidade com essas associações, que já tinham sido alvo de busca e apreensão. E eu sei disso, porque, veja bem, nós tivemos acesso à ata de reunião onde ele explica isso - ele, ele mesmo. E não foi só ele, né? Ele foi com três outros advogados, com dois outros advogados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELI COHEN - Não, não. E se esses documentos... Veja, tudo que eu disse aqui eu só posso dizer e... ou aguardar ser processado, ou ter prova.

Então, eu posso lhe garantir que quem se aventurar a me processar vai ficar numa situação bem difícil, porque eu tenho provas.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - Obrigado, Dr. Eli Cohen.

Eu acho que, em se tratando do filho do Ministro Ricardo Lewandowski e do tamanho do escândalo, porque... Quando o senhor falou que o advogado tem a opção de defender o crime, o criminoso, na verdade, quando eu falei, eu me pondo como pai de um rapaz que manifesta a vontade de defender uma instituição que assalta aposentados... Esse desconto aqui, do Sr. Benedito, de R$45 por mês, desde agosto de 2003 até março de 2025, é que paga o salário desse escritório.

O SR. ELI COHEN - Claro, claro.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - Então, eu fico imaginando a cabeça dessas pessoas. Um Ministro da Justiça, ex-Ministro do STF, que chega numa fase aí de 75, 80 anos, se presta a esse papel.

Então, quando a gente vê esses casos no Brasil, a gente perde a esperança. Eu, sinceramente, quinta-feira, quando eu vi um delegado da Polícia Federal com medo aqui de falar, aquilo me tocou muito, assim, com toda a sinceridade.

Por isso que eu admiro a sua coragem, Dr. Eli. Eu nada mais vou perguntar para o senhor. Eu só tenho a agradecer em nome de dois aposentados do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Benedito, de 74 anos, nascido em 1951, e o Rodrigo... E o Roberto, de Copacabana, que também deve estar na faixa dos seus 70 anos.

E digo aqui que o Governo, membros do Governo Lula que à época faziam oposição ao Governo Bolsonaro, entre 2019 e 2022, eu nunca - é o meu segundo mandato - presenciei, no meu mandato, um Deputado Federal do PT subindo à tribuna e fazendo apontamentos negativos de desvio de recursos do INSS ou de roubo de aposentado, tampouco um requerimento de informação durante o mandato do Bolsonaro. Pelo contrário, a Contag, que é um dos sindicatos mais antigos do nosso país, de 1963...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - ... que foi responsável pela fundação da CUT e que é o campeão de arrecadação... A cada R$10 roubados dos aposentados, desde 2015, R$4 vão na direção da Contag. E a gente tem aqui projetos que foram incentivados pela Contag. A gente teve emendas apontadas por essa instituição que foram apresentadas hoje pelos políticos que fazem parte do Governo Lula.

Muito obrigado, Dr. Eli, pela sua contribuição.

O SR. ELI COHEN - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Deputado Luiz Lima.

Como último orador, Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Para interpelar.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de iniciar aqui minha fala parabenizando o Dr. Eli pela sua coragem, pela sua disponibilidade de servir ao país, entregando todo o seu tempo e sua dedicação a desvendar esse que é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores escândalos de corrupção já vistos no nosso país. E depois de tudo que a gente ouviu aqui, fica a certeza de que, a partir da sua investigação, nós tivemos a grande mídia interessada no assunto e, posteriormente, a investigação da Polícia Federal.

O senhor falou aqui que, em dezembro de 2022, foi procurado por duas pessoas, dois aposentados, que relataram ali estarem com restrição no nome, porque o nome estava sendo utilizado pela associação Ambec. A partir de que momento, Dr. Eli, surgiu aí o nome do Maurício Camisotti? O senhor disse que procurou o Camisotti em nome desses dois aposentados, tentando ali fazer uma reparação.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - E como é que foi que o senhor chegou até ele?

O SR. ELI COHEN - Veja, analisando a Ambec, você encontra ali o benefício que é formado por vários seguros. Esses seguros todos eram da THG. Era isso.

E detalhe: todas as ações judiciais, as 460 ações judiciais que existiam, todas elas eram contra a Ambec, no caso, e contra todas essas seguradoras, porque existe aí a responsabilidade objetiva e a cadeia de consumo - na responsabilidade.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - No cartão CNPJ da Ambec, registrado aqui na Receita Federal, consta um número de telefone, que é o DDD 11, 99894-4353, e esse número de telefone está registrado em nome da Benfix Corretora de Seguros e Administradora de Benefícios Ltda. Essa Benfix, por sua vez, está registrada no nome do Maurício...

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - ... Camisotti e da Cecília Montalvão Simões...

O SR. ELI COHEN - É esposa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - ... esposa dele.

Essa Benfix foi utilizada nessa engrenagem aí para desviar o dinheiro dos aposentados, Dr. Eli? *(Pausa.)*

O SR. ELI COHEN - Desculpa, Deputado. Pode repetir?

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Qual foi o papel da Benfix nessa engrenagem aí dos descontos da associação?

O SR. ELI COHEN - Era a gestora que era utilizada entre a associação e o grupo de seguradoras, para não existir uma ligação direta. Então, é como se você tivesse uma gestora que os interesses dela estavam voltados aos interesses da associação.

É através dessa gestora que ele conseguia fazer a gestão com o Ramon, que já foi apontado aqui.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Então, a esposa do Camisotti também está envolvida?

O SR. ELI COHEN - Acredito que não, Deputado. Acredito que não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Ela sendo sócia da Benfix?

O SR. ELI COHEN - Não, sim... Foram...

Veja bem: legalmente sim, mas, de fato, eu posso lhe dizer que nós não encontramos absolutamente nada, nenhuma parte, nenhuma conduta ativa dela ou coisa assim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Tá.

E aí, o senhor, então, procura o Camisotti. O senhor se identifica como advogado, representando ali dois aposentados, inclusive um deles que era o presidente, tinha o nome como presidente...

O SR. ELI COHEN - São os dois presidentes, da Obasp e da Ambec.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - E como é que foi o seu contato com ele? Como é que foi...

O SR. ELI COHEN - Normal, como sempre, como todas as vezes.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Então, o senhor já tinha contato com o Camisotti antes.

O SR. ELI COHEN - Sim, eu já tinha contato, mas não tinha nenhum... Ele é muito conhecido. Ele é extremamente conhecido. E muito rico, por sinal. Então, foi fácil, porque eu creio que ele queria me fazer acreditar que ele só oferecia serviços, prestava serviços, que era exatamente o que ele queria fazer parecer: "Olha, mas eu só presto serviços". Não...

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Essa não foi a primeira vez, então, que o senhor falou com o Camisotti.

O SR. ELI COHEN - A primeira vez que eu falei com... Não. Não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Já tinha falado antes.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Sobre outros assuntos.

O SR. ELI COHEN - Não, sobre um assunto.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - E, aí, ele tenta lhe passar a impressão de que estava tudo dentro da normalidade...

O SR. ELI COHEN - Sim...

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - ... usando um aposentado como presidente.

O SR. ELI COHEN - Sim.

E, por conta deste contato, Deputado - e isso é muito importante -, é que eu dei pra ele a chance de ele retornar. Eu disse: "Olha, eu não posso... Veja...".

Na verdade, eu nunca tive intimidade com ele, eu nunca tive nada. Eu conheço ele como conheço milhares de pessoas lá em São Paulo. Então, eu disse para ele: "Olha, eu vou te dar um conselho. Veja, o conselho meu é este: você vai ter que pagar todas as ações e depois você vai ter que equacionar aí um valor de indenização para os meus clientes". Como funciona sempre, Deputado. Isso não foi absolutamente... transcorreu exatamente como eu faço sempre. Eu, primeiro, descubro toda a situação e eu digo: "Olha, eu vou judicializar isso aqui". A ideia é essa. Este é o trabalho do advogado: é resolver o problema do seu cliente. "Veja, se você pagar todas as vítimas, se você pagar, indenizar todas as vítimas, o.k., mas eu te aconselho: pare por aqui, porque isso não vai acabar bem."

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN - Foi esse... Foi essa situação. E ele pegou e deu aquela resposta: "Vou contratar o melhor advogado do Brasil, é mais barato".

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Entendi.

Naquele momento ali, o senhor deixou claro para ele que iria tocar para frente...

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - ... que iria avançar.

O SR. ELI COHEN - E detalhe: dali, passados três ou quatro meses, isso está bem claro numa linha do tempo que eu posso disponibilizar, que ela é absolutamente didática, com mensagens, com tudo, ele... a progressão de adesões foi assim monstruosa. E aí ele se viu numa situação de onipotência, ele comprou mais o Cebap e depois comprou mais a Unsbras e por mês ganhava 70, 80 milhões por mês.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - E ele, sabendo que o senhor iria denunciar, que o senhor iria avançar com isso, não tentou de forma alguma colocar panos quentes ali...

O SR. ELI COHEN - Não...

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - ... naquela conversa. Muito pelo contrário.

O SR. ELI COHEN - Não, seguiu a vida dele. Veja bem, é impunidade total.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Ignorou.

O SR. ELI COHEN - É o tipo de pessoa que acha que o dinheiro compra tudo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Dr. Eli, só para esclarecer um ponto aqui, o senhor, algumas horas atrás, chegou a falar aqui que partiu... foram elaborados em computadores da Contag documentos que embasaram...

O SR. ELI COHEN - As emendas.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - ... as emendas aqui, as emendas que surgiram no sentido de evitar a revalidação que era proposta...

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - ... para esses descontos. Como é que o senhor tem essa informação de que a Contag foi utilizada, os computadores da Contag?

O SR. ELI COHEN - Está na imprensa, através dos metadados - está na imprensa. E isso não tem como apagar - esse é o problema do vigarismo -, fica tudo gravado. O que não pode ter é um perdigueiro atrás e costurando as informações. Mas o vigarista, o problema dele é que fica tudo gravado, seja por computador ou qualquer outro meio.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Só era isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Deputado Fernando Rodolfo.

Senhores, para encerramento dos trabalhos, a testemunha tem direito a cinco minutos para as considerações finais.

Pergunto ao Sr. Eli Cohen se deseja fazer uso do tempo regulamentar.

O SR. ELI COHEN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Por gentileza, cinco minutos para a testemunha.

O SR. ELI COHEN (Para depor.) - Eu continuo com o espírito de colaboração e vou fazer, nesses cinco minutos, uma sugestão para que vocês direcionem esse levantamento de dados em ter certeza de quem são os culpados ou não.

Veja bem, existem várias, várias formas, várias formas de discussões e narrativas de defesa, mas existe uma que os senhores podem fazer que não vai deixar absolutamente nenhuma dúvida de quem são beneficiários: quebra de sigilo bancário de todas as entidades... Veja bem, de todas as entidades e sindicatos, no primeiro nível, segundo nível e terceiro nível - quando eu quero dizer nível, é a transferência. E aí eu garanto para vocês que vocês vão chegar na minha conclusão, que todas são fraudes - todas. E vão encontrar todos os Maurícios Camisottis e todos os Carecas, e isso de forma absolutamente rápida e eficiente.

Eu não tenho essa possibilidade, mas eu acredito que os senhores têm. E, se isso acontecer, aí não vai ter narrativa. E se isso cair mal ao Presidente Bolsonaro, o ex-Presidente, ou cair mal ao Lula, também não vai ter como desculpa. Mas ali vão aparecer todos, principalmente ligados ao sindicato. Todos vão aparecer. Todos!

É isso. Espero que vocês realmente, os senhores e as senhoras realmente consigam encontrar todos os Maurícios e todos os Carecas. Esses caras não podem ficar sozinhos na foto. Não é justo também. Não é justo, inclusive, para o aposentado.

E, quanto à responsabilidade do INSS pagar, claro que tem que pagar. O INSS é parte. Por negligência ou não, sem a conivência de funcionários do INSS esse crime nunca aconteceria. Então, tem que pagar sim. Existe lei, responsabilidade objetiva, solidária, é normal isso. Agora, o direito retroativo de cobrar essa gangue toda aí não tenha dúvida que o INSS tem, mas a obrigação de pagar, tanto quanto do Maurício, igual. Inclusive os bancos que receberam. Veja, o Banco Bradesco, por exemplo, que recebeu esse bilhão de reais que eu disse, também é responsável. Onde é que está o princípio da vigilância? Ele deveria ter perguntado: "Espera aí. Que origem é isso aqui? Espera aí. E essas adesões aqui existem mesmo?".

Então, a situação é endêmica, e as pessoas não conseguem entender por que eu preciso, por exemplo, lançar mão de ir para o *Metrópoles* ou para a *Veja*. É por conta disso. Veja a resistência que eu tive aqui. Veja o Deputado Luiz Lima, um Delegado de Polícia Federal intimidado.

Então, depois é muito fácil ficar falando: "Mas o senhor falou aquilo, o senhor falou... ". É normal, isso acontece; você pode falar alguma coisa ou outra, mas a dificuldade de chegar aqui foi um calvário, foi um verdadeiro calvário. E alguns que me criticaram aqui estão certos. Eu não, não... Não fui eu que descobri.

(Soa a campainha.)

O SR. ELI COHEN - Não fui eu que descobri o primeiro núcleo, mas o segundo núcleo sim. Ninguém nunca, nem no caso da Crefisa, que já era o momento para que isso já não acontecesse mais, e nem no caso da Sabemi, nunca se chegou ao segundo núcleo. Nunca. Então, se isso... Se o dia de hoje puder colaborar para que isso nunca mais aconteça, eu já estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Muito obrigado.

Primeiramente, quero agradecer a colaboração do Sr. Eli Cohen, a paciência em prestar declarações a esta CPMI.

Também, por dever de ofício desta Presidência, há um requerimento que foi colocado de que se peça à Polícia Federal a proteção a V. Exa.

Eu pergunto se V. Exa. deseja que isso seja levado adiante.

O SR. ELI COHEN - Eu agradeço, agradeço a preocupação, mas não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Então, o requerimento fica prejudicado.

O encerramento aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Agora, é preocupante ver uma testemunha dizer que não quer a segurança da Polícia Federal, Sr. Presidente. Só para ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - É, ele...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Tempos estranhos que vivemos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ... deixou claro aqui. Muito bem.

Agradeço também...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Pode solicitar também à polícia militar...

(Interrupção do som.)

O SR. ELI COHEN - Não posso passar a minha vida fugindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Como, Deputado Rogério?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Se ele está desconfiado da Polícia Federal, como está insinuando o Deputado Van Hattem, ele pode... O Van Hattem insinuou isso. Ele pode solicitar, para não ser tempos estranhos, a Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não, muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor colocou palavras na minha boca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores, senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) - Porque eu mesmo sou perseguido pela Polícia Federal lá...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone*.) - Então está aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) - Eu mesmo sou perseguido pela cúpula, não pelo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Quero agradecer a paciência de todos os Senadores e Deputados.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Então eu não estou fazendo palavras na sua boca, você mesmo está dizendo, Van Hattem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) - Eu sei que tivemos momentos aqui tensos, de embate, mas creio que cumprimos a nossa função em todos nos posicionarmos e darmos respostas, as possíveis até agora, ao povo brasileiro.

Agradeço ao Relator também todo o trabalho.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Convidamos para a próxima reunião desta CPMI, a ser realizada quinta-feira, dia 04/09/2025, para a apreciação de requerimentos e oitiva de Eliane Viégas Mota, Diretora de Auditoria da Controladoria-Geral da União.

Eu iria propor uma reunião na quarta-feira, extra, mas acabei... Penso que não é uma boa decisão diante da quantidade de trabalhos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 11 minutos do dia 01/09/2025, a reunião é encerrada à 0 hora e 34 minutos do dia 02/09/2025.)